

# O Norte Fluminense no Século XXI: um balanço da primeira década.

*Organizadores*

*Elis de Araújo Miranda*

*Gustavo Henrique Naves Givisiez*

*Eduardo Shimoda*



# X Seminário de Integração

---

## **O Norte Fluminense no Século XXI**

### **Um balanço da 1ª década**

*Mestrado em Planejamento Regional e  
Gestão de Cidades  
Campos dos Goytacazes - Rio de Janeiro – Brasil*

*Organização  
Elis de Araújo Miranda  
Gustavo Henrique Naves Givisiez  
Eduardo Shimoda*

*Universidade Candido Mendes*  
*Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades*  
*X Seminário de Integração*

*Revisão*  
*Rosilene Cunha Tavares*

*Editoração*  
*Ian David Cruz de França*

*Capa*  
*Ian David Cruz de França*

*Foto da Capa*  
*Elis de Araújo Miranda*

*ISSN 2316-3534*

# Sumário

1. <b>Apresentação</b> .....	05
<b>2. Sessão Temática 1 – Projetos Industriais, Território e Sociedade.</b>	
<b>Exposições</b>	
Coordenação:	
<i>Professora Denise Cristina de Oliveira Nascimento</i> .....	06
2.1. <i>Dinâmica dos investimentos do PAC- Programa de aceleração de crescimento nas regiões Norte e Noroeste fluminenses: uma análise crítica.</i>	
Aldo Tostes de Almeida;	
Alexandre Said Delvaux;	
Fredy Louis Teixeira Beshara.....	07
2.2 <i>Impactos socioeconômico da construção do Complexo Portuário Industrial do Açú sobre a população e o território de São João da Barra.</i>	
Bárbara Vieira de Freitas	
Elzira Lucia de Oliveira.....	20
2.3 <i>Mineração e Transformações Espaciais em São Sebastião da Vargem Grande (MG)</i>	
<i>Débora Valentim Duarte Junqueira</i> .....	34
<b>3. Sessão Temática 2 - Espaço e Cultura</b>	
Coordenação:	
<i>Profª Elis Miranda</i> .....	49
3.1 <i>Cidades do Petróleo no Brasil: royalties, cultura e planejamento.</i>	
Elisabeth Soares Rocha	
Elis Miranda.....	50
3.2. <i>De Praça das Verduras a Chá-Chá-Chá: imagens de um espaço público em contínua degradação</i>	
Leonardo Vasconcelos	
Elis Miranda.....	65
<b>4. Sessão Temática 3 - Região, Empresa e Estado</b>	
Coordenação:	
<i>Professor Drº Eduardo Shimoda</i> .....	85
4.1. <i>OMPETRO: dez anos depois</i>	
<i>Marcelo Peçanha Sarmiento</i> .....	86

<i>4.2. Dependência orçamentária às rendas petrolíferas em municípios selecionados do norte fluminense</i>	
Ronaldo Costa da Silva.....	97
<i>4.3. O público e o privado na exploração petrolífera brasileira: o caso da OGX</i>	
Claudia de Oliveira.....	112
<i>4.4. Relação Empresa e Estado: o caso da LLX em São João da Barra</i>	
Jane de Souza Teixeira	
José Luis Viana da Cruz.....	123

## **Apresentação**

Os Seminários de Integração do Programa de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades visam aprofundar reflexões sobre questões relevantes para a área de conhecimento do curso. É também um momento de encontro entre professores, alunos, ex-alunos e pesquisadores de diferentes instituições para troca de experiências e divulgação dos trabalhos desenvolvidos. Neste X Seminário, os participantes irão discutir as mudanças percebidas na região Norte Fluminense na última década deste século, tema relevante tendo em vista as expressivas mudanças observadas na região no período. Além de ser, hoje, responsável pela produção de 84% do petróleo e 42% do gás produzidos no Brasil, as descobertas de reservas nas camadas do pré-sal, já identificadas na região, reacendem o debate sobre o futuro regional. Além desse desafio, a implantação do Complexo Industrial Portuário do Porto do Açú no município de São João da Barra provocará profundas mudanças econômicas e na ocupação do território da região norte fluminense.

***Profa. Rosélia Piquet***

*Coordenação do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades*

***Elis Miranda***

***Gustavo H. Naves Givisiez***

***Eduardo Shimoda***

*Coordenação do X Seminário de Integração*

# **Sessão Temática 1 – Projetos Industriais, Território e Sociedade.**

## **Exposições**

Coordenação:

***Professora Denise Cristina de Oliveira Nascimento***

*Dinâmica dos investimentos do PAC- Programa de aceleração de crescimento nas regiões Norte e Noroeste fluminenses: uma análise crítica.*

*Aldo Tostes de Almeida;*

*Alexandre Said Delvaux;*

*Fredy Louis Teixeira Beshara*

*Impactos socioeconômico da construção do Complexo Portuário Industrial do Açú sobre a população e o território de São João da Barra*

*Bárbara Vieira de Freitas*

*Elzira Lucia de Oliveira*

*Mineração e Transformações Espaciais em São Sebastião da Vargem Grande (MG)*

*Débora Valentim Duarte Junqueira*

# **Dinâmica dos Investimentos do PAC – Programa de Aceleração de Crescimento nas Regiões Norte e Noroeste Fluminense: uma Análise Crítica.**

Aldo Tostes de Almeida<sup>1</sup>  
Alexandre Said Delvaux<sup>2</sup>  
Fredy Louis Teixeira Beshara<sup>3</sup>

## **1. INTRODUÇÃO**

O Programa de Aceleração do Crescimento - PAC , lançado pelo governo federal no ano de 2007 tem como princípio básico o investimento em projetos de infraestrutura ( Logística, Geração de Energia, Saneamento e Habitação) que se alicerça em investimentos públicos custeados diretamente pelo tesouro nacional ou de forma indireta pelas estatais. Segundo o program do PAC R\$ 503,9 Bilhões de reais seriam investidos em diversas áreas. Em uma nota técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2007) ressalta-se que o PAC contempla também ações articuladas de estímulo ao crédito, redução de carga tributária e medidas fiscais de longo prazo.

O grande questionamento que se apresenta sobre o PAC é o que tange a sua capacidade de dinamização econômica oriunda dos investimentos setoriais. Segundo dados do Ministério de Planejamento (2010) os níveis de investimento na economia brasileira apresentaram evoluções significativas, como por exemplo: Participação do investimento frente ao Produto Interno Bruto – PIB antes do PAC era de 16,4% em 2006 e em 2010 passou a 18,4% , além da parcela relativa a investimentos no orçamento da união saltar de 1,6% em 2006 para 3,3% em 2010. Frente a esses dados dispõe a tese de que as ações de cunho desenvolvimentista precisam de uma articulação muito maior entre as esferas governamentais, bem como, teriam de ser subsidiadas por políticas públicas de desenvolvimento de longo prazo. A premissa básica do PAC é que ele seja um conjunto de ações de investimento voltadas a sustentar um crescimento real do PIB da ordem de 5% ao ano.

---

<sup>1</sup> Economista e Mestrando em Planejamento Regional e Gestão de Cidades pela UCAM

<sup>2</sup> Economista e Mestre em Economia pela UFV

<sup>3</sup> Bacharel em Direito e Mestrando em Planejamento Regional e Gestão de Cidades pela UCAM



A viabilização de modelos de planejamento que desconcentrem e atomizem o processo de industrialização perpassam principalmente pelo incremento da malha logística e de investimentos e em infraestrutura básica. Nesse contexto, segundo Bacelar (2000) a década de 1960 a 1970 assiste a uma desconcentração espacial da atividade econômica do país. Em síntese o resultado de tal política é que o planejamento industrial está vinculado diretamente ao aumento do dinamismo econômico e da migração das indústrias para regiões diferentes do Sudeste Brasileiro. Os conceitos de inserção passiva que dominaram os cenários anteriormente são aprimorados para uma visão ativa e articuladora do estado, ou seja, contrapondo-se a tese anterior e fragmentadora, surge então um estado com capacidade de planejamento para buscar a integração das diversas regiões brasileiras. A partir de tal premissa questiona-se se o modelo *top down* do PAC consegue absorver tais diferenças regionais, maximizando-se a utilização dos recursos da união.

Face ao exposto, apresenta-se a necessidade de um estudo regionalizado sobre o resultado real das políticas de investimento atreladas ao PAC. Busca-se trazer como objeto de análise as ações e projetos do PAC para a região Norte e Noroeste Fluminense no estado do Rio de Janeiro. Como escopo de trabalho tem-se nos anos de 2007 à 2010 o período de estudo, bem como, as ações inteiramente financiadas pelo PAC como objeto de pesquisa.

Portanto, pretende-se com o presente trabalho denotar o andamento dos projetos firmados com os: Estados, Municípios, Autarquias e Estatais na região Norte e Noroeste Fluminense no estado do Rio de Janeiro, de modo a compreender qual são os estágios e o quão foram executados, além de apresentar as possíveis causas para o não ingresso de alguns municípios nos projetos.

## **2. PANORAMA ATUAL DO PAC NA REGIÃO NORTE E NOROESTE FLUMINENSE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

O PAC nas regiões Norte e Noroeste fluminense, pode ser entendido a grosso modo com um conjunto de ações governamentais voltadas para a solução de problemas de saneamento e habitação. Segundo referências do Ministério de Desenvolvimento Social (2008) quando se busca uma análise mais apurada dos dados apresentados, percebe-se que os investimentos tem a função de cumprir grandes lacunas de intervenção estatal, pois com o advento da descentralização de ações propostas na constituição de 1988. Tonetto Júnior & Saiani (2005) ressaltam que as políticas de saneamento básico e habitação exibem grande indefinição de comando, pois além de se existir multiplicidade

de competências não se tem uma diretriz nacional de saneamento que estructure e articule as ações nas 3 esferas de governo.

Como o PAC por sua definição não é um plano de desenvolvimento econômico, ele acaba por ser, sob uma ótica regional, um modelo de investimentos estatais em ações de impacto econômico reduzido. Tal fato pode ser comprovado quando se compara os montantes investidos em cada cidade com a proporção de seu PIB. O ganho que se espera do PAC trata-se muito mais em aspectos macroeconômicos demanda agregada, pois medida que o estado opera diretamente em uma economia real carente de investimentos de longo prazo o multiplicador keynesiano é potencializado. A capacidade de melhoria na curva de demanda local (âmbito regional e municipal) é mais limitada, devido ao fato que o peso de suas economias em função do montante atomizado dos investimentos é baixo. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2007) e do 10º Balanço do PAC ( 2010) . O PIB da Região Noroeste Fluminense é de 3,2 Bilhões de reais e de 30,1 Bilhões de reais para a região Norte Fluminense. Tal disparidade pode ser explicada pela importância da região Norte Fluminense na exploração de petróleo. Quanto aos dados do PAC ( 2010) tem-se provisionado nos projetos cerca de 38 milhões de reais para a região Norte Fluminense e 29 Milhões para a noroeste. Explicitando-se assim, o fato de que os investimentos no PAC tenham pouco impacto na dinâmica econômica regional.

Além de tais problemas surge a discussão de que o retorno do investimento em políticas de saneamento e habitação tendem a retornar economicamente de forma lenta, uma vez que, parte desse montante cria demanda imediata elevada por produtos e serviços durante a obra e outra parte advém de benefícios intangíveis no curto prazo, como por exemplo, melhorias de qualidade de vida.

Porém, as análises subjacentes não tem sido unânimes quanto ao estabelecimento de relações entre investimentos em infraestrutura e crescimento. Ferreira (1996) mostra que certos investimentos em saneamento básico e equipamentos públicos urbanos tem de fato impacto significativo sobre o crescimento econômico de curto e médio prazo, ao contrário de Diniz (1993) que denota que pode-se coexistir uma associação perversa entre projetos de saneamento, habitação e seus impactos regionais, pois podem acentuar problemas de desigualdade regional e sobretudo atuar concentrando renda em determinadas regiões que receberam maiores volumes de recursos.

As tabelas 1 e 2 trazem os dados relacionados a quais municípios e que projetos foram selecionados no PAC nas regiões Norte e Noroeste Fluminense, segundo os balanços apresentados pelo ministério do planejamento. Pode-se perceber que os municípios que

tem maior concentração populacional nas duas regiões, Campos dos Goytacazes para a região Norte Fluminense e Itaperuna para a região Noroeste, concentram a maioria dos projetos e dos investimentos do PAC. Face as grandes diferenças intrarregionais e inter-regionais de renda e nível de desenvolvimento, o presente trabalho buscou estabelecer espacialmente a localização dos projetos financiados pelo PAC, com o objetivo de mostrar se houve distribuição não uniforme dos investimentos, e quais os possíveis fatores determinantes neste processo.

**Tabela 1**

**Municípios da região Norte Fluminense aderentes ao PAC e seus projetos**

<b>Município</b>	<b>Área</b>	<b>Proponente</b>	<b>Projeto</b>
C. Dos Goytacazes	Habitação	Município	Plano Local De Habitação
C. Dos Goytacazes	Habitação	Estado	Provisão Hab. - Eldorado - 3ª Fase Urbanização - Bairro Parque Eldorado
C. Dos Goytacazes	Habitação	Município	Eldorado
C. Dos Goytacazes	Saneamento	Município	Saneamento Em Áreas Quilombolas
C. Dos Goytacazes	Saneamento	Município	Saneamento Em Áreas Quilombolas
Cardoso Moreira	Saneamento	Estado	Abastecimento De Agua
Cardoso Moreira	Saneamento	Município	Saneamento Rural
Conceição De Macabu	Saneamento	Município	Saneamento Rural
Macaé	Habitação	Município	Assistência Técnica
Macaé	Habitação	Município	Elaboração De Plano Local De Habitação
Macaé	Habitação	Município	Urbanização - Nova Esperança I
Macaé	Habitação	Município	Elaboração De Plano Local De Habitação
São Fidélis	Habitação	Município	Habitação
São Fidélis	Habitação	Estado	Provisão Habitacional – Chatubá
São Fco Do Itabapoana	Saneamento	Município	Abastecimento De Agua
São Fco Do Itabapoana	Habitação	Município	Provisão Habitacional
São Fco De Itabapoana	Habitação	Município	Urbanização - 1º, 2º E 3º Distritos
São João Da Barra	Saneamento	Município	Abastecimento De Agua

Fonte: Ministério do Planejamento (2010) – Elaboração Própria

**Tabela 2****Municípios da região Norte Fluminense aderentes ao PAC e seus projetos**

<b>Município</b>	<b>Natureza</b>	<b>Proponente</b>	<b>Projeto</b>
Bom J. Do Itabapoana	Habitação	Município	Plano Local De Habitação
Bom J. Do Itabapoana	Habitação	Município	Provisão De Habitação
Bom J. Do Itabapoana	Saneamento	Município	Saneamento Rural
Cambuci	Saneamento	Município	Saneamento Rural
Itaperuna	Saneamento	Estado	Adequação e Ampliação Do SAA
Itaperuna	Saneamento	Estado	Implantação Do Ses
Itaperuna	Habitação	Município	Plano Local De Habitação
Itaperuna	Saneamento	Município	Sanemento Rural
Itaperuna	Saneamento	Município	Sanemento Rural
Laje Do Muriaé	Saneamento	Município	Abastecimento De Agua
Laje Do Muriaé	Saneamento	Município	Melhorias Sanitárias Domiciliares
Miracema	Habitação	Município	Assistência Técnica - Sede Do Município
Miracema	Habitação	Município	Elaboração De Plano Local De Habitação
Miracema	Habitação	Estado	Provisão Habitacional – Areias
Miracema	Habitação	Município	Provisão Habitacional - Pont. Do Rosa
Natividade	Habitação	Município	Provisão Habitacional - Loteamento Ilha
São José de Ubá	Habitação	Município	Provisão Habitacional - Morro Do Pião
São José de Ubá	Saneamento	Estado	Abastecimento De Agua
Santo A. de Pádua	Habitação	Município	Provisão Habitacional - Cidade Nova
Varre-Sai	Saneamento	Estado	Abastecimento De Agua
Varre-Sai	Habitação	Município	Elaboração De Plano Local De Habitação

Fonte: Ministério do Planejamento (2010) – Elaboração Própria

## 2.1 ANÁLISE DE DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

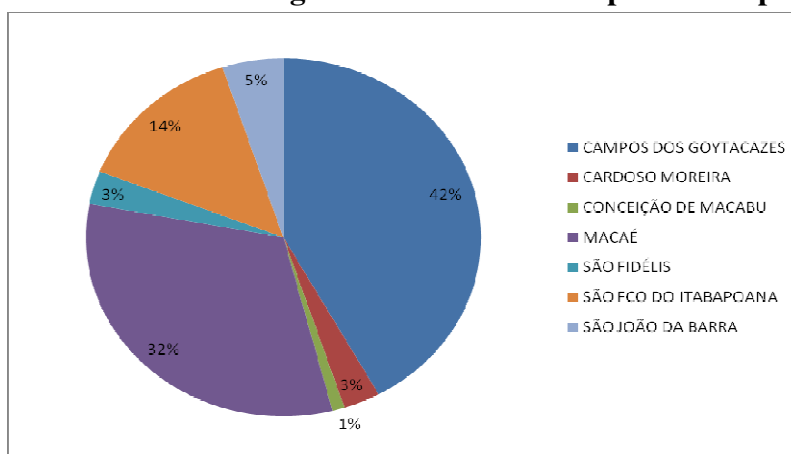
A principal formatação que buscou-se para captar o impacto dos investimentos é a de observação do caráter distributivo dos investimentos no âmbito municipal e de suas características qualitativas (Valor, Estágio e Proponente). Pode-se observar primeiramente que os percentuais de investimento concentram-se basicamente nas

idades de maior porte em cada região, sendo Campos dos Goytacazes para a região Norte e Itaperuna para a região Noroeste Fluminense. Em segundo plano destaca-se a alta concentração de investimentos em poucos projetos, isso faz com que a permeabilidade de projetos seja limitada para todos os escopos sociais.

Os gráfico 1 foi formatado de modo a proporcionar uma compreensão do quanto foi destinado em termos de verbas federais do PAC para cada município da região Norte Fluminense que aderiu ao PAC. O conceito de adesão pode ser entendido como sendo o município que apresentou a documentação exigida, estava anuente com o governo federal e elaborou projetos que tiveram comprovado interesse social.

### Gráfico 1

#### Percentual dos Investimentos na região Norte Fluminense por município.

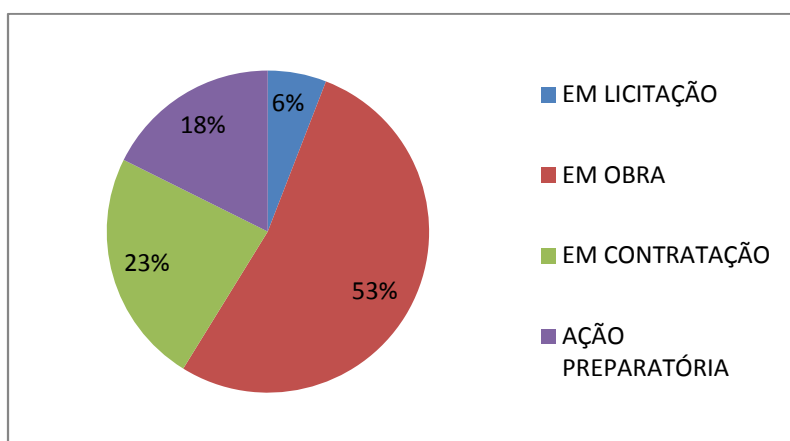


Fonte: Ministério do Planejamento (2010) – Elaboração Própria

O gráfico 2 busca trazer a compreensão do andamento dos projetos propostos pelos municípios do Norte Fluminense. Caracteriza-se então uma ferramenta de análise dinâmica do progresso dos investimentos, pois permite em primeira instância classificar como está sendo feita a a parte de preparação, licitação e início da execução das obras.

## Gráfico 2

### Estágio dos Projetos na região Norte Fluminense



Fonte: Ministério do Planejamento (2010) – Elaboração Própria

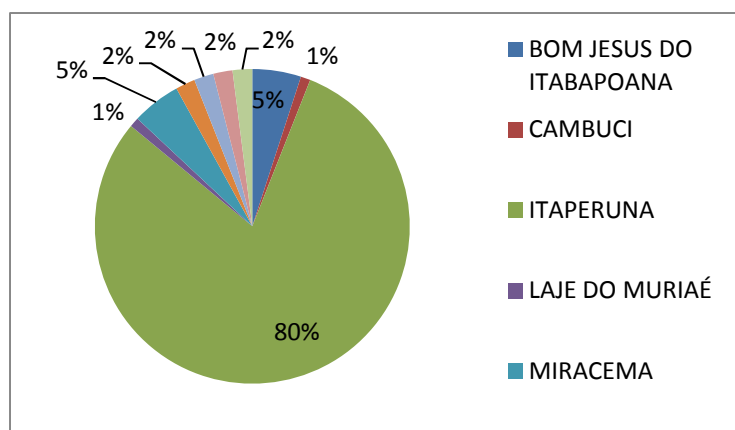
O gráfico 3 concentra-se no estudo dos projetos direcionados a região Noroeste Fluminense. Ao analisar-se os dados primários do percentual de investimentos direcionados pelo PAC a região noroeste fluminense, percebe-se que 80% do mesmo é alocado no município de Itaperuna. Sendo que após pesquisa feita diretamente com o setor de planejamento<sup>4</sup> da prefeitura de Itaperuna, constatou-se que o investimento de cerca de 24 Milhões de reais em saneamento, fora proposto pela Companhia Estadual de Águas e Esgoto – CEDAE, não sendo projeto proposto pelo município<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Entrevista feita com o Secretário do Planejamento do Município de Itaperuna/RJ pelos autores no dia 24/08/2011.

<sup>5</sup> Buscou-se contato com a CEDAE onde a empresa forneceu dados do investimento de 24 milhões, porém o mesmo pode ser ampliado para cerca de 60 milhões de reais, saindo de abastecimento de água para um projeto amplo de captação, construção de adutora e por fim tratamento de esgoto. Porém, como são dados que por mais relevantes que sejam, ainda não constam no balanço do PAC e não são considerados oficiais, opta-se por conservar no presente trabalho, somente os dados oriundos dos balanços divulgados e consolidados pelo ministério do planejamento.

### Gráfico 3

#### Percentual dos Investimentos na região Noroeste Fluminense por município

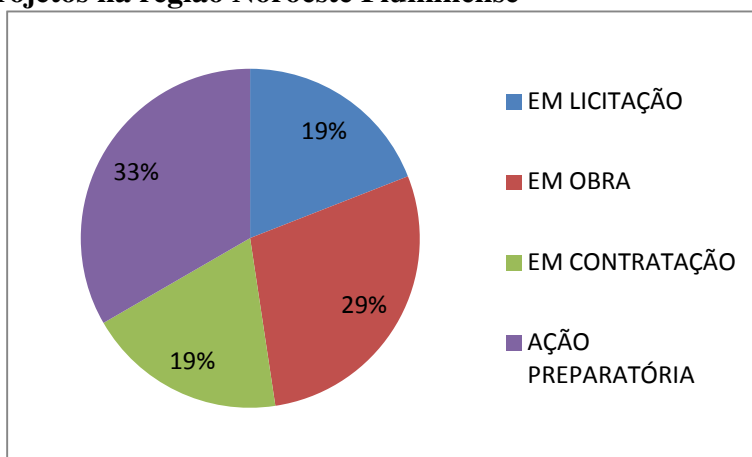


Fonte: Ministério do Planejamento (2010) – Elaboração Própria

Pode-se concluir através da observação do gráfico 3 que a concentração dos projetos também é proporcional ao peso populacional e econômico das cidades.

### Gráfico 4

#### Estágio dos Projetos na região Noroeste Fluminense



Fonte: Ministério do Planejamento (2010) – Elaboração Própria

## 2.2 PRINCIPAIS CAUSAS DA BAIXA ADESÃO AO PAC DOS MUNICÍPIOS DO NORTE E NOROESTE FLUMINENSE

O primeiro dado que pode-se abordar no que tange a qualificação da baixa taxa de adesão dos municípios do Norte e Noroeste Fluminense são aqueles relativos ao percentual absoluto.

**Tabela 3**  
**Municípios do Noroeste Fluminense aderentes ao PAC**

<b>Região Noroeste Fluminense</b>	
<b>Município</b>	<b>Adesão ao PAC</b>
Aperibé	NÃO
Bom Jesus do Itabapoana	SIM
Cambuci	SIM
Italva	NÃO
Itaocara	NÃO
Itaperuna	SIM
Laje do Muriaé	SIM
Miracema	SIM
Natividade	SIM
Porciúncula	NÃO
Santo Antônio de Pádua	SIM
São José de Ubá	SIM
Varre-Sai	SIM

Fonte: MP (2010) – Elaboração Própria

**Tabela 4**  
**Municípios do Norte Fluminense aderentes ao PAC**

<b>Região Norte Fluminense</b>	
<b>Município</b>	<b>Adesão ao PAC</b>
Campos dos Goytacazes	SIM
Carapebus	NÃO
Cardoso Moreira	SIM
Conceição de Macabu	SIM
Macaé	SIM
Quissamã	NÃO
São Fidélis	SIM
São João da Barra	SIM
São Francisco de Itabapoana	SIM

Fonte: MP (2010) –

A principal relação que tais dados apresentam é de que a falta de quadros técnicos nos municípios é fator determinante para atração de investimentos e elaboração de projetos. O fator qualificatório do proponente dos municípios que aderiam ao PAC é um importante indicativo de que falta mão de obra qualificada à disposição dos municípios menores. Cerca de 65% dos projetos aprovados no PAC foram propostos pelos estados e/ou empresas estatais.

A corrente de desenvolvimento regional que apresenta o modelo *bottom-up* aponta que as demandas e diretrizes das políticas de investimento tem de ser elaboradas primeiro na base, ou seja, a sociedade civil, os municípios e demais agentes atomizados devem proporcionar os subsídios para a construção de políticas públicas. Segundo Tavares



(2002), as propostas de modelos de crescimento *bottom-up* ganham força a partir da década de 1970 , em muito devido a análises de que o crescimento econômico é alavancado por forças endógenas e autoregulantes do mercado. A ciência e a inovação são componentes centrais neste modelo contribuindo de forma direta na dinamização e elevação dos graus de industrialização regional.

Piquet (2007) denota que todas as modificações que visaram melhorar a eficiência do mercado, diminuição do estado e aumento da competitividade das cidades não surtiram o efeito esperado no que se espera ser o principal papel do estado, que é o de promover a equidade social em conjunto ao desenvolvimento sócio-econômico englobando as 3 esferas de poder. Os índices de melhoria de qualidade de vida, diminuição de desigualdade social e, sobretudo distribuição de renda não foram alcançados e na maioria dos casos houve perda real nas camadas sociais de menor renda.

Domingues (2009) apresenta o PAC como uma formatação *top-down*, ressaltando um papel, ainda que setorial e com pouca alavancagem produtiva, extremamente importante para o processo de melhoria das condições de saneamento e habitação regionais. Sua abrangência poderia ser maior se houvesse um comprometimento por parte dos entes públicos municipais em estabelecer critérios de decisão mais técnicos em sua gestão pública. Segundo dados da Controladoria Geral da União – CGU cerca de 35% dos municípios que são contemplados com ações do governo federal para projetos de desenvolvimento e infraestrutura não o fazem o por falta de capacidade orçamentária para as contrapartidas.

A discussão sobre a ineficiência dos municípios em captar recursos traz a tona questionamentos sobre a autonomia e gestão municipal que foram amplamente reforçadas com o advento da constituição de 1988. O fator motivador para que se buscasse uma maior independência de estados e municípios era de que sendo autônomos para gerir e definir suas políticas públicas eles teriam uma capacidade maior de criar instrumentos adequados às diferenças territoriais do país, bem como conseguiria-se através de tais propósitos uma maior permeabilidade das ações públicas.

### **2.3 DIFICULDADE DOS MUNICÍPIOS EM CAPTAR PROJETOS FEDERAIS NA REGIÃO NORTE E NOROESTE FLUMINENSE**

Em primeira ordem o que percebe-se são que as principais causas da baixa adesão ao PAC dos municípios nas regiões Norte e Noroeste Fluminense são : A falta de profissionais engajados desenvolvimento regional e municipal nos setores de planejamento, execução e controle interno das prefeituras , bem como incapacidade de pagamento de contrapartidas municipais. O orçamento municipal da maioria das cidades não permite a contratação de técnicos especializados, além de já contarem com severas restrições de despesas impostas pela Lei 8.666/93 deixam o quadro complexo e de difícil solução, cabendo ao governo federal, mesmo após o processo de descentralização conduzir as políticas de investimentos, crescimento e desenvolvimento.

O resultado que poder-se-ia tangibilizar mais facilmente do PAC seria o atenuamento de desigualdades regionais, no entanto a estratégia política adotada de proposição de projetos pelos municípios faz com que exista uma alocação de recursos deficiente e perversa. A maior capacidade de contratação de quadros técnicos e uma envergadura econômica mais abrangente resulta em uma atratividade natural dos investimentos do PAC nos municípios maiores. Essa dificuldade é fator determinante e perverso, pois acaba-se por direcionar recursos proporcionalmente maiores para regiões mais desenvolvidas tendo como consequência direta uma menor redução das disparidades regionais e crescimento econômico concentrado.

Domingues (2009) ressalta que mesmo norteando-se os investimentos para promover uma maior integração regional , programas de foco no crescimento econômico , tedeem a não conseguir mitigar tais efeitos. O PAC se encaixa em tal princípio pois ele é um conjunto de ações da União para promover um nível de crescimento, não atingindo em diversas situações o potencial máximo de suas ações devido à falta de preparo dos municípios, em especial os das regiões Norte e Noroeste Fluminense.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo buscou avaliar quais os municípios das Regiões Norte e Noroeste Fluminense aderiram ao PAC, quais foram os projetos propostos, seu andamento e quais foram as possíveis causas para todos os municípios não captarem projetos.

Os resultados obtidos indicam que existe uma grande concentração de investimentos em municípios maiores, fazendo com que o princípio de se mitigar efeitos de disparidade regional sejam relegados a segundo plano no PAC. Tal fato pode ser comprovado através de análise dos dados do Ministério do Planejamento, que apontam por exemplo,

o município de Itaperuna , concentrando mais de 80% dos recursos destinados no PAC para a Região Noroeste Fluminense.

Portanto, pretende-se com o presente trabalho levar a discussão questões relativas a qualificação e tipificação dos investimentos federais como ferramenta de crescimento econômico. O PAC foi pensado de forma macroeconômica, este fator deve ser abordado no que tange a perspectivas de crescimento e desenvolvimento nacional, ou seja, não se pode atribuir ao PAC papéis de cunho estruturante e externalizador de produção para recortes territoriais.

A metodologia aqui apresentada traz uma contribuição a análise de que a política de investimentos da União , estruturada em demandas projetizadas de pequenos, médios e grandes municípios tende a solucionar problemas pontuais, e que no longo prazo não provocam alterações nos níveis de renda e PIB dos municípios.

#### 4. REFERÊNCIAS

BACELAR, Tânia. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000. Part1, pp. 17-24, 115-140; parte 3, PP.305-338.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. Principais Aspectos do Programa de Aceleração do Crescimento. **Nota Técnica**, São Paulo, n. 41, p.1-11, 01 jan. 07. Disponível em: <[www.dieese.org.br/notatecnica/notatec41PAC.pdf](http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec41PAC.pdf)>. Acesso em: 28 jul. 2011.

DINIZ, C.C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v.31, n.11, p. 35-34, set. 1993

DOMINGUES, Edson Paulo; MAGALHÃES, Aline Souza; FARIA, Weslem Rodrigues. Infraestrutura, Crescimento e Desigualdade Regional: Uma projeção de impactos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Minas Gerais. **Pesquisa e Planejamento Econômico: PPE**, São Paulo, v. 1, n. 39, p.121-158, abr. 2009.

FERREIRA, P.C. Investimento em infraestrutura no Brasil: fatos estilizados e relações de longo prazo. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.26, n.2, p. 231-252, ago 1996.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Balanco de 4 anos do Programa de Aceleração do Crescimento 2007 - 2010**: Rio de Janeiro. Disponível em: <[www.brasil.gov.br/pac/relatorios/nacionais/11o-balanco-4-anos](http://www.brasil.gov.br/pac/relatorios/nacionais/11o-balanco-4-anos)>. Acesso em: 05 jul. 2011.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **10º Balanco do Programa de Aceleração do Crescimento para o Rio de Janeiro**. Disponível em: <[www.brasil.gov.br/pac/.../rio-de-janeiro.../rio-de-janeiro-10o-balanco](http://www.brasil.gov.br/pac/.../rio-de-janeiro.../rio-de-janeiro-10o-balanco)>. Acesso em: 25 jul. 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Saneamento no Brasil**. Disponível em: <[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)>. Acesso em: 09 jul. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE . **PIB e Contas Nacionais**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 10 jul. 2011.

PIQUET, R. **Indústria e território no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, cap. 1 , p. 17-29

TAVARES, Hermes M. **Políticas de desenvolvimento regional nos países do “centro” e no Brasil.** In: Planejamento e Território, Cadernos IPPUR, ano XVI, nº 2, Ago-Dez 2001/Ano XVI, Nº 1, Jan-Jul 2002. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR,2002, p. 229-248.

TONETO JÚNIOR, Rudinei; SAIANI, Carlos César Santejo. Restrições à Expansão dos Investimentos no Saneamento Básico Brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2006, Campinas. **Anais do X Encontro Nacional de Economia Política.** São Paulo: Sep, 2006. p. 55 - 66.

# **Impactos socioeconômicos da construção do Complexo Portuário-Industrial do Açúcar sobre a população e o território de São João da Barra**

Bárbara Vieira de Freitas<sup>6</sup>  
Elzira Lúcia de Oliveira<sup>7</sup>

## **RESUMO**

Desde o ano de 2007 o município de São João da Barra experimenta os primeiros impactos da implantação de um grande empreendimento, o Complexo Portuário Industrial do Açúcar (CPIA), que se enquadra no que se chamou na década de 1970 de Grandes Projetos de Investimentos (GPIs). O Complexo Portuário e Industrial do Açúcar considerado o maior investimento em infraestrutura portuária da América Latina ocupará uma área de 90 km quadrados, onde se prevê a instalação de siderúrgicas, cimenteiras, indústria automotivas, termoeletricas, indústrias de apoio offshore e ainda uma unidade de tratamento e armazenamento de petróleo. O objetivo deste estudo é identificar os primeiros impactos socioeconômicos decorrentes da implantação da infraestrutura industrial e portuária em São João da Barra. A metodologia utilizada consistiu no levantamento bibliográfico e utilização de dados secundários da Rais/MTE e do Censo Demográfico/IBGE 2010. Os impactos positivos da construção do CPIA na economia do município de São João da Barra estão relacionados com geração de emprego, aumento do emprego formal principalmente no setor de construção civil, e aumento da renda, bem como o aumento do comércio e infraestrutura necessária para atrair outros investimentos. Entretanto, pelo lado negativo, diversas famílias estão sendo diretamente afetadas por esta construção, em decorrência das desapropriações iniciais e das atuais desapropriações realizadas pelo Governo do Estado para a implantação de um Condomínio Industrial. Os deslocados pela empresa e reassentados na Fazenda Pontinhas deverão, novamente, serem deslocados em função da construção de um condomínio residencial de alto luxo, cujo projeto se encontra em processo de realização de avaliação de impacto ambiental.

Palavras Chaves: Complexo Portuário e Industrial do Açúcar, Impactos socioeconômicos, População, Território

## **INTRODUÇÃO**

Desde o final do ano de 2007 o município de São João da Barra experimenta os primeiros impactos da implantação de um grande empreendimento, o Complexo Portuário Industrial do Açúcar (CPIA), que se enquadra no que se chamou na década de 1970 de Grandes Projetos de Investimentos (GPIs). O Complexo Portuário e Industrial do Açúcar considerado o maior investimento em infraestrutura portuária da América Latina ocupará uma área de 90 km quadrados, onde se prevê a instalação de siderúrgicas, cimenteiras, indústria automotivas, termoeletricas, indústrias de apoio offshore e ainda

---

<sup>6</sup> Socióloga e mestranda do Curso de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades/UCAM.

<sup>7</sup> Doutora em Demografia. Professora Adjunto I do Departamento de Geografia da UFF/PUCG e Professora Colaboradora do Curso de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades/UCAM.

uma unidade de tratamento e armazenamento de petróleo. O CPIA provocará inúmeras transformações e desafios não somente para a população e o território onde se localiza o empreendimento, mas para toda sua hinterlândia.

Sendo assim o objetivo deste estudo é identificar os impactos provocados pela implantação do Complexo Portuário-Industrial do Açú.

Para o desenvolvimento deste trabalho foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema e utilizados dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego – Mte. e dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

O Município de São João da Barra está localizado no Norte do estado do Rio de Janeiro, a uma distância de 262,469 km da capital. Sua densidade demográfica é de 71,96 habitantes por km<sup>2</sup>. Tem uma área territorial de 455,044 quilômetros quadrados. De acordo com o Censo 2010, São João da Barra tem uma população total de 32.747 habitantes, com uma população urbana de 25.693 habitantes e com uma população rural de 7.054 habitantes.<sup>8</sup> E o município de Campos dos Goytacazes está a uma distância de 286 Km da capital. Tem uma área territorial 4.026,712 km<sup>2</sup> e densidade demográfica de 115,16 hab./km<sup>2</sup>. De acordo com o Censo 2010, a população total do município é de 463.731 habitantes, com uma população urbana de 418.725 habitantes e com uma população rural de 45.006 habitantes<sup>9</sup>.

O Complexo Portuário-Industrial do Açú está sendo construído na localidade de Barra do Açú, no município de São João da Barra, limitando-se ao sul e a oeste com o município de Campos dos Goytacazes no litoral Fluminense do estado do Rio de Janeiro

---

<sup>8</sup> IBGE, Censo Demográfico 2010

<sup>9</sup> IBGE, Censo Demográfico 2010

(FIG.1).

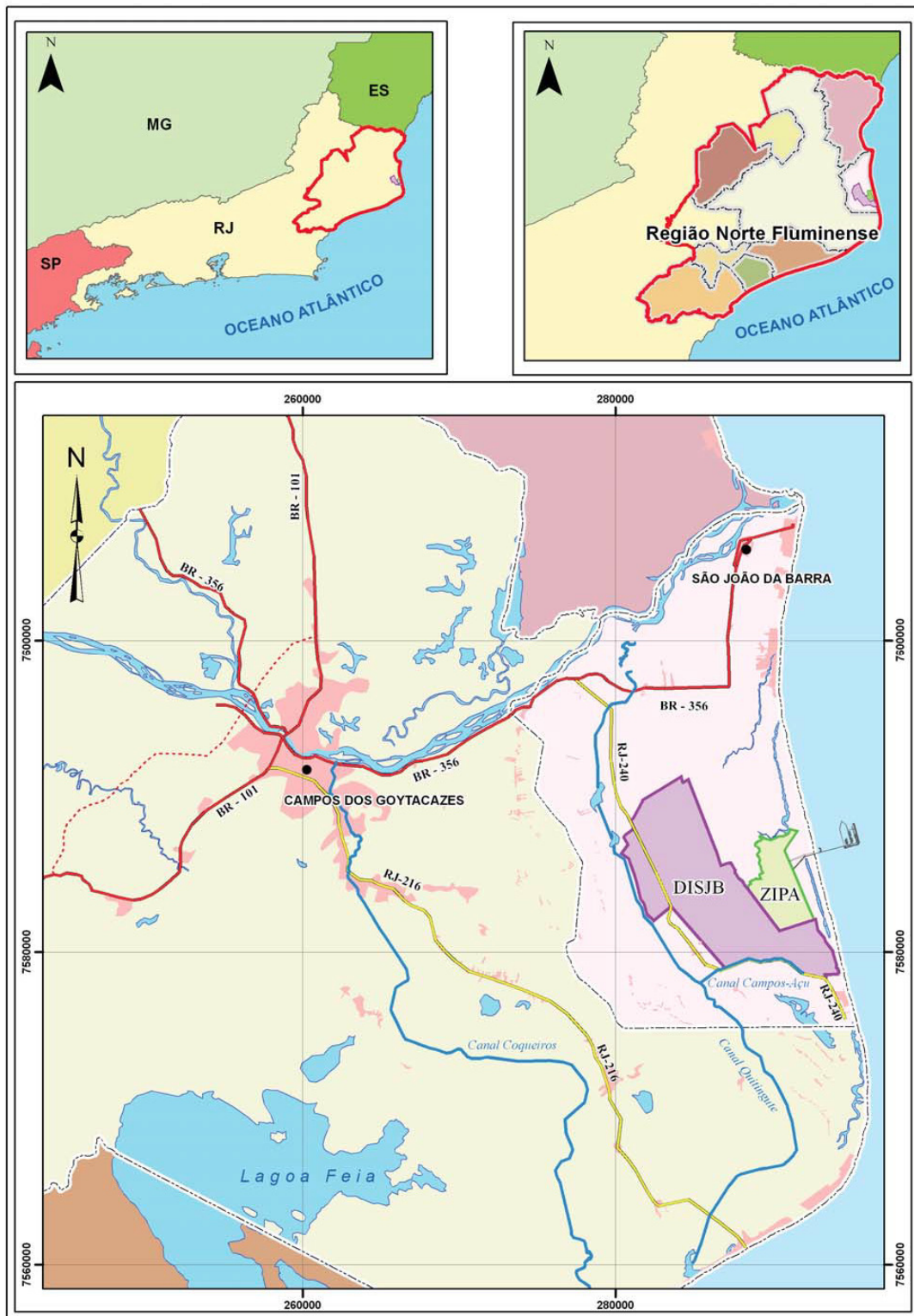


FIGURA 1 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

FONTE: RIMA-RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (LLX/ECOLOGUS/AGRAR, 2011):P.2 -

O elemento central desta investigação são os impactos que estão ocorrendo em função da construção do Complexo Portuário-Industrial do Açúcar no município de São João da Barra.

## COMPLEXO PORTUÁRIO- INDUSTRIAL DO AÇU – UM GRANDE PROJETO DE INVESTIMENTO.

O Complexo Portuário-Industrial do Açú considerado o maior investimento em infraestrutura portuária da América Latina, ocupa uma área de mais 90 quilômetros quadrados. O complexo Portuário-Industrial deverá movimentar, entre importações e exportações, pelo menos 350 milhões de toneladas por ano, o que o coloca entre os três maiores complexos portuários do mundo (SUPERPORTO DO AÇU- Disponível em <http://www.llx.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=162&lng=br> - Acessado em 20-setembro - 2011).

O CPIA teve sua construção iniciada em outubro de 2007 no município de São a partir do projeto do Projeto do Porto do Açú do Grupo MMX do empresário Eike Batista. Este empreendimento se destaca pela sua localização que funcionará como base de suporte para operações de apoio offshore da Bacia de Campos e do sul do estado do Espírito Santo, e seu calado de 18,5 metros (VICTER, 2010).

Segundo informações fornecidas pela LLX<sup>10</sup>, ao final da construção o CPIA contará com dez berços de atracação; sendo quatro de minério de ferro, dois para movimentação de petróleo, um para carvão e três para produtos siderúrgicos. Na área que corresponde ao parque industrial serão instaladas indústrias como: siderúrgicas; cimenteiras; unidade de tratamento de petróleo; usina termoelétrica; pólo metal-mecânico; usinas de pelotização de minério de ferro e uma retro-área para armazenar e movimentar produtos (FIG. 2).

Localizado no norte do estado do Rio de Janeiro e em construção desde outubro de 2007, o Superporto do Açú é composto por dois conjuntos de terminais que juntos totalizam 17 quilômetros de cais: TX1, correspondente aos terminais offshore, e TX2, um desenvolvimento do canal interno de navegação com 3,5 quilômetros de extensão com mais de 13 mil metros de cais, largura 300 metros de largura e até 18 metros de profundidade (SUPERPORTO DO AÇU - Disponível em <http://www.llx.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=162&lng=br>) Acessado em 20 - setembro de 2011).

---

<sup>10</sup> Empresa logística subsidiária pela MMX, responsável pela construção do CPIA.





FIGURA 2 - PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DO COMPLEXO PORTUÁRIO-INDUSTRIAL DO AÇU

NOTA: 1 MINÉRIO DE FERRO; 2 PELOTIZADORAS; 3 TERMELÉTRICAS; 4 PÁTIO LOGÍSTICO; 5 TERMINAL DE GRANÉIS LIQUÍDOS; 6 ÁREAS DE APOIO À E&P DE PETRÓLEO; 7 ADMINISTRAÇÃO; 8 COMÉRCIO E LAZER; 9 SIDERÚRGICA 1; 10 CIMENTEIRA 1; 11 SIDERÚRGICA 2; 12 CIMENTEIRA 2; 13 UTILIDADES: ÁGUA, GÁS E ESGOTO; 14 INDÚSTRIAS DE CERÂMICA; 15 INDÚSTRIAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL; 16 INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA; 17 POLO METALMECÂNICO; 18 PETRÓLEO; 19 CARVÃO; 20 PRODUTOS SIDERÚRGICOS; 21 ESCÓRIA, GUSA E GRANITO; 22 OSX

FONTE: DISPONÍVEL EM [HTTP://WWW.LLX.COM.BR/CGI/CGILUA.EXE/SYS/START.HTM?SID=162&LNG=BR](http://www.llx.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=162&lmg=br), ACESSADO EM 20 – SETEMBRO – 2011.

A FIG. 3 mostra a área onde se encontrará os empreendimentos do porto-indústria e a área destinada a Distrito Industrial de São João da Barra - DISJB, criado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro para receber empresas que decidam se localizar no entorno do Porto. O Governo do Estado é responsável, por intermédio da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro - CODIN), pela implantação de Distritos industriais. Desta forma, pelo memorando de entendimentos firmado entre o Governo do Estado e a LLX Açú Operações Portuárias, a CODIN E A LLX tornam-se os empreendedores do DISJB. Em contrapartida, coube à LLX a responsabilidade de implantar as infraestruturas de uso comum do DISJB, bem como providenciar o licenciamento ambiental do Distrito. O DISJB juntamente com os empreendimentos em andamento na Zona Industrial e Portuária do Açú – ZIPA, formam o Complexo Logístico e Industrial do Porto do Açú – CLIPA (RIMA-Relatório de Impacto Ambiental (LLX/ECOLOGUS/AGRAR, 2011).

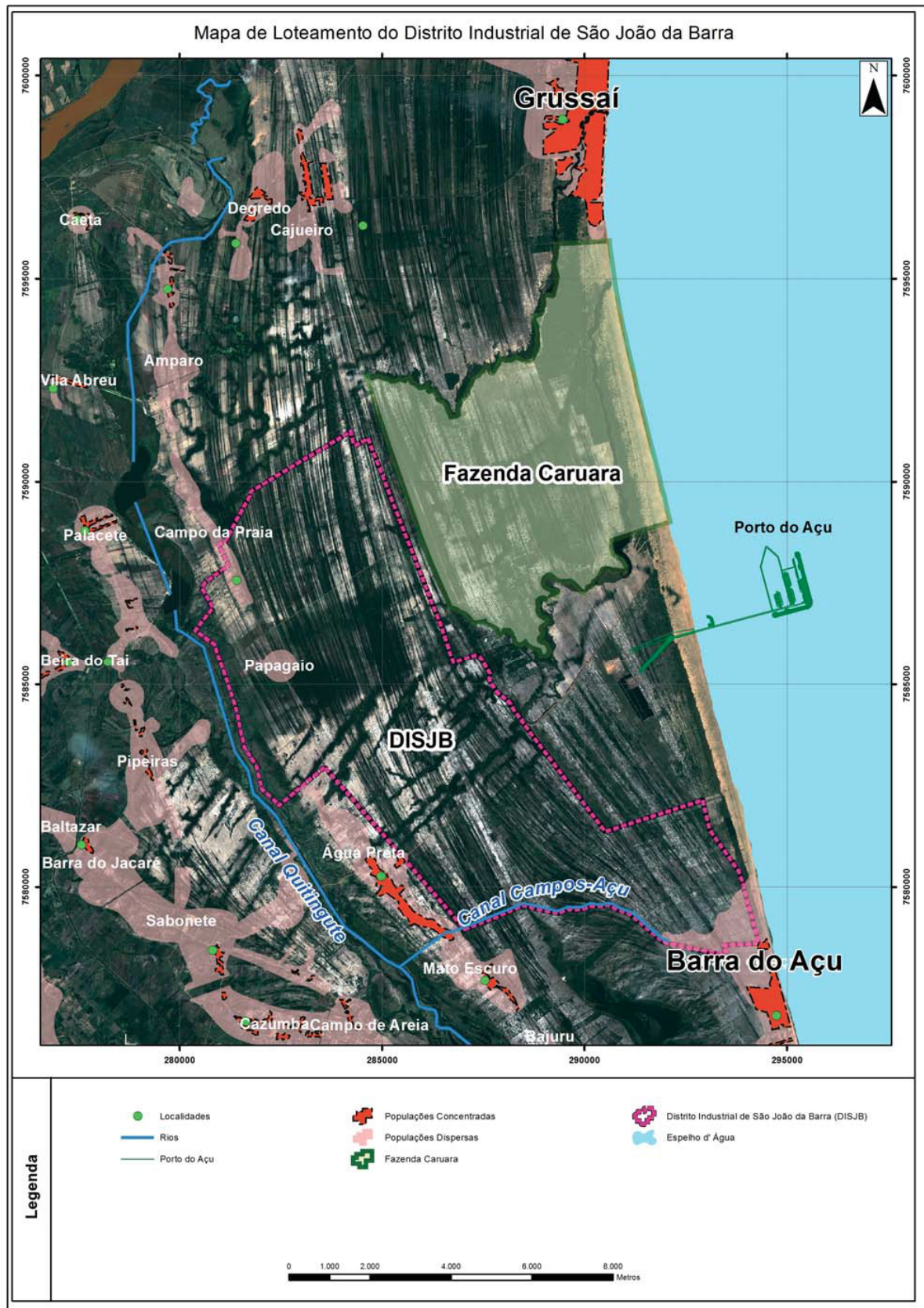


FIGURA 3 - LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DO COMPLEXO PORTUÁRIO-INDUSTRIAL DO AÇU E DO DISJB.

FONTE: RIMA-RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (LLX/ECOLOGUS/AGRAR, 2011):P.15

O Complexo Portuário-Industrial do Açú pode ser considerado ao que se chamou de Grande Projeto de Investimento - GPI implantado no país na década de 1970, que representou a entrada em uma nova escala de produção interna. Esses mega-empresendimentos voltaram a pauta nos últimos anos, o Porto do Açú e também o Estaleiro de Barra do Furado são exemplos desses empreendimentos, que já estão redesenhando o território e impactando este e sua população. Segundo Vainer (2010: 113)

Esses grandes projetos são uma das formas de organização que a tudo se sobrepõe, fragmentando o território e instaurando circunscrições e distritos que no limite configuram verdadeiros enclaves

O autor argumenta, que de modo geral os impactos produzidos por grandes projetos como Complexo Portuário-Industrial do Açú, acarretam mudanças na estrutura populacional, na economia, na organização territorial, no quadro político e na cultura da população local. São estes grandes projetos que ditam as novas regras e objetivos da sociedade e do local.

Segundo a Ribeiro (2010: 14):

Nós estamos a uma transformação brutal do conteúdo do território, do conteúdo técnico. E isso implica realmente uma velocidade desigual dos lugares; velocidade essa que pode expulsar a maioria, se nós não tivermos um cuidado mínimo.

Esses grandes projetos de investimentos também se transformam em objeto de disputa fiscal entre regiões ou municípios. E não sendo desenhado no escopo de um plano de desenvolvimento regional, não expressam as forças sociais, políticas e econômica endógenas. Sendo assim, podem romper as relações econômicas e sociais tradicionais, impactando o local onde se encontram.

### **A Construção do CLIPA e seus Impactos no Local**

A construção, destes empreendimentos impacta o território, formando um novo e forçando a desterritorialização de várias famílias proprietárias da área onde está sendo construído o CLIPA.

Diversas famílias do município de São João da Barra estão sendo realocadas em outras propriedades. Este processo rompe com laços sociais, afetivos, hábitos, práticas e

tradições, ou seja, apagam-se parte da sua história de vida e dos laços de afetividade com o lugar de vivência.

O RIMA do DISJB destaca como Área de Influência Direta – AID para o *meio socioeconômico* algumas localidades de São João da Barra, Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana, onde, segundo o Relatório podem ocorrer transformações socioeconômicas em decorrência do empreendimento: (i) alteração na relação do homem com os recursos naturais, que pode alterar as atividades de subsistência tradicionais e cristalizadas – pesca e agricultura (Atafona, Farol de São Tomé, Gargaú, Guaxindiba e Barra de Itabapoana e as comunidades agrícolas do 5º Distrito de São João da Barra -; (ii) impacto no 5º e 6º Distritos de São João da Barra, em função da vizinhança com a área de operação; (iii) pressão sobre os recursos territoriais, infraestrutura e serviços públicos, bem como impacto cultural em função dos deslocamentos populacionais atraídos pela crescente demanda de trabalho, especialmente em São João da Barra e dos Distritos de Mussurepe e São Sebastião, em Campos dos Goytacazes. Os municípios de Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana, com a plena ocupação dos empreendimentos serão cenários de profundas transformações sociodemográficas, produtivas e urbanísticas. Se por um lado, espera-se crescimento do emprego e da renda, por outro os municípios devem se preparar para pressões sobre a infraestrutura urbana e serviços públicos. A consolidação dos efeitos positivos e negativos em São Francisco de Itabapoana estará condicionada à conclusão da ponte de ligação entre o município e São João da Barra (LLX/ECOLOGUS/AGRAR, 2011).

A FIG. 4 que mostra a sobreposição das áreas do DISJB à AID, revela que, em termos territoriais, o “Núcleo Agrícola” é o espaço mais impactado pelo empreendimento (LLX/ECOLOGUS/AGRAR, 2011). Estes assentados, especialmente os residentes no 5º Distrito de São João da Barra, já se encontram em processo de desapropriação de suas propriedades. Em 2000 a população do 5º Distrito era composta por um contingente de 5.777 pessoas, sendo 4.664 em áreas rurais (IBGE, 2000). Este núcleo populacional representa grande parte da população afetada da AID.

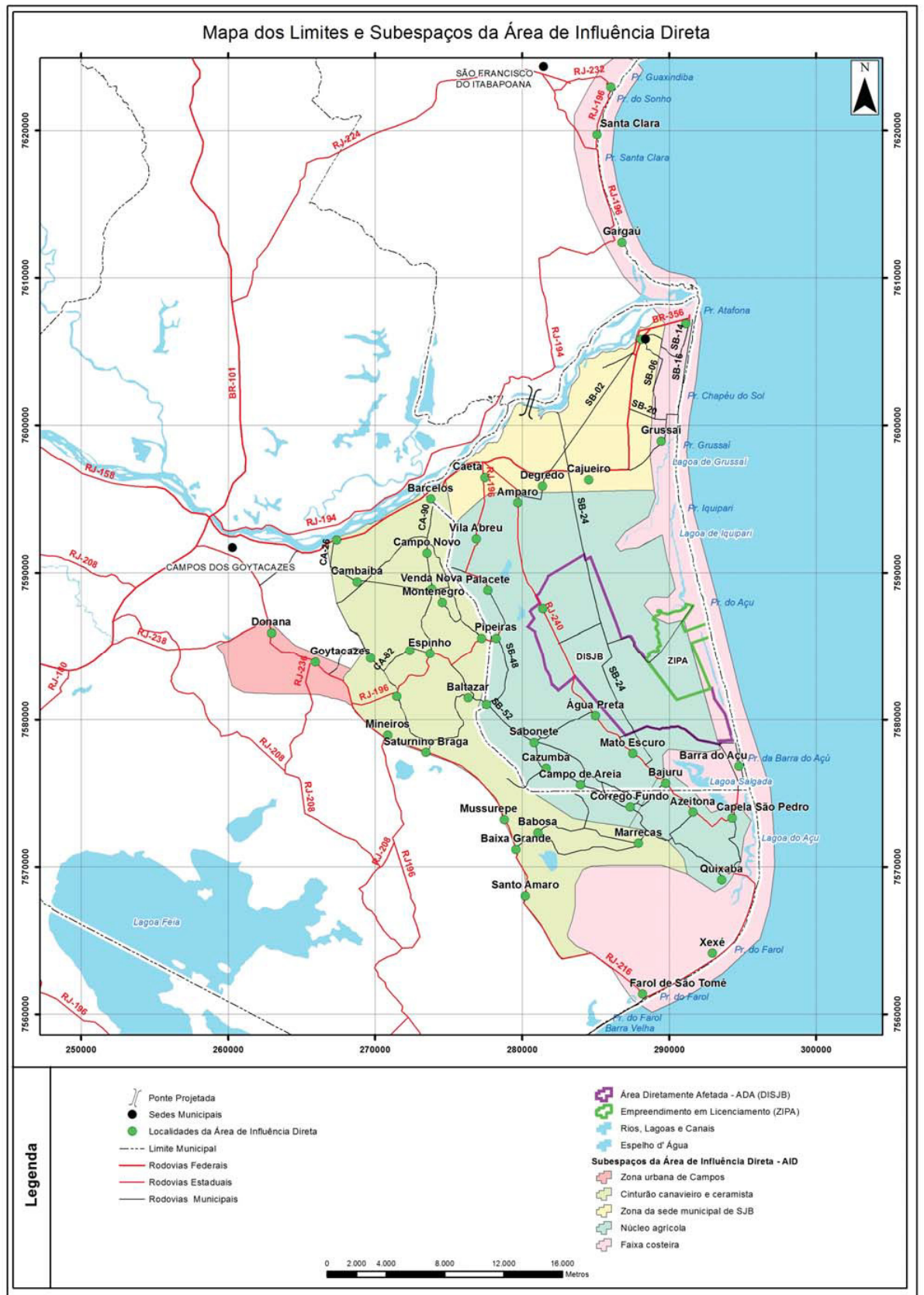


FIGURA 4 – MAPA DA ÁREA DE INFLUÊNCIA SOCIOENÔMICA  
 FONTE: RIMA-RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (LLX/ECOLOGUS/AGRAR, 2011):p.34

Este tipo de impacto causado no espaço urbano é um exemplo da situação, onde o desenvolvimento regional não é dirigido pelo estado em atendimento do interesse

coletivo. O Estado age dirigido pelo grande capital nacional e internacional, quando ter um papel preponderante no ordenamento e reordenamento do território em sinergia com o grande capital, contudo, por meio de um marco regulatório consistente com os interesses nacionais e locais.

No contexto socioeconômico, a geração de emprego e aumento da população proporcionada pelo empreendimento, são os impactos positivos mais observados durante a fase de execução dos serviços de construção do empreendimento, onde são realizadas obras civis e outros serviços aumentando o emprego formal.

Nota-se na TAB. 1 que o crescimento populacional da região Norte superou o crescimento populacional do Estado como um todo. Depois dos municípios que sofrem influência da Indústria do Petróleo – Quissamã, Macaé e Carapebus – que cresceram acima da taxa da região, São João da Barra, foi o município que apresentou a maior taxa média de geométrica de crescimento anual durante a última década. Em que pese, ter ficado abaixo dos 2,0% verificado na região, a taxa de 1,7% experimentada pelo município é superior à de Campos dos Goytacazes, que foi de 1,3%. Consolidando ao longo do tempo taxas de crescimento populacional superiores à observada, acarretadas pelo fluxo de trabalhadores nas diversas etapas do empreendimento, observa-se-á, também como previsto nos estudos de impacto, uma pressão crescente e constante na infraestrutura urbana e de serviços, já deficiente, existente. Essa pressão é traduzida pelo aumento das descargas de esgoto nas vias coletoras e nas unidades de tratamento, aumento do consumo de água, pressão sobre os equipamentos de saúde (leitos hospitalares, unidades de pronto atendimento), dos bancos escolares, consumo de energia entre outros.

TABELA 1

POPULAÇÃO E CRESCIMENTO POPULACIONAL 2000 – 2010 -MUNICÍPIOS E REGIÕES SELECIONADAS

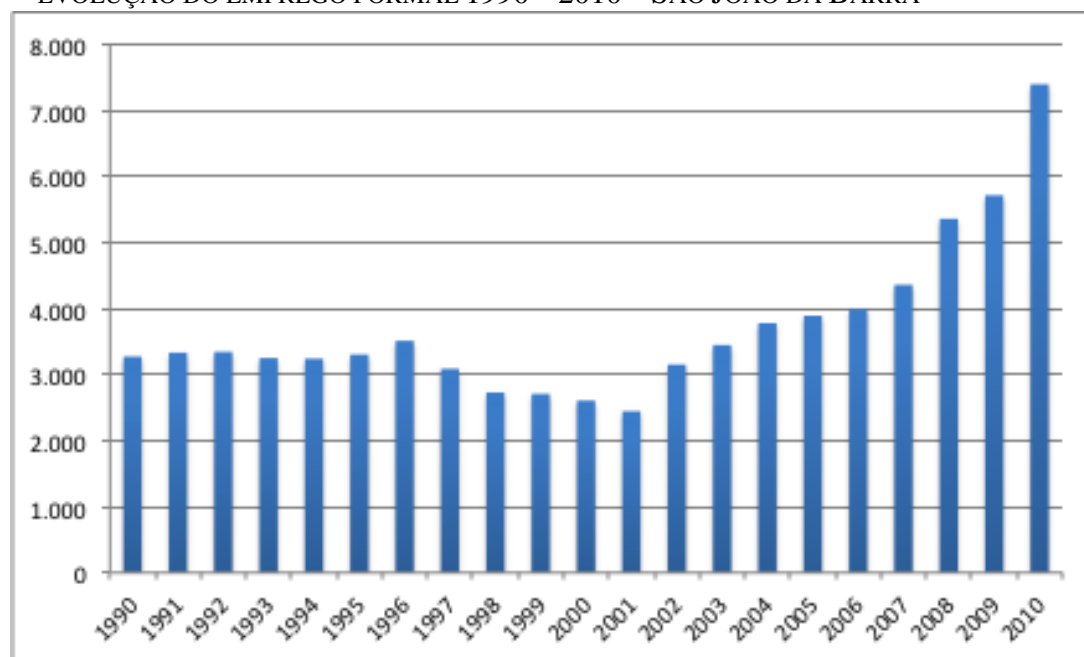
Municípios	2.000	2.010	Taxa de crescimento
Campos dos Goytacazes	406.989	463.545	1,3
Carapebus	8.666	13.348	4,3
Cardoso Moreira	12.595	12.540	-0,04
Conceição de Macabu	18.782	21.200	1,2
Quissamã	13.674	20.244	3,9
São Fidélis	36.789	37.553	0,2
São Francisco de Itabapoana	41.145	41.357	0,1
Macaé	132.461	206.748	4,5
São João da Barra	27.682	32.767	1,7
Norte Fluminense	698.783	849.302	2,0
Rio das Ostras	36.419	105.757	10,7
Casimiro de Abreu	22.152	35.373	4,7
Estado do Rio	14.391.282	15.993.583	1,06

FONTE: CENSOS DEMOGRÁFICOS: 2000: 2010 (IBGE)

Como pode ser observado no GRAF. 1, o comportamento do emprego formal na década de 1990 é bastante diferenciado do que o experimentado na primeira década do século XXI. Enquanto o contingente de trabalhadores formais no município encolheu nos anos 1990, entre 2000 e 2010, a série apresenta forte crescimento, especialmente a partir de 2007, ano de início da construção do empreendimento, quando se verificou aumento significativo de de 69,7% no volume de emprego até 2010.

GRAFICO 1

EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL 1990 – 2010 – SÃO JOÃO DA BARRA



FONTE: RAIS/MTE

A geração de empregos contribui para o desenvolvimento de vários setores econômicos locais e regionais, especialmente das atividades de comércio, bem como setores de serviços e construção civil, os quais são diretamente beneficiados durante o período de execução das obras.

Nota-se, pelos dados da TAB. 2, que entre o ano de 2000 e 2005 o emprego na construção civil aumentou em termos relativos 132,4% e entre 2005 e 2010, 577,1%, mais de quatro vezes o aumento verificado na primeira metade da década. O setor afirma sua tendência de crescimento com aumento de ocupados de 195,1% entre o ano de 2007 e 2010. Um aumento bem significativo se comparado ao aumento que ocorreu em toda a região norte fluminense, que cresceu 49,77% (2000-2002); 35,5% (2005-2007) e apenas 4,7% no período de 2007 a 2010 (TAB. 3).

No setor de comércio o volume de ocupados cresceu entre 2000 e 2002 32%, no período entre 2005 e 2007 ocorreu uma diminuição de 5,5% voltando entre 2007 a 2010 a crescer em 35,8% do contingente de ocupados no emprego formal.

TABELA 2  
OCUPADOS NO SETOR FORMAL SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA – 2000- 2010

<b>Setor de Atividade</b>	<b>2000</b>	<b>2002</b>	<b>2005</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
Extrativa Mineral	4	4	5	4	1	0	0
Indústria de Transformação	590	489	581	467	466	404	423
Serviços Industriais	3	3	0	0	6	4	3
Construção Civil	111	78	258	592	1292	1590	1747
Comércio	265	349	506	478	552	579	649
Serviços	654	294	357	479	608	694	824
Administração Pública	749	1742	2012	2129	2211	2252	3583
Agropecuária	231	193	173	211	176	192	168
<b>Total</b>	<b>2.607</b>	<b>3152</b>	<b>3892</b>	<b>4360</b>	<b>5312</b>	<b>5715</b>	<b>7397</b>

FONTE: RAIS/MTE

Entre o ano de 2000 e 2005 ocorreu uma queda de 45,4% dos ocupados no setor de serviços. No período entre 2005 e 2010 identificou-se um aumento de 130,8% no volume de emprego.



OCUPADOS NO SETOR FORMAL SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA NA REGIÃO NORTE FLUMINENSE – 2000-2010

<b>Setor de Atividade</b>	<b>2000</b>	<b>2002</b>	<b>2005</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
Extrativa Mineral	4750	11629	15209	19518	22863	24805	27074
Ind. de Transformação	10052	12759	16484	22020	22351	22725	23887
Serviços Industriais	610	1299	2147	1624	1713	2132	2265
Construção Civil	7884	11807	12726	17241	21213	17155	18048
Comércio	19029	23782	28999	33673	36058	37270	41226
Serviços	36477	41569	54852	70436	71034	65102	70810
Administração Pública	14627	18820	28264	42149	30668	31366	39775
Agropecuária	5203	4064	7093	4912	4590	4082	4055
<b>Total</b>	<b>98.640</b>	<b>125.729</b>	<b>165.774</b>	<b>211.573</b>	<b>211.390</b>	<b>204.637</b>	<b>227.140</b>

FONTE: RAIS/MTE

O setor de construção civil foi o setor de atividade que mais foi e está sendo impactado pela construção do Complexo do Porto do Açú.

A construção do CLIPA está impactando a população local positivamente por meio da criação de empregos diretos e indiretos, em consequência da demanda das empresas que tendem a se territorializar na região, aumentando assim, o aumento da renda. E de forma negativa por meio dos impactos mais contundentes das populações das AID, especialmente aqueles que formam o Núcleo Agrícola quinto e sexto distritos.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

O estudo aponta que os impactos da construção do Complexo Logístico e Industrial do porto do Açú não se restringem à questão ambiental, eles são sentidos também de forma direta na economia e na sociedade.

Os impactos positivos da construção do CPIA na economia do município de São João da Barra estão relacionados com geração de emprego, aumento do emprego formal principalmente no setor de construção civil, bem como o aumento do comércio e serviços necessários para atrair outros investimentos.

Os impactos negativos estão relacionados à desapropriação das famílias da área afetada pela construção do CPIA, que estão sendo obrigadas a deixar seu espaço de vivência, o seu lugar e se reterritorializar em um novo espaço para dar lugar ao novo empreendimento.

O empreendimento do Complexo Logístico e Industrial do Porto do Açú está promoverá forte urbanização dos espaços rurais, provocando inúmeras modificações socioespaciais, econômicas, ambientais e administrativas, para o município de São João da Barra e

demais da AID colocando uma série de desafios o poder público local, em virtude de da ampla zona de atividades industriais planejadas para aquele espaço.

Se por um lado os impactos positivos vislumbram um horizonte de crescimento nas próximas décadas, por outro, não se deve ignorar os conflitos sociais e territoriais em curso e que estão por vir.

### **Bibliografias**

COLLIN, M. Mobilizações Produtivas na Cidade Portuária. In *A Mobilização Produtiva dos Territórios: instituições e logística do desenvolvimento local*. MONIÉ, F. e SILVA G. (orgs). Rio de Janeiro: DP&A, 2003

COUTINHO, R.R. Avaliação das transformações socioambientais oriundas da implantação do Complexo portuário industrial do Açú. (Dissertação de Mestrado) Campos dos Goytacazes:IFF 2009

LLX. Superporto do Açú. In: *LLX, uma empresa do grupo EBX* [on line]. Disponível em: <http://www.llx.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=162&lng=br> Acesso em: 10 de outubro de 2010.

MONIÉ, F. Planejamento territorial, modernização portuária e logística: o impasse das políticas públicas no Brasil e no Rio de Janeiro. In: MONIÉ, Frédéric & SILVA, Gerardo. *A mobilização produtiva dos territórios: Instituições e logística do desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

RIBEIRO, A. C. T. Cultura, ação e planejamento. In: Estado e lutas sociais: intervenções e disputas no território. AMBIENS sociedade cooperativa (org.). Curitiba, Paraná: Kairós, 2010, p.11-27.

RIMA-RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL. LLX, ECOLOGUS, AGRAR, 2011.

VAINER, C. B. Classes sociais e poder político no planejamento. In: Estado e lutas sociais: intervenções e disputas no território. AMBIENS sociedade cooperativa (org.). Curitiba, Paraná: Kairós, 2010, p.107-120.

VICTER, W. Porto do Açú. In *O Globo* (on line). 14 de abril de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/blogs/wagner/posts/2010/04/14/porto-do-acu-283776.asp> - Acessado em 15 de setembro de 2010.

# **Estratégia de Gestão Territorial: O caso da Votorantim na região leste da Zona da Mata Mineira**

**Débora Valentim Duarte Junqueira**

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo pretende apresentar: a) os conceitos de gestão de territórios e b) como se dá a gestão do território de uma empresa de mineração, neste caso a: Votorantim, nos municípios de Itamarati, Descoberto, Cataguases, Mirai, São Sebastião da Vargem Alegre e Muriaé.

A empresa mineradora explora os recursos naturais, instala infra-estrutura, utiliza os sistemas de circulação, ao mesmo tempo em que paga royalties pela exploração mineral, gera empregos, paga impostos que devem ser revertidos em riquezas para os municípios. Essa relação estabelecida entre empresa, poder local, entidades não governamentais, podem ser analisadas a partir das orientações teóricas da gestão do território, visto que essas relações envolvem conflitos, articulações, negociações e atrelada na disputa e, portanto, conflitos territoriais.

Segundo Coelho e Monteiro, o direito de exploração [mineral] é, antes de tudo, um instrumento de poder manipulável e manipulado por interesses políticos que variam no tempo e no espaço. (COELHO & MONTEIRO, 2007). Os interesses políticos muitas vezes são conturbados deixando-nos confuso em relação de quem realmente gere o território, o poder público ou o privado?

Muitas vezes em uma unidade mineraria a população cobra mais da empresa mineradora do que do poder público, dentro do território. Nos últimos anos, percebe-se uma transferência de responsabilidade do governo local para o setor privado, uma vez que com a chegada de uma empresa mineradora na exploração do território, desenvolve mudanças de forma mais dinâmica e ágil do que o poder público.

Portanto, o objetivo deste artigo é entender como uma empresa mineraria atua em uma determinada região e sua estratégia de gestão de território.

## **I – SOBRE GESTÃO DO TERRITÓRIO**

Para entender a gestão do território será preciso conhecer primeiramente o que é gestão e o que é território. Segundo a enciclopédia Larousse 1995, gestão vem do latim *gestio*, ação de gerir, administração. Uma definição muito vaga.

Na administração, embora não seja possível encontrar uma definição universalmente aceita para o conceito de gestão, há um consenso que se deve considerar, que a gestão, está ligada as funções de planejamento, organização, liderança e controle, sendo assim, é um conjunto de tarefas que procuram garantir a eficiência e eficácia de todos os recursos disponibilizados pela organização a fim de serem atingidos os objetivos pré-determinados. Ou seja, melhor forma de agir, através da tomada de decisões racionais, contribuindo para o desenvolvimento e para a satisfação dos interesses de todos e para a satisfação das necessidades da sociedade.

De acordo com a questão urbana e territorial, gestão passa a ter um sentido de compreender a complexidade do espaço e das diferentes realidades de vida. Levando em consideração o desenvolvimento sustentável tendo a região com o espaço de atuação e inovação, compreendendo a complexa da dinâmica local, regional e global.

No entendimento sobre território, temos na etimológica da palavra, grande extensão de terra, área de um país, de um Estado, de uma cidade, etc. onde estas áreas são sujeitas a uma autoridade, a uma jurisdição qualquer. (Aurélio, 1997).

Na geografia diversos autores se debruçam sobre o conceito de território, mas o conceito chave está associado ao espaço geográfico, com uma análise do espaço a partir de relação de poder, onde espaço e território são indissociáveis. (Souza, 1995).

O conceito de território vem sendo discutido, na geografia, devido às várias mudanças ocorridas nos últimos anos, e, o significado de território, vai se modificando com o passar do tempo.

Milton Santos, um dos geógrafos brasileiros mais conceituados, em seu artigo “o retorno do território” ele comenta que convivemos com uma idéia de território que vem de herança da modernidade incompleta e de seus conceitos puristas.

Este mesmo autor questiona sobre o estudo do território, em compreender a categoria do território, que, para ele, é na base territorial que tudo acontece, mesmo as configurações e reconfigurações mundiais influenciando o espaço territorial. (SANTOS, 2002)

No direito, o território é concebido como um dos elementos constitutivos do Estado, composto pela porção física do planeta sobre o qual ele exerce a soberania (Enciclopédia Saraiva)

Na economia o território é visto como uma construção sócio-econômica e institucional. Um sujeito da ação coletiva e prol do desenvolvimento econômico. Que, segundo Muls, 2008:

Ao endogenizar o papel do território, estamos querendo dizer que cada grupo de instituição e de organismos locais

responsáveis por estas trajetórias de crescimento – cada arranjo institucional bem sucedido é específico ao território, sendo um produto de seu próprio contexto e o resultado de sua própria construção. (MULS, 2008)

A abordagem do território nas questões econômicas, muitas vezes, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas; o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes social e na relação capital trabalho, como produto da divisão territorial do trabalho (BAESBAERT, 1997).

Como se percebe há diferentes abordagens para o conceito de gestão e território. Com a rapidez das transformações econômicas, administrativas, geográficas, dentre outras, e pela globalização, impõe mudanças na forma de se pensar na gestão e no território, os conceitos, portanto, vão evoluindo de forma a reorganizar os pensamentos. Hoje, encontramos muito a abordagem e discussão em relação a gestão do território, em suas escalas, ocupação, conflitos, planejamento e paisagens, etc.

A questão de gestão do território ganha força no momento contemporâneo, devido à integração econômica regional e global, onde situações locais são afetadas pelas dinâmicas complexas em que estão inseridas, onde os processos locais são melhores compreendidos se enfocados num quadro mais amplo, regional e global.

Isto nos remete a idéia da teoria do caos de Henri Poincaré que explica o funcionamento de sistemas complexos e dinâmicos. Um fenômeno global pode ser influenciado por centenas de fatores locais.

Na visão de Vieira & Vieira, 2000 vê a organização como uma redefinição e gestão do território no âmbito do processo de globalização da economia e traz à tona a questão dos lugares.

O pós-modernismo territorial, ou seja, a internacionalização e a inserção em redes mundiais de espaços geográficos redefiniram o lugar, a região e a macro-região no contexto mundial; porém não significa que o espaço tenha sido transformado em uma realidade uniformizada. Há complexos problemas de articulação entre as diversas categorias espaciais, sobre as quais emerge uma inevitável e poderosa força de poder devido à concentração de capital nos territórios em (re)definição. Essa nova dimensão dos lugares e das práticas produtivas no novo cenário da economia global, coloca a questão de como e até que ponto a globalização, ao fragmentar os espaços contínuos, caracteriza modos diferenciados de gestão do território. (VIEIRA & VIEIRA, 2000)

Para o Inea – Instituto Estadual do Ambiente do Governo do Estado do Rio de Janeiro a gestão do território é de promover e apoiar ações de ordenamento territorial, definindo áreas prioritárias para a proteção e conservação do ambiente, planejando e desenvolvendo projetos especiais, em parceria com instituições nacionais e internacionais.

Para Mafra e Silva, 2004 a gestão do território está ligada ao planejamento e o objetivo e a finalidade é o ordenamento do território, uma análise da distribuição dos locais destinados a habitação e a atividade produtiva e outras num dado espaço, bem como das formas de utilização pelos diversos agentes envolvidos.

O ordenamento do território por sua vez, pode ser entendido por inúmeras linhas de pensamento. Segundo Claudius-Petit, in Frade, 1999 “O ordenamento do território é na realidade o ordenamento da nossa sociedade”.

De acordo com o regime jurídico da planificação urbanística de Portugal, Lei 48/98 art. 6 - CRP, o ordenamento do território é definido como a ação desenvolvida pela administração pública no sentido de assegurar, no quadro geográfico de certo país, a melhor estrutura das implantações humanas em função dos recursos naturais e das exigências econômicas, com vista ao desenvolvimento harmônico das diferentes regiões que o compõem.

Para Gaspar, 1995 “O ordenamento do território é a arte de adequar as gentes e a produção de riqueza ao território numa perspectiva de desenvolvimento”.

Do ponto de vista das competências para a gestão do território em escala local, regional e global, observa-se que o tema, gradativamente, ganhou mais espaço na relação das dinâmicas.

Em todos os conceitos estudados e pensando na dinâmica da mineração podemos dizer que a gestão de território em uma empresa mineraria seria todo o processo de utilização e administração em uma determinada área, onde a eficiência de sua gestão e política seria de tirar do território o máximo, degradando o mínimo.

## **II - Histórico da Instalação da empresa Votorantim Metais na região Zona da Mata Mineira**

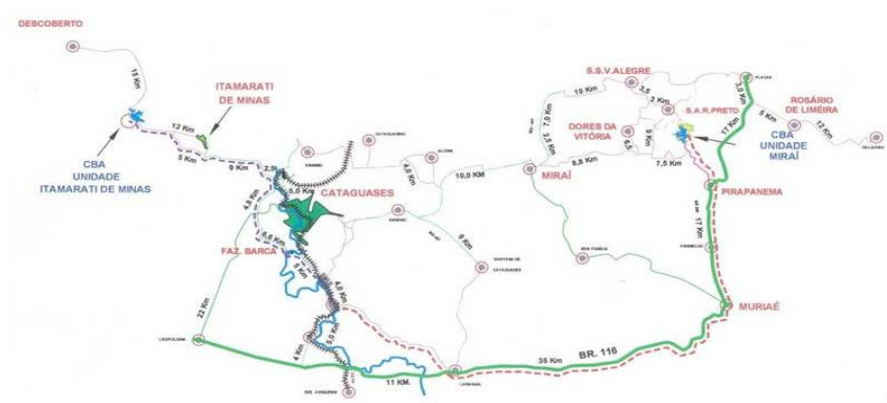


Figura 1 – Mapa de atuação da empresa

Em 1980 começa os estudos e o trabalho de campo do minério, chamado bauxita. Um minério, que na época era relegado a segundo plano. Um minério misterioso, mas devidamente tratado teria um efeito comercial valioso.

Os estudos foram efetuados na região sudeste do Brasil, na Zona da Mata Mineira, perto da divisa entre os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, que se encontra dividida em 12 Mesorregiões Geográficas (categoria de divisão regional instituída pelo IBGE na década de 1990), abrangendo: Cataguases, Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Ubá e Viçosa. A pesquisa foi distribuída nas seguintes Microrregiões:

Microrregião de Cataguases: Cataguases e Itamarati de Minas; □ Microrregião de Juiz de Fora: Descoberto □ Microrregião de Muriaé: Divino, Espera Feliz, Fervedouro, Miradouro, Mirai, Muriaé, Rosário da Limeira, São Sebastião da Vargem Alegre e São Francisco da Glória.

Estes estudos iniciaram no município de São João Nepomuceno a Fervedouro que perduraram até 1997.

Em 1986, por ter certeza da qualidade e do valor comercial do minério dão início as obras de implantação da Unidade de Mineração de Itamarati de Minas.

Em 1991 As obras de implantação da Unidade de Mineração de Itamarati de Minas são concluídas produzindo 45.000 toneladas de bauxita lavada/mês.

Em 1996 começo o processo de melhorias tecnológicas no sistema produtivo com a instalação das peneiras vibratórias e ciclones de 26`` - aumento da recuperação de lavagem de 43,6% p/ 49%

Em 1999 melhorando ainda mais o sistema produtivo, foi realizado a instalação de ciclones de 15`` - aumento na recuperação para 55%.

Em 2001 ocorreu a recuperação dos superfinos – minério anfíbolítico – aumento da recuperação para 57%.

Em 2003 houve a repotencialização da Usina – aumento da produção mensal para 100.000 toneladas de bauxita lavada/mês.

Com a demanda do mercado e melhorias no sistema produtiva devido a modernização dos equipamentos, em 2004 a empresa inicia as obras de implantação da Unidade de Mineração de Miraí – Circuito de Grossos.

E, em 2008 conclui as obras de implantação da Unidade de Mineração de Miraí – 1ª Linha do Circuito de Grossos.

A região passa a ser vista como a “região de mineração de bauxita”, uma vez que, a cafeicultura e a pecuária foram as principais atividades responsáveis pela ocupação da região e também por sua degradação.

O objetivo e a localização do empreendimento foram definidos de acordo com os aspectos físicos, as proximidades de outros municípios que tinham potencial de extração do minério e também por questões logísticas, mais próximas da rodovia e estrada de ferro.

A malha viária de acesso à Zona da Mata inclui as principais vias de ligação entre estados situados nas grandes regiões do Brasil. Estão presentes na região as rodovias: BR-116, que interliga as regiões Sul e Nordeste do país, atravessando o Estado de MG; Rodovia Federal BR- 267; Rodovia Estadual MG-356 (atravessa os municípios de Muriaé e Rosário da Limeira, sendo que o acesso para a cidade de São Sebastião da Vargem Alegre, fica fora do eixo da rodovia); Rodovia Estadual MG-265 (Rodovia de Transição, da MG-265 para a BR-265, que atravessa os municípios de Muriaé e Miraí); Rodovia Estadual MG-447; Rodovia Estadual MG-285 (Rodovia de Transição, da BR-120 para a MG-285).

Os depósitos de bauxita da Zona da Mata Mineira constituem um importante cinturão aluminoso, desde Minas Gerais até o Espírito Santo.

Esse conjunto de municípios não coincide com a região de governo como Norte da Zona da Mata Mineira, correspondente a um recorte regional anterior, que toma como referencia a produção café e a pecuária. A definição da empresa “região de extração de bauxita” introduz um elemento diferenciados entre estes municípios, o que leva a redefinição da estrutura econômica e de sua paisagem no espaço.

Verifica-se que os municípios, da área mineraria, têm em média uma porcentagem de crescimento abaixo dos índices estaduais e nacionais. O município que apresenta a maior elevação na taxa de crescimento, em relação à média nacional e estadual é



Descoberto, 1,27% (2000 - 2009). O município de Mirai apresentou uma elevação na taxa de crescimento entre os anos 2007 e 2008, podendo ser reflexo da atividade da mineradora na região, iniciada em 2007. O mesmo fenômeno aconteceu em São Sebastião da Vargem Alegre no período de 2009/2008. O único município que não cresceu foi São Francisco do Glória.

Na área rural os municípios, em geral, acompanharam em menor escala a diminuição populacional apresentada pelo estado de Minas Gerais e no âmbito nacional. O perfil demográfico dos municípios é jovem: 25% dos indivíduos estão compreendidos na faixa etária de 15 e 29 anos. Esta população gera grande demanda de investimentos em qualificação profissional, acesso ao mercado de trabalho (primeiro emprego) e empregos. Essa dinâmica demográfica, caracterizada por altas taxas de natalidade, população muito jovem e baixa taxa de urbanização, corresponde ao primeiro estágio da transição demográfica.

Segundo os dados do IBGE, todos os municípios apresentaram densidade demográfica superior à do Brasil, que é de 22 hab/km<sup>2</sup>. O município de Cataguases possui 146 habitantes por km<sup>2</sup>, enquanto Descoberto, mesmo com um território menor, conta com 24 hab/km<sup>2</sup>.

A situação Fundiária na região cerca de 80% dos estabelecimentos produtores é de agricultura familiar. Cerca de 90% dos estabelecimentos de cada município são próprios; cerca de 8,4% das áreas são de estabelecimentos arrendatários, parceiro e ocupante, e menos de 1% é composto por assentados. Nos demais municípios, segundo o IBGE, não há assentamentos.

Os municípios pesquisados têm 16% das áreas cobertas por pastagens plantadas; outros 10% das áreas dos estabelecimentos são ocupadas por florestas (9% destinadas à preservação); 26% são destinadas à lavoura e 1,8% são consideradas inaproveitáveis para agricultura. (IBGE – senso de agropecuário – 2006)

No que se refere ao desenvolvimento econômico da região, segundo os dados do IBGE Produto Interno Bruto dos Municípios 2002-2006, o PIB dos municípios pesquisados cresceu a uma taxa de 13% entre 2002 e 2006, sendo que Miradouro teve a menor taxa entre os municípios, (cidade ainda não atingida pela mineração) Por outro lado, Espera Feliz e Fervedouro registraram taxa de 17% ao ano, superior à média da região. Setorialmente, o PIB da região estudada tem a predominância do setor de serviços, com 45% do valor adicionado.

Entre as atividades econômicas relacionadas às empresas citadas, estão: agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; atividades imobiliárias; comércio e

reparação de veículos automotores e motocicletas; educação; eletricidade e gás; indústrias de transformação; indústrias extrativas; saúde humana e serviços sociais; transporte, armazenagem e correio (Classificação Nacional de Atividades Econômicas CNAE). São destaque as atividades comerciais e industriais, principalmente, de transformação. Em 2003 a região tinha 28% do seu emprego gerado pela indústria de vestuário e confecções (Diagnóstico da Indústria de Muriaé e Região, FIEMG / IEL-MG, 2005). Muriaé e região (Muriaé, Mirai, Laranjal, Recreio, Patrocínio do Muriaé e Eugenópolis) formam, com suas 700 empresas e 10 mil empregos diretos e indiretos, um pólo de vestuário na linha de lingerie noite e moda infantil, cujo faturamento bruto de 2003 representou 42% do PIB destas cidades. Somente em Muriaé existem 311 estabelecimentos que empregam 2.659 pessoas.

A principal demanda apontada por dados secundários (Diagnóstico da Indústria de Muriaé e Região, FIEMG / IEL-MG, 2005) dessas empresas, é a qualificação da mão de obra em: modelagem corte e costura e vendas. Situada no pólo têxtil de São João Nepomuceno, Itamarati de Minas tem uma indústria têxtil, predominando a ocorrência de “facções”<sup>10</sup>, que são pequenas oficinas que prestam serviços para as grandes indústrias têxteis do pólo e ocorrem, inclusive, na zona rural. Além disto, Itamarati de Minas faz parte do Circuito Turístico Serras e Cachoeiras, apresentando vocação para a atividade turística.

Descoberto e Mirai, originalmente dependentes da agropecuária, destacam-se em diferentes setores da indústria. Em Descoberto a indústria têxtil, composta por sete grandes confecções e diversas “facções”, superou a atividade agropecuária. A cidade também está se preparando para desenvolver o turismo. Mirai apresenta uma pequena indústria de transformação diversificada, produzindo desde fraldas até produtos de inox para laticínios. No entanto, a atividade agropecuária, principalmente leiteira, merece destaque. Cataguases e Muriaé polarizam os municípios de seu entorno, pois são cidades industrializadas que apresentam setor terciário forte e diversificado. Cataguases tem na indústria têxtil o setor de maior importância, com destaque para a Cia Industrial Cataguases, a fábrica mais antiga da cidade. A indústria química também merece destaque, com a presença da Indústria Química Cataguases. A Hidroazul, uma das empresas do grupo, é responsável pela produção de 30% dos produtos para tratamento de água para piscinas comercializados no país. Em relação à Agricultura, Pecuária, e Extrativismo, a lavoura permanente responde por 59% de todo o rendimento obtido na região, seguida pela pecuária leiteira, com 23%. O Café, principal produto da lavoura permanente, com 93% de todo valor produzido, é cultivado em praticamente todos os

municípios pesquisados. Na lavoura temporária o feijão, é o principal produto, representando 42% do valor da produção. Destaca-se também a produção leiteira.

De acordo com os dados primários, Miradouro, Fervedouro e São Sebastião da Vargem Alegre têm como base de sua economia a atividade agropecuária, desenvolvida principalmente em pequenas propriedades e apresentam um setor de terciário pouco desenvolvido. Miradouro e Fervedouro são lindeiros ao Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, apresentando vocação para o desenvolvimento da atividade turística.

Itamarati de Minas, apesar de essencialmente agrícola, conta com a presença da Unidade de Beneficiamento da Votorantim Metais, que dinamiza o setor terciário. Destaca-se na economia de Itamarati de Minas, a produção de cana-de-açúcar, café e leite, vendido para a Cooperativa da região de Leopoldina e para grandes laticínios como a Parmalat e a Bom Gosto.

Cataguases mantém um importante acervo cultural. Em suas ruas podem ser observadas residências em estilo modernista, obras de artistas como Cândido Portinari, projetos de paisagismo criados por Roberto Burle Marx, projetos de Oscar Niemeyer, além de um grande número de edificações tombadas pelo patrimônio municipal, estadual e federal. Com isso, Cataguases atrai um grande número de visitantes, tanto estudantes como turistas, movimentando a economia da cidade.

Muriaé é o pólo têxtil da região. Seu forte setor terciário, diversificado e de boa infraestrutura é responsável por atrair moradores de outros municípios em busca de produtos e serviços, principalmente de saúde. A existência de três grandes hospitais, um deles a Fundação Cristiano Varella, referência no tratamento de câncer, colabora para dinamizar a economia da cidade. A atividade agropecuária é pouco significativa, mas pode-se destacar a produção de leite e de café, principalmente em pequenas propriedades. Por situar-se no entorno do PESB e possuir atrativos turísticos, Muriaé vem se preparando para o desenvolvimento da atividade, para a qual tem vocação.

Em relação ao mercado de trabalho, no conjunto de municípios, aqui analisados, é razoavelmente desenvolvido e diversificado em Muriaé e Cataguases e nos demais municípios é incipiente, tendo a administração pública como o principal empregador.

Em 2008, segundo os dados do IBGE, registrou-se a marca de 46.692 empregos formais nos municípios pesquisados. Sob o aspecto setorial o principal empregador foi a Indústria de transformação, com 27% dos empregos existentes, seguido pelos setores de Serviços, com 23%, e Comércio, com 22%. O setor de extrativismo mineral gerou 87% dos seus empregos em três cidades: Mirai, com 37%;

Itamarati de Minas, com 28% e Cataguases, com 22%. Já os setores de indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública, comércio, serviços e agropecuária tiveram, em sua maioria, mais de 80% dos seus empregos gerados em Muriaé e Cataguases.

Os dados primários da pesquisa indicaram que em cidades como Fervedouro e Miradouro, a mão-de-obra está alocada principalmente na agricultura, sendo a administração pública, a maior empregadora. Em Descoberto é a indústria têxtil e a Prefeitura que concentram o maior número de empregos: são sete indústrias de confecção e inúmeras facções, ocupando cerca de 1200 pessoas.

Em Itamarati de Minas, as principais empregadoras são a Votorantim Metais, através da Usina de Beneficiamento de Bauxita, e a Prefeitura. São Sebastião da Vargem Alegre tem grande número de pessoas alocadas na atividade agropecuária, porém, as principais fontes empregadoras são a Prefeitura e a Votorantim.

A administração pública de Miraf é a principal fonte empregadora da cidade, onde existe um elevado número de aposentados, sobretudo na zona rural. Cataguases e Muriaé têm como principais fontes empregadoras a indústria, principalmente têxtil e o setor de comércio e serviços. Entre os principais problemas das cidades relatados pelos moradores, de acordo o diagnóstico socioambiental realizado pela empresa Votorantim em agosto de 2010, a falta de oportunidades no mercado de trabalho e o desemprego tiveram destaque. Muitos jovens criticaram a ausência de um tipo de programa ou ação que apóie e facilite sua entrada no mercado de trabalho, assim como a dificuldade de conseguir um emprego sem experiência e com déficit de formação, dada à baixa oferta de cursos superiores e técnicos profissionalizantes. Nas menores cidades, segundo o diagnóstico, também foi evidente a insatisfação em relação à diversidade de atividades econômicas, que limita o tipo de formação e atuação profissional, bem como a oferta de vagas no mercado de trabalho.

Em agosto de 2010, foi realizado pelo grupo Gaia, a pedido da empresa, um diagnóstico socioambiental, dos municípios, para levantar as vocações da região para o futuro desenvolvimento, pensando nas gerações futuras com a saída da mineração. Foi constatado neste estudo, referente a gestão pública que o perfil educacional dos funcionários da administração pública é um indicador que revela a capacidade de valor e qualidade que a administração pode agregar aos seus bens e serviços. Cataguases e São Sebastião da Vargem Alegre apresentam o maior contingente de funcionários sem instrução, mas também a maior proporção de funcionários com ensino superior e pós-graduação. A proporção de funcionários com ensino superior nos municípios

estudados varia de 12 a 31%, exceto em Descoberto, onde apenas 6% dos funcionários possuem este grau de escolaridade.

E, em relação às finanças públicas, segundo a Fundação João Pinheiro - Índice Mineiro de Responsabilidade Social - 2010, São Sebastião da Vargem Alegre, São Francisco do Glória, Rosário da Limeira, Itamarati de Minas e Descoberto têm as maiores receitas orçamentárias, bem como possuem um gasto orçamentário total per capita superior aos demais. Na Tabela 36 são apresentados os percentuais de gastos por função. Todos os municípios cumpriram a exigência mínima da legislação: mínimo de 15% destinado à Saúde e 25% à Educação

### **III - Estratégia da empresa e a relação com o poder público.**

Um dos aspectos essenciais na formulação da estratégia das empresas voltada para a gestão do território, consiste na relação entre empresa e o seu contexto no ambiente.

Embora este seja bastante vasto, abrangendo o mais variado tipo de forças desde a natureza econômica, social, tecnológica, política e legal, o aspecto determinante desse contexto é o conjunto das características mais relevantes em relação a todos os atores envolvidos e o espaço onde a empresa desenvolve suas atividades.

A estrutura da empresa influencia e determina o território, bem como delimita as estratégias potenciais que a empresa pode vir a adotar e implementar. O objetivo estratégico de cada empresa será o de encontrar uma posição no território, de forma a ser aceita e que permita defender seus interesses, ou influenciá-la para o seu favor.

A realização do trabalho no âmbito regional justifica-se não somente pela otimização dos esforços, mas porque governos e instituições de fomento têm priorizado projetos que tenham enfoques regionais, pois os principais problemas ocorrem nessa dimensão.

Contudo, a empresa, em estudo, desenvolve em toda sua dimensão uma política integrada e ações sociais, visando a responsabilidade no território de atuação. O que percebe é que algumas das vezes a relação com a política local é de forma conturbada, mais a maioria das vezes trabalham em conjunto e em parceira.

Em todas as cidades do entorno da empresa são desenvolvidos programas e projetos relacionados ao meio ambiente, educação, empreendedorismo e desenvolvimento regional.

Os projetos e programas desenvolvidos pela empresa em estudo, muitas das vezes precisam ser induzidos, através de posturas proativas. É uma estratégia, visando integrar

os fatores políticos e uma melhor relação com a comunidade, nos instrumentos de gestão do território.

Na questão social a empresa, Votorantim Metais, desenvolve uma política de Investimento Social Externo, onde as ações sociais das empresas são orientadas e apoiadas pelo Instituto Votorantim. A empresa realiza anualmente, um ciclo de seleção de projetos sociais, convidando as organizações dos municípios do entrono, apresentarem propostas alinhadas às diretrizes. Estas propostas são avaliadas pela equipe local e corporativa da Unidade de Negócio da empresa, bem como pela equipe técnica e Comitê do Instituto Votorantim.

Dentro da proposta da empresa, foi criado o projeto Rotas para o Futuro, um programa de ações integradas para o desenvolvimento local. É uma estratégia da empresa, visando melhorar as debilidades do sistema educacional, tornando um motor de desenvolvimento. O projeto trabalha com jovens entre 15 e 29 anos, estes são um importante agente de transformação, capaz de promover mudanças em sua própria vida e em sua comunidade. O investimento na juventude são concretizados por suas Rotas, nome que a empresa adotou para trabalhar com os segmentos de educação, trabalho, cultura e esporte.

Estes projetos são realizados de acordo com a demanda dos problemas urbanos identificados. Nesta perspectiva, podemos identificar instrumentos de política como: prestação de serviços de proximidade da empresa com os problemas da comunidade e política local, empreendedorismo na valorização dos recursos territoriais e gestão urbana e rural com incremento da participação dos cidadãos e dos atores econômicos e sociais.

Na rota de educação, por exemplo, a empresa interfere na melhoria da qualidade da educação, por meio dos projetos que complementam e fortalecem o papel da escola, numa linha de atuação em: Educação complementar (atividades complementares à escola); elevação da escolaridade (estímulo à continuidade da trajetória educacional); mobilização social (articulação para estímulo à mobilização social).

Dentro das premissas para atuação no território a empresa tem uma interação com a comunidade apresentando estratégias para envolvimento efetivo das famílias e comunidade em geral; monitora o acesso, a permanência e a frequência escolar dos jovens; contribuindo para a elevação dos índices oficiais de educação.

A rota do trabalho, a empresa atua dentro do território, de acordo com a demanda de mercado tendo como foco a inserção qualificada dos jovens no mundo do trabalho; considerando interesses e vocações. Por meio deste projeto, a empresa apresenta

estratégias efetivas para inserção do jovem, no mercado formal ou por meio do empreendedorismo; gerando uma rede de empregabilidade, onde os projetos são articulados com organizações de diversos setores para ampliar as chances de inserção qualificada; a formação integral possibilitando a formação técnica e pessoal do jovem; para a geração de renda: contribuindo para o aumento da renda dos beneficiados, após a sua inserção no mercado, e, a viabilidade econômica: onde o empreendedorismo apresenta plano de negócio viável a partir do mapeamento de cadeias produtivas.

Na rota da cultura, a empresa atua por meio do apoio a projetos que ampliam o acesso do jovem à produção cultural de todas as áreas artísticas – artes visuais, artes cênicas, cinema e vídeo, literatura, música e patrimônio.

A empresa atua com o foco em ações de acesso à cultura, considerando a identidade regional e a valorização das manifestações populares. Leva em consideração as barreiras simbólicas e sociais que dificultam o acesso à cultura e à criação de hábitos de consumo cultural.

Na rota do esporte a empresa trabalha com a formação educacional de jovens por meio de atividades esportivas de todas as modalidades, fortalecendo competências de liderança e trabalho em grupo, além da valorização da escola e da família.

Dentro deste projeto a estratégia de atuação da empresa é trabalhar com o Núcleo de esporte, capacitação de agentes sociais (formação de professores e monitores) e incremento da infra-estrutura.

Com relação ao meio ambiente natural a empresa desenvolve o programa de educação ambiental. Tentando conciliar a viabilidade econômica e a conservação ambiental, na busca do desenvolvimento sustentável.

A estratégia do programa é desenvolver uma consciência crítica na região acerca das alterações significativas sobre a qualidade do meio ambiente e de vida local, divulgando os programas ambientais, bem como as medidas mitigadoras, compensatórias e a política de meio ambiente aplicada à gestão da empresa e no território. Contudo, a empresa atua por meio de projetos desenvolvendo cursos para professores do ensino médio e fundamental, participação nas atividades escolares e participação ativa nos problemas ambientais da região.

Atualmente a empresa está atuando no território desenvolvendo o “Programa de Desenvolvimento Regional Ecos da Mata”, Este programa visa promover a melhoria das condições de vida na região da Zona da Mata, criando bases para a valorização da sua identidade regional, envolvendo os municípios de Cataguases, Descoberto, Itamarati de Minas, Mirai, Muriaé, Miradouro, Fervedouro, Rosário da Limeira e São Sebastião

da Vargem Alegre. Sendo este programa um resultado de um diagnóstico socioeconômico e ambiental promovido em 2010 nas cidades da Zona da Mata que estão no entorno das unidades de operação da Votorantim. Em 2011 quatro projetos integraram ao programa: Turismo Rural e Ecológico Comunitário; Cultura da Cooperação na Cadeia de Transportes, Capacitação dos Gestores Públicos, e o Fórum de Desenvolvimento Regional Sustentável, que envolve 1º, 2º e 3º setores para a construção do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

Procuramos demonstrar neste artigo a forma de atuação de uma empresa mineraria atuando de forma articulada e dinâmica. Muitas vezes, até mais do que o poder público no território.

O poder público sabendo da forma como a empresa atua e age acomoda nesta situação, deixando de cumprir o seu papel dentro do território, transferindo a responsabilidade para o setor privado.

Percebemos que uma das principais estratégias da empresa no território, é aplicar bons projetos sempre de forma integrada com os fatores sociais e ambientais, com alternativas mais favoráveis ao desenvolvimento da região tentando reduzir os impactos negativos.

Contudo, a generalidade dos projetos resulta a aplicação e do desenvolvimento de políticas e estratégias orientadas por objetivos setoriais em que as opções ambientais estão sempre presentes.

Por outro lado, os projetos são concebidos, de acordo com as localizações compatíveis com os instrumentos de gestão territorial aplicáveis. Trata assim, de uma estratégia para avaliar o impacto ambiental no território.

Nesta óptica, a empresa trabalha com uma série de orientações políticas dentro do território, obedecendo a uma estrutura comum, com enquadramento de projetos e programas, que orientam, identificam e situa os desafios que colocam no espaço de atuação. A empresa dentro da sua gestão territorial tem um grau elevado de colaboração entre os agentes diretos das transformações territoriais. Mas, para gerir bem o território de atuação vai depender da participação e do envolvimento ativo dos cidadãos e das organizações da sociedade civil e o poder local. O território é um recurso coletivo cujo destino e modo de utilização interessa a todos.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**



BONFIM Rodrigo, Coordenador de Projetos de Desenvolvimento Regional Sustentável **Diagnóstico geral dos municípios da Zona da Mata**, pelo Grupo de Aplicação Interdisciplinar a Aprendizagem (GAIA). Agosto de 2010

COELHO, Maria Célia Nunes, MONTEIRO; Maurílio de Abreu. **Mineração e reestruturação espacial na Amazônia** – Belém; NAEA, 2007.

Enciclopédia Saraiva do DIREITO. Ed. Saraiva – volume 33

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Minidicionário da língua portuguesa. 1ª ed. 7ª impressão. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.

GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. Ed Nova Cultura, 1998 ISB 85-13-00765X pág 2703

HAESBAERT, Rogério. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha no Nordeste. Niterói: EdFF, 1997.

MAFRA, Francisco; SILVA, J. Amado. Planejamento e Gestão do Território, SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação: Porto, 2004

SANTOS, M.; SOUZA, M.; A. A. de, SILVEIRA, M L. (org). A natureza do espaço técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002ª.

SOUZA, M.L. de. O território; sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de, GOMES, P.C. da C; CORRÊA, R.L (organizadores). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasi, 1995. p. 77-116.

#### REFERÊNCIAS WEB

A historia do Grupo Votorantim disponível em: <http://www.votorantim.com.br/pt-br/grupoVotorantim/perfil/Paginas/perfil.aspx>. Acesso em: 21 de maio de 2011.

GASPAR, Jorge. O novo ordenamento do território – Geografia e Valores. Centro de estudos Geográficos. Universidade de Lisboa. Março de 2005 p. 6. Disponível em: <[http://www.ci.esapl.pt/off/maiores23anos2011/ordenamento\\_territ.pdf](http://www.ci.esapl.pt/off/maiores23anos2011/ordenamento_territ.pdf)> Acesso em 10 de ago de 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Sistema IBGE de Recuperação Automática/SIDRA. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em: 03/mar/2011.

IGA - Instituto de Geociências Aplicadas - Mesorregiões de Planejamento do Estado de Minas Gerais, definidas pelo IBGE. (Disponível em: [http://www.iga.br/mapas/cgi/IGA\\_09\\_Cartografia.php](http://www.iga.br/mapas/cgi/IGA_09_Cartografia.php)). Acesso em 01/mar/2011

IMRS - Índice Mineiro de Responsabilidade Social - Fundação João. 18 jan. 2010 ... "Dispõe sobre o **Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS)**. Art. 1º. A responsabilidade social na gestão pública estadual, nos termos desta Lei, **Fundação João Pinheiro** analisa PIB do Estado entre 1995 e 2008 disponível em: [www.fjp.gov.br/.../956-indice-mineiro-de-responsabilidade-social-imrs](http://www.fjp.gov.br/.../956-indice-mineiro-de-responsabilidade-social-imrs) - Acesso em 23 de agosto de 2011.

INEA – Instituto Estadual do Ambiente – Governo Estadual do Rio de Janeiro . Disponível em: [http://www.inea.rj.gov.br/fma\\_gestao\\_territorio.asp](http://www.inea.rj.gov.br/fma_gestao_territorio.asp) Acessado em 28 de agosto de 2011.

---

## Sessão Temática 2 - Espaço e Cultura

---

**Coordenação:**

*Profª Elis Miranda*

Cidades do Petróleo no Brasil: *royalties*, cultura e planejamento.

*Elisabeth Soares Rocha*

*Elis Miranda*

*De Praça das Verduras a Chá-Chá-Chá: imagens de um espaço público em contínua degradação*

*Leonardo Vasconcelos*

*Elis Miranda*

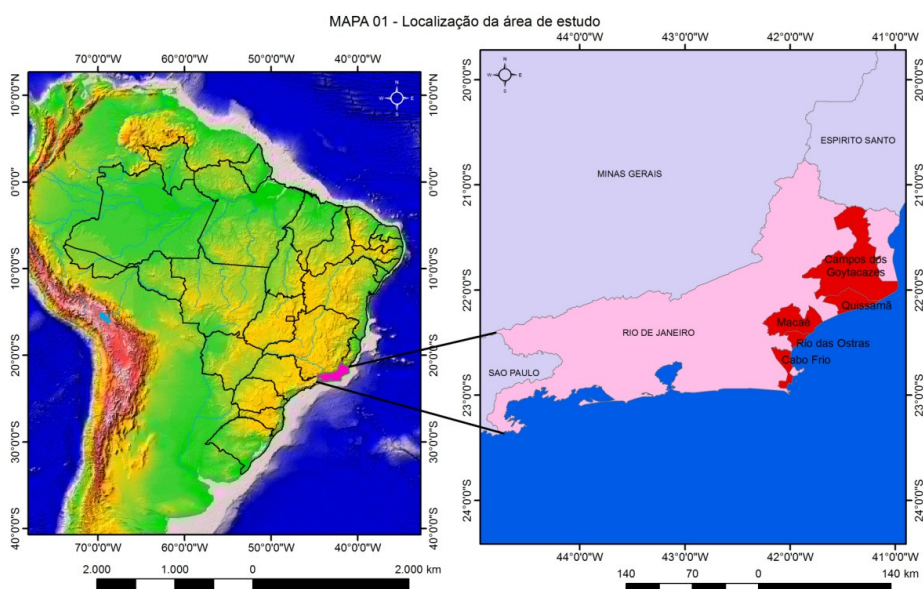
# Cidades do Petróleo no Brasil: *royalties*, cultura e planejamento <sup>11</sup>

Elis de Araújo MIRANDA <sup>12</sup>  
Elisabeth Soares ROCHA <sup>13</sup>

## INTRODUÇÃO

Dentre os 985 municípios, de 17 estados brasileiros, beneficiados pela Lei N° 9478, de 06 de Agosto de 1997 (BRASIL, 1997), conhecida como a Lei do Petróleo, cinco são considerados os municípios ricos do petróleo por ocuparem estas posições desde 1999, quando iniciaram os pagamentos de royalties e participações especiais advindos da exploração de petróleo *offshore*.

Seguindo a ordem decrescente, os municípios que mais receberam estas compensações financeiras são: Campos dos Goytacazes, Macaé, Rio das Ostras, Cabo Frio e Quissamã. Não é coincidência que todos estejam localizados na região costeira do Sudeste brasileiro, em áreas limítrofes dos poços de exploração continental (*offshore*) da Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro (Mapa 1).



<sup>11</sup> Projeto Financiado. CNPq/Universal (2008-2011). Compõem este projeto os professores Denise Terra (UCAM-Campos) e Cláudio Paiva (UNESP-Araraquara) e as bolsistas do CNPq/UFF: Karen Mata e Carla Pontes, ambas do Curso de Geografia – Pólo Campos e a mestrandia Elisabeth Soares Rocha (IFF-Campos). Este texto teve a colaboração de Karen Mata Santos e Carla Pontes.

<sup>12</sup> Universidade Federal Fluminense Pólo Universitário de Campos dos Goytacazes. Departamento de Geografia. Campos dos Goytacazes, RJ. – Brasil. CEP: 28010-385. Email: elismiranda10@gmail.com

<sup>13</sup> Mestranda em Planejamento Regional e Gestão de Cidades. Universidade Candido Mendes. Campos dos Goytacazes, RJ. – Brasil. CEP: 28030-035 Email: bethrocha12@gmail.com

Neste trabalho busca-se comparar os investimentos e gastos públicos municipais referentes ao setor cultural declarados pelos cinco municípios em questão, confrontando com os valores de royalties recebidos no período de 1999 a 2010. Objetiva-se, ainda, apresentar as definições de “cultura” que regem as políticas públicas de cultura desses municípios, confrontando com as definições de cultura no âmbito acadêmico dos estudos culturais. Esta confrontação orienta a compreensão sobre as opções dos investimentos municipais.

No que se refere aos dados de royalties e participações especiais, este estudo baseou-se nos dados disponibilizados no *inforoyalties*<sup>14</sup>. Os dados de investimentos em cultura foram obtidos por meio das declarações das contas municipais no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. E por fim, por meio de entrevistas abertas aos gestores do setor cultural, buscou-se as definições de cultura que orientam as políticas públicas municipais.

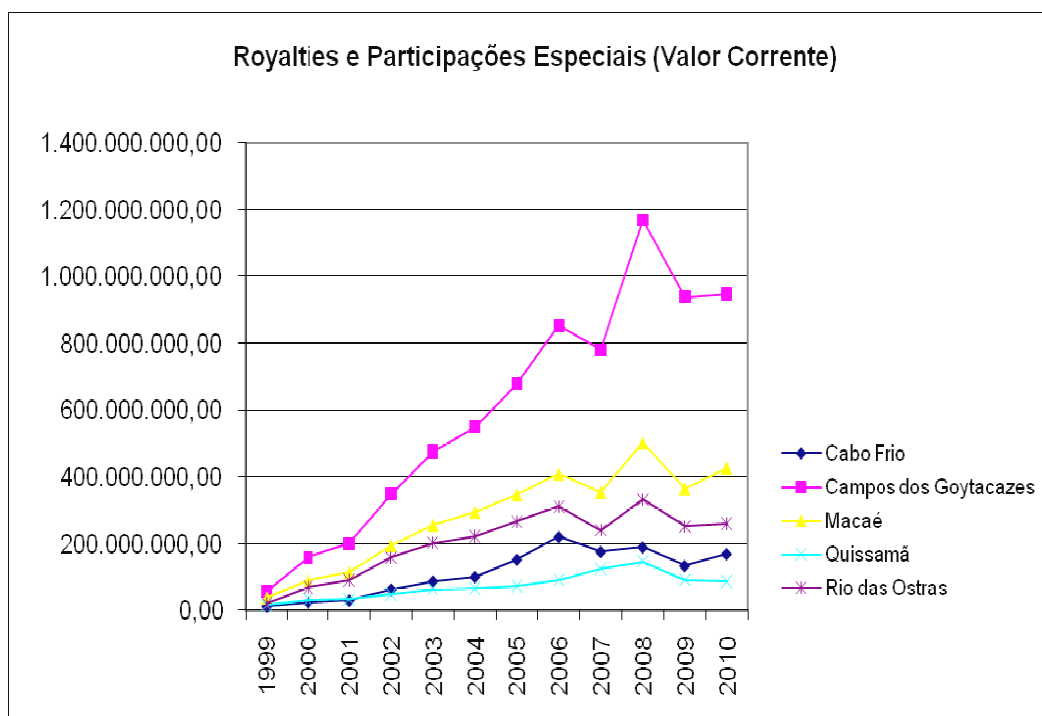
## **VALORES DE *ROYALTIES* E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS**

A pesquisa sobre os valores de royalties e participações especiais recebidos pelos municípios brasileiros foi realizada em uma ferramenta criada pelo grupo de trabalho da Universidade Cândido Mendes de Campos dos Goytacazes, o *inforoyalties*. A partir desta ferramenta foi possível identificar os valores desta compensação desde 1999, mantendo-se atualizado mês a mês. É possível realizar comparações entre dados de população e royalties, identificando valores *per capita*; impacto dos royalties no orçamento municipal, dentre outras informações relevantes para qualquer estudo sobre o impacto dos royalties na economia dos municípios beneficiados.

---

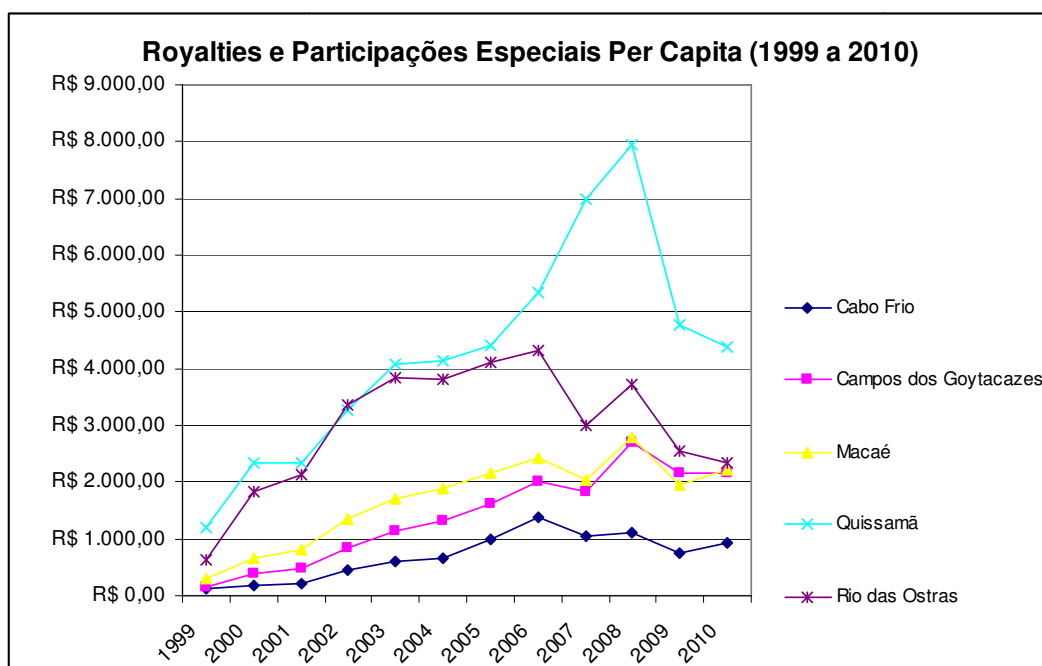
<sup>14</sup> Uma ferramenta elaborada pelo grupo de estudos do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade Cândido Mendes, de Campos dos Goytacazes. Cf. UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES, 2004.

**Gráfico 1 - Royalties e Participações Especiais**



Fonte: UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES, 2004.

**Gráfico 2 - Royalties e Participações Especiais Per Capita**



Fonte: UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES, 2004.

A partir do *inforoyalties* foi possível apresentar os gráficos 1 e 2. No gráfico 1 vimos que os valores de royalties demonstraram um aumento 1999 a 2008, com uma queda entre 2009 e em 2010 os valores voltam a subir e que Campos dos Goytacazes apresenta a maior arrecadação, mantendo-se nesta posição por dez anos. A queda em 2009 não se refere a produção, mas ao valor dólar e a crise econômica mundial daquele ano. O gráfico 2 apresenta dados de royalties e participações especiais *per capita*. Observa-se que o município de Quissamã merece destaque por ser aquele que apresenta a menor população (Tabela 1).

**Tabela 1 – População**

	2000	2010
Cabo Frio	126.828	186.222
Campos dos Goytacazes	406.989	463.545
Macaé	132.461	206.748
Quissamã	13.674	20.244
Rio das Ostras	36.419	105.757

Fonte: Censos 2000 e 2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011).

A variável comum entre os municípios analisados refere-se ao fato deles serem recebedores de royalties de petróleo. Campos dos Goytacazes, Quissamã e Macaé compõem a região Norte Fluminense e Cabo Frio e Rio das Ostras à região administrativa denominada Baixada Litorânea (Mapa 2). Apenas Macaé possui, em seu território, equipamentos industriais do setor petrolífero, os demais recebem royalties por terem sido beneficiados pelas regras de distribuição onde as direções das linhas ortogonais e paralelas aos poços *offshore*, incluíram os municípios que geograficamente se encontravam dentro dos limites de tais linhas.

## Mapa 2 - Regiões de Governo Divisão Político-Administrativa – Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Estado do Rio de Janeiro- SEDEIS

Podemos tratar Campos dos Goytacazes e Quissamã com destaque. O primeiro por se tratar do município que, desde 1999, encontra-se encabeçando a lista dos beneficiados. Os valores recebidos por Campos dos Goytacazes ultrapassam a cifra de um milhão/dia. E com relação a Quissamã, mesmo sendo aquele que, entre os cinco, recebe o menor valor total, o seu diferencial está na distribuição *per capita*. Por se tratar de um município com uma população de aproximadamente 20 mil habitantes, os valores *per capita* são altos. Além do fato de ser, dentre os cinco, aquele que apresenta a menor área urbana. Assim, no que se refere ao setor cultural, os municípios devem ser analisados separadamente, reconhecendo suas especificidades populacionais, históricas, de urbanização e de organização da gestão pública.

## ORÇAMENTO E GASTOS COM GESTÃO CULTURAL

**Tabela 2 – Receita total e Investimentos em Cultura: Macaé**

MACAÉ		
Ano de Exercício	Receita Total	Fundação Macaé de Cultura
1999	ND	ND
2000	162.905.167,95	ND
2001	229.711.487,48	ND
2002	343.006.233,04	1.610.000,00
2003	485.797.716,25	ND
2004	564.641.713,50	ND
2005	664.269.079,66	2.395.305,85
2006	801.082.699,30	5.049.262,72
2007	885.569.712,96	ND
2008	1.150.731.986,70	ND
2009	1.113.363.121,61	ND

Obs.: ND (Não declarado no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro).

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

O setor cultural de Macaé é gerido pela Fundação Macaé de Cultura. Observa-se um crescimento dos recursos disponíveis para a Fundação gerir um teatro, uma biblioteca, uma escola de artes (dança, teatro, música), uma galeria de artes e um centro de artesanato. Todos esses equipamentos estão concentrados no prédio da Fundação na área central da cidade. Os distritos contam com pequenas e mal equipadas bibliotecas/videotecas. Nas periferias não foram registrados equipamentos públicos de cultura.

A partir da tabela 2 observa-se que o município só declarou os recursos da Fundação de Cultura em 2002, 2005 e 2006, o que já demonstra negligência com relação aos recursos públicos. Considerando o ano de 2006, o último a ter declarado os recursos da Fundação Macaé de Cultura, observa-se que Macaé não investiu nem 1% do seu orçamento total no setor cultural.



**Tabela 3-Receita e Investimentos em Cultura: Rio das Ostras**

<b>RIO DAS OSTRAS</b>		
<b>Ano de Exercício</b>	<b>Receita Total</b>	<b>Fundação Rio das Ostras de Cultura</b>
1999	36.250.322,00	200.000,00
2000	INDISPONÍVEL	INDISPONÍVEL
2001	140.205.440,12	ND
2002	213.247.532,96	ND
2003	319.936.889,52	5.906.000,00
2004	332.373.165,92	7.936.000,00
2005	371.817.436,35	5.716.375,25
2006	438.369.693,82	4.422.940,53
2007	359.310.777,01	5.333.200,48
2008	395.985.982,56	ND
2009	INDISPONÍVEL	INDISPONÍVEL

Fonte: RIO DE JANEIRO, 2011.

O município de Rio das Ostras também tem o setor cultural gerido por uma Fundação. A Fundação Rio das Ostras de Cultura gere a Casa da Cultura, o Sítio Arqueológico Sambaqui da Tirioba, o Teatro, a Biblioteca, a Fundação Escola de Artes e Ofícios, em bairros centrais e o Centro Ferroviário de Cultura Rocha-Leão, no distrito de Rocha-Leão, que conta com uma mostra de objetos e fotografias da Estrada de Ferro Leopoldina, uma biblioteca e uma videoteca.

Assim como Macaé, Rio das Ostras também não declarou todos os anos o montante dos recursos destinados ao setor cultural. Em 2007 a receita total do município foi de R\$ 359.310.777,01 e o valor investido em cultura foi de R\$5.333.200,48, o que podemos verificar que este município também não investe nem 1% do seu orçamento em cultura.

Até o ano de 2008 o setor cultural de Quissamã<sup>15</sup> era gerido por uma diretoria subordinada ao gabinete da prefeitura. A partir de 2008 foi criada a Fundação Cultural de Quissamã para gerir o Centro Cultural Sobradinho (cinema, escola de artes), o Museu Casa de Quissamã e o Complexo Cultural Machadinha.

Por meio de entrevistas com os gestores do setor cultural nos foi informado que Quissamã investe pouco mais de 4% do seu orçamento total na gestão cultural, o que torna este município um destaque, não só na região, mas no Brasil. Importa destacar que

<sup>15</sup> Não foram encontrados dados referentes aos investimentos em cultura para Quissamã. Acredita-se que isto seja em função da inexistência de uma Secretaria ou Fundação de Cultura até 2009.

dos municípios analisados este é o único que gere uma sala de cinema no Centro Cultural Machadinha.

Quissamã destaca-se pela valorização do patrimônio histórico e arquitetônico. Nesses dez anos já restaurou prédios dos períodos Colonial e Imperial brasileiros, destacando-se entre esses os do Barão de Araruama, como o Museu Casa de Quissamã e o Complexo Cultural Machadinha.

O questionamento sobre os investimentos em cultura de Quissamã não está nos valores, mas na qualidade dos gastos. Estaria Quissamã investindo em cultura ou a cultura é um meio para fortalecer a imagem dos descendentes do Barão de Araruama? Esta é uma questão que leva a outro trabalho.

Cabo Frio tem o setor cultural gerido por uma Secretaria Municipal de Cultura e não foi possível identificar o montante do orçamento municipal destinado a este setor que conta com uma diversidade de equipamentos de cultura: Centro de Cultura Charitas, Casa dos 500 anos de História de Cabo Frio, Biblioteca Pública Municipal, Teatro Municipal, a Oficina-Escola Carlos Scliar e o Centro de Cultura Anderson Giba Bytes, cuja localização está em área periférica.

Além dos equipamentos de cultura geridos pelo município, o Instituto do Patrimônio Histórico e Arquitetônico Nacional (IPHAN) gere o Museu de Arte Religiosa e Tradicional que não conta com nenhum apoio financeiro do município.

**Tabela 6 – Receita do município Campos dos Goytacazes e orçamento investido em cultura**

<b>CAMPOS DOS GOYTACAZES</b>					
<b>Ano de Exercício</b>	<b>Orçamento Inicial</b>	<b>Receita Total</b>	<b>FCJOL</b>	<b>Fundação Teatro Trianon</b>	<b>Fundação. Zumbi dos Palmares</b>
1999*	95.000.000,00	ND	ND	ND	ND
2000	144.160.000,00	271.636.444,56	ND	ND	ND
2001*	228.925.100,00	ND	ND	ND	ND
2002*	434.257.950,00	ND	ND	ND	ND
2003	450.342.466,00	559.342.466,00	1.557.000,00	9.215.000,00	140.000,00
2004	600.000.000,00	818.195.414,45	1.863.500,00	9.275.500,00	300.000,00
2005	802.016.822,07	1.028.477.260,83	ND	ND	ND
2006	919.958.351,42	1.249.186.088,91	4.648.307,43	9.713.507,81	516.102,17
2007	1.165.485.395,78	ND	992.187,00	7.401.151,94	1.363.417,00
2008*	1.452.184.172,00	ND	5.625.005,00	5.338.470,00	1.147.328,00
2009	1.545.075.126,00	1.423.568.588,12	5.927.532,00	4.975.347,00	1.317.793,00

Obs: \*D.O do município/Lei Orçamentária Anual. Até 2003 a receita de Cultura era destinada à Secretaria de Educação e Cultura, não às Fundações.

Fontes: CAMPOS DOS GOYTACAZES, 1999-2009 e RIO DE JANEIRO, 2011.

Desde 2003 Campos dos Goytacazes tem o setor cultural gerido por três fundações e apenas em 2011 foi criada uma Secretaria Municipal de Cultura que agrega as três Fundações: a) Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima; b) Fundação Cultural Trianon e c) Fundação Zumbi dos Palmares. Tendo o ano de 2009 como referência, o orçamento total do município alcançou a casa dos bilhões, com a cifra de R\$1.423.568.588,12. Juntas, as três fundações geriram neste ano o montante de R\$12.220.672,1, ou seja, mais um dos municípios ricos do petróleo que não investe nem 1% do seu orçamento no setor cultural. Mesmo não sendo nem 1%, este valor não é insignificante. O que Campos tem disponibilizado para o setor cultural é mais que o orçamento total de muitos municípios brasileiros.

Mesmo com este orçamento largo e com vultosos recursos, em dez anos de recebimento de royalties de petróleo, o setor cultural não ganhou nenhum equipamento de cultura novo, o museu de Campos ainda não teve a restauração finalizada e muitos prédios históricos encontram-se bastante deteriorados, como o prédio da Lira Campista, na Praça São Salvador. Não há nenhuma sala de cinema regida com recursos municipais e não há nenhum museu que seja digno de receber exposições nacionais e a biblioteca pública encontra-se deteriorada.

## **SOBRE O CONCEITO DE CULTURA**

O debate sobre cultura, suas definições e práticas, não está restrito a uma única área do conhecimento. Antropólogos e artistas podem ser considerados aqueles que mais contribuíram para o debate. O interesse de gestores municipais e a busca por uma definição que oriente as políticas públicas de cultura passou a integrar a agenda de todos os envolvidos com este setor da administração municipal, bem como aos profissionais do planejamento urbano. Partindo dos conceitos de cultura em Eagleton (2005), Harvey (2006), Geertz (1973), Latouche (1996), Trompson (2000), Debord (2006) como as norteadoras na busca de um entendimento da evolução do conceito.

A polissemia do conceito de cultura tem sua origem etimológica na raiz inglesa *coulter*, do latim *culter* – relha de arado, herdamos a origem do significado “cultivo” que nos remete ao próprio nascer da identidade estabelecida quando o homem ao tornar-se sedentário busca outros meios de sobrevivência por meio do cultivo da terra. Fixando-se à terra, cultivando-a, os seres humanos se estabelecem num território natural.

Esse primeiro conceito derivado de natureza, segundo Eagleton (2005; p.10), “de trabalho e agricultura, colheita e cultivo”, durou muito tempo, até que “cultura” como atividade viesse a denotar uma entidade. De um processo completamente material

inicialmente, depois metaforicamente transferido para questões do espírito, o termo “cultura” em seu desdobramento semântico se aplica a mudança histórica da própria humanidade - da existência rural para a urbana. Esta mudança semântica é considerada por alguns autores paradoxal, já que historicamente os habitantes urbanos, formados por uma elite intelectual ou econômica, são considerados “cultos”, detentores de um saber e aqueles que cultivam a terra são “menos capazes” de cultivar a si mesmos, impedidos de tempo para o lazer, para a cultura, constituindo uma divergência no conceito de cultura. Nesse sentido, indivíduos seriam separados por sua classe social, pelo acesso a informação e conhecimento disponíveis. Esse camponês em breve seria o operário ou o proletário que nas relações de trabalho encontraria uma nova relação com a cultura.

[...] não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais [...] em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora. (GRAMSCI, 1981, p.7).

As culturas são construídas com base no incessante tráfego com a natureza que chamamos de trabalho, não podendo desconsiderar suas relações intrínsecas. Os meios culturais que usamos para transformar a natureza são eles próprios derivados dela: “[...] a natureza produz cultura que transforma a natureza” (EAGLETON, 2005, p.13). Desta forma, a cultura pode ser vista como meio de renovação constante da natureza, ou seja, a natureza mesma produz os meios de sua própria transcendência: se a natureza é sempre de alguma forma cultural, o cultural é o que podemos mudar, sendo que o material a ser alterado tem sua própria existência autônoma, tomando emprestado algo da própria natureza. No transcorrer de suas variações, a palavra “cultura” se volta para duas direções opostas, sugerindo uma divisão dentro de nós mesmos, entre aquela parte de nós que se cultiva e refina, e aquilo que constitui a matéria-prima para este refinamento. Como cultura, a palavra “natureza” significa tanto o que está a nossa volta como o que está dentro de nós, constituindo uma questão de auto superação e de auto realização.

A palavra “cultura” numa transição histórica de grande importância, codifica várias questões filosóficas fundamentais, como liberdade e determinismo, o fazer e o sofrer, mudança e identidade, o dado e o criado. O termo sugere uma dialética entre o artificial e o natural, entre o que fazemos no mundo e o que o mundo nos faz.

Desta forma, é um termo descritivo e analítico, que compreende uma tensão entre fazer e ser feito, racionalidade e espontaneidade.

Cultura alude ao contraste político entre evolução (“orgânica” e “espontânea”) e revolução (artificial e forçada), sugerindo como se poderia ir além desta antítese, ao combinar crescimento e cálculo, liberdade e necessidade, a idéia de um projeto consciente e um excedente não planejável. (EAGLETON, 2005, p.9, grifo do autor).

Neste sentido, se somos seres culturais, também somos parte da natureza que trabalhamos. A este processo de automoldagem, unem-se ação e passividade, o ardorosamente desejado e o puramente dado: ao mesmo tempo que nos assemelhamos com a natureza nos diferimos dela, pois podemos introduzir no mundo um grau de auto reflexividade a que o resto da natureza não pode aspirar.

Somos ao mesmo tempo naturalmente a “cultura” a qual pertencemos quanto ampliação em nós mesmos da “cultura” que recebemos. É essa dualidade que torna possível transpor o muro colocado entre a raiz cultural de cada indivíduo e as transformações as quais vai elaborando ao conviver com o outro, diferenciado, mas também cultural.

Oportunizar a aquisição de novos aspectos de conhecimento e vivências culturais devem ser permitidas e oferecidas como bem comum a todo ser que convive em sociedade. Rever ou ampliar sua cultura não representa numa análise sociológica uma escolha individual.

Essa liberdade de escolha é o exercício principal da cidadania, porém a ausência da oferta de escolha poderá ser uma privação ao “ser cidadão”.

É na liberdade de escolha que está nosso maior ou menor grau de auto moldagem. Quanto mais opções de escolha tivermos, mais seremos enriquecidos com as possibilidades de escolher.

Quando nos deparamos com o que denominamos “cultura de massa”, encontramos aí uma singularidade de opção, ou ausência dela. A “mídia” hoje, assim como a “ditatoriedade” em outro momento histórico, impuseram um ideário coletivo que a serviço de alguns, provocou o que pode ser compreendido como alienação.

Sem conhecer o que lhe é próprio, o indivíduo não perceberá o que do outro lhe apraz escolher para si. Esse princípio de tomada de consciência do que lhe é naturalmente cultural pode ser considerado o primeiro estágio cultural do indivíduo. A partir do seu

autoconhecimento ele poderá avançar em escolhas de outros elementos culturais que transformarão seu estado original.

“[...] A humanidade não pode suportar muita realidade, nem tampouco se elevar a muito pensamento inteligente”, Eliot (1948, p.120) analogamente, não renega de forma alguma a idéia de cultura como consciência. E ainda acrescenta cultura de uma sociedade, em certo ponto, é “[...] aquilo que faz dela uma sociedade, com todo o complexo das artes, usos e costumes, religião e idéias.

A relevância deste estudo não está em justificar este ou aquele modelo de cultura num indivíduo, mas no seu grau de autoconsciência. E esse autoconhecimento há de ser considerado como objetivo a ser buscado ao implementar ações que admitam ou excluam as políticas culturais adequadas e socialmente democráticas.

Segundo Eliot (1948, p.38), “[...] o todo da população deveria ter uma parte ativa nas atividades culturais – não todos nas mesmas atividades ou no mesmo nível.” Na sociedade ideal de Eliot, todas as classes sociais vão partilhar a mesma cultura.

Ao depararmos com esses dois significados centrais da palavra “cultura” encontramos a cultura como um corpo de obras artísticas e intelectuais, domínio da elite, ao passo que a cultura no seu sentido mais antropológico pertence às pessoas comuns (EAGLETON, 2005), percebe-se mais claramente como classe, sociedade, cidadania e cultura estão imbricados.

Em Eagleton (2005, p.85) é travada uma confrontação entre Cultura e cultura.

A primeira, ao universalizar o individual, realiza sua verdadeira identidade; a última é somente um modo de vida contingente, um acidente de lugar e tempo que sempre poderia ter sido de outra maneira. A alta cultura estabelece assim um circuito direto entre o individual e o universal, desviando-se ao fazê-lo de todos os particulares arbitrários. A arte recria as coisas individuais na forma de suas essências universais, e ao fazê-lo torna-as inimitavelmente elas próprias. No decurso disso, ela, a arte, as converte de contingência a necessidade, de dependência a liberdade. O que resiste a esse processo alquímico é expurgado como refugio particularista.

Esse modelo de Cultura, que Latouche (1996, p.14) denominou “cultura ocidental”, “[...] é a única cultura que verdadeiramente se mundializou, com uma força, uma profundidade e uma rapidez jamais vistas, [...] a única cultura dominante que não consegue assimilar seus próprios membros”.

“Belas artes e vida refinada não são um monopólio do Ocidente. Nem pode a alta cultura ser hoje em dia limitada à arte burguesa tradicional, já que abrange um campo muito mais diverso” (EAGLETON, 2005, p.80).

Não há dúvidas quanto ao desenvolvimento tecnológico do Ocidente e de toda força com que a Academia projetou seus pensadores, artistas, filósofos, cientistas, mas a cultura ocidental se apoiou nos poderes simbólicos cuja dominação é mais insidiosa, porque repousa sobre essa “dominação cultural” seus novos agentes: ciência, técnica, economia e o imaginário – valores do progresso.

A relação entre Cultura de elite e a dominação da cultura ocidental está no fato de terem transformado os fluxos culturais em “mão única”, de onde projetam para as demais partes do mundo através dos meios de comunicação (jornais, rádios, televisões, filmes, livros, discos, vídeos), imagens, palavras, valores morais, normas jurídicas e códigos políticos que informam aos seus receptores os seus desejos e necessidades, as formas de comportamento, as mentalidades, os sistemas de educação que devem ter, porém asfixiando toda criatividade dos receptores passivos de tais mensagens. (LATOUCHE, 1996, p.16, grifo do autor).

A busca por uma definição de cultura torna-se de grande importância para que os gestores de políticas culturais atendam aos interesses dos mais diferentes grupos sociais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As considerações finais constituem um debate em aberto com questões que merecem a continuidade de estudos que reflitam sobre os impactos dos royalties no setor cultural desses cinco municípios beneficiados pela legislação que rege a distribuição dos royalties do petróleo no Brasil.

Ao longo de dez anos os valores referentes aos royalties desses municípios aumentaram evidenciando a ausência de restrições orçamentárias. Com isso esperava-se encontrar cidades bem equipadas, com sistema viário em excelentes condições, com espaços públicos bem equipados, arborizados e eventos realizados para incentivar o bom uso desses espaços. Entretanto, não foi este quadro encontrado.

Dos cinco municípios analisados, o único que demonstra preocupação com os equipamentos públicos de cultura é Quissamã, mas com as ressalvas que já fizemos. O

pior quadro foi encontrado em Campos dos Goytacazes. Mesmo sendo o município brasileiro que mais recebe royalties do petróleo este município não criou nenhum equipamento público de cultura em dez anos. Com os recursos disponíveis e considerando a sua população que consta 463.731 (IBGE, 2011) sendo o município da região Norte Fluminense que possui o maior número de instituições de ensino superior, reconhece-se a demanda para eventos culturais e por uso de equipamentos públicos de cultura, e a expectativa em encontrar um setor cultural melhor estruturado com equipamentos de cultura mais variados – atendendo diferentes expressões culturais - e descentralizados. Os equipamentos públicos de cultura, na sua grande maioria, ainda encontram-se localizados em regiões centrais, restringindo o acesso aos eventos.

Após definirmos o conceito de cultura, buscávamos, por meio de entrevistas com os gestores municipais, identificar o conceito de cultura norteadora das políticas públicas do setor. Com exceção de Cabo Frio, que os gestores demonstraram preocupação em propor políticas públicas de cultura que atenda a idéia de diversidade cultural brasileira e de Quissamã que tem participado das conferências nacionais de cultura e debatido o texto do plano nacional de cultura, os demais gestores não demonstraram nem conhecimento e nem preocupação sobre uma orientação conceitual que desse suporte às políticas municipais.

### **Referências Bibliográficas**

- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n.9478 de 06 de agosto de 1997**. Dispõe sobre a Política Energética Nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Brasília, 1997. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/104066/lei-9478-97>. Acesso em: 02 jan. 2011.
- CAMPOS DOS GOYTACAZES. Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes. 1999 a 2009.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2006.
- EAGLETON, T. **A idéia de cultura**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.
- ELIOT, T. S. **Notes towards the definition of culture**. London: Faber and Faber, 1948.
- GEERTZ, Clifford. *La interpretación de las Culturas*. Barcelona. Gedisa Editorial. 2003
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Círculo do Livro, 1981.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna – Uma pesquisa sobre as origens da Mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Censos**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 02 jan. 2011.
- LATOCHE, S. **A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- RIO DE JANEIRO (ESTADO). Tribunal de Contas do estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br/>>. Acesso em: 02 janeiro de 2011.



RIO DE JANEIRO (ESTADO). Regiões de Governo: Divisão Político Administrativa do Estado do Rio de Janeiro (MAPA). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Estado do Rio de Janeiro- SEDEIS. <http://www.rj.gov.br/web/sedeis/exibeconteudo?article-id=233630>. Acesso em Outubro de 2010.

THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna – Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2000.

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES. Info Royalties. Campos dos Goytacazes: Programa de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, 2004. Disponível em: <[www.inforoyalties.ucam-campos.br](http://www.inforoyalties.ucam-campos.br)>. Acesso em: 02 jan. 2011.

# **De Praça das Verduras a Chá-Chá-Chá: Imagens de um espaço público em contínua degradação.**

Leonardo de Vasconcellos Silva  
Elis Miranda

## **INTRODUÇÃO**

Apesar dos esforços descontinuados e pontuais, o centro histórico da cidade de Campos dos Goytacazes, no norte fluminense, passou por sucessivas transformações. Áreas de convivência, monumentos e prédios de inegável valor histórico-arquitetônico são relegados a plano secundário por seus proprietários e, ao mesmo tempo, negligenciados pelo Poder Público Municipal que não tem uma política de estímulo que atenua a degradação progressiva a que estão sujeitos.

Culpar exclusivamente a Municipalidade por esses males em nada ajudará na formação de uma visão crítica que permita enxergar a importância de manter este legado para as gerações futuras. Embora tardio, o esforço da prefeitura para dotar a cidade de seu primeiro espaço de preservação da memória deve ser reconhecido. O Museu de Campos dos Goytacazes será instalado numa edificação de forte referência sócio-afetiva para a população: servindo originalmente como residência para o Visconde de Araruama, destacado ator no processo de desenvolvimento da cidade durante o século XIX, após sua morte, o solar foi adquirido para sediar a Câmara Municipal, a Prefeitura e as suas secretarias. Por estar localizado na principal praça da cidade, a praça de S. Salvador, ponto de convergência de grande parte da população que transita por aquele trecho do núcleo central, o prédio onde futuramente será implantado o museu deve confirmar o lugar de destaque que ocupa na paisagem urbana.

A recente reforma a que a praça foi submetida, realizada com o intuito de modernizá-la, acabou descaracterizando-a como espaço de sociabilidade, causando estranheza aos seus habituais frequentadores que não mais a reconhecem como tradicional ponto de encontro. Mesmo com a descentralização pela qual a cidade vem passando nas últimas décadas, a praça ainda mantém uma parcela da importância que apresentava no passado. A existência de referências históricas como a matriz da cidade, dos prédios públicos que ainda funcionam lá e a presença de tradicionais estabelecimentos comerciais, justifica a permanência dessa importância.

## A PRAÇA DAS VERDURAS COMO ESPAÇO DE SOCIABILIDADE

Outros espaços públicos do núcleo central da cidade, por não disporem do mesmo arsenal de atrativos, não mantiveram idêntico privilégio. Esse é o caso da antiga Praça das Verduras, atual Praça do Chá-Chá-Chá. A Praça das Verduras se destacava como referência na vida urbana da cidade quando surgiu a necessidade de se criar um espaço para mercadejar. Em ata de 15 de abril de 1850 a Câmara Municipal determinou que lá e no “Largo do Capim” seriam os lugares ideais “para se venderem quaisquer quitandas, quer verduras, quer de outro gênero ou objeto”. Como forma de dotar a cidade de melhores condições de comércio e ao mesmo tempo organizar o espaço público, o vice-presidente da província do Rio e Janeiro, o Visconde de Baependi, autorizou a contratação de uma companhia para a construção de um mercado público. O decreto nº 782 de 1855, assinado pelo Visconde, afirma que:

A camara municipal de Campos fica autorizada a contratar com a companhia ou empresario que maiores vantagens offerecer a construcção de um mercado público naquella cidade, mediante a concessão de privilegio por um prazo que não exceda a quarenta annos, findo o qual ficará o mercado incorporado aos proprios do municipio. [BAEPENDY In CARNEIRO, 1985, p. 59]

Situada numa área comercialmente privilegiada, diversas foram as tentativas de tirar da Praça das Verduras a função de mercado [FOTO 1 – Praça com antigo mercado] . Entre as seguidas investidas promovidas no decorrer do século XIX, a que esteve mais próxima de alcançar êxito surgiu com a proposta de transferência do mercado para o Largo do Rocio. No entanto, quando em 1878 a Câmara determinou a mudança do local do mercado para o Rocio “oito proprietários e negociantes do Largo das Verduras fizeram uma representação, pedindo que não fosse efetivada a mudança que feria os seus interesses” [SOUZA, 1935]. O Largo do Rocio era na realidade uma praça e não apenas um simples “largo” como o denominavam. A proposta de transferir o mercado da “quitanda velha” para lá deve-se ao fato de que a primeira ferrovia de Campos, inaugurada em 1873, ligando a cidade ao distrito de S. Sebastião, tinha naquele lugar a sua estação. Nenhum local era mais apropriado para a comercialização das mercadorias produzidas na baixada campista que a praça em frente à estação [FOTO 2 – Praça do Mercado do Rocio]. Nesse mesmo prédio, que serviu como

estação, funcionou no passado a Escola de Aprendizes Artífices e funciona atualmente a Faculdade de Direito de Campos.



[FOTO 1 – Praça com antigo mercado]



[FOTO 2 – Praça do Mercado do Rocio]

## CAMPOS ADERE AO PROCESSO DE “HAUSSMANNIZAÇÃO”

Maior fonte de recursos para Campos, a agricultura começou a dar sinais de debilidade no final do século XIX após sofrer um duplo revés com a perda da mão-de-obra escrava, livre a partir da abolição, e com o acelerado processo de urbanização que se seguiu ao advento da República. A partir do crescimento da indústria e do comércio nas cidades de maior porte, as opções de emprego tornaram-se cada vez mais atraentes. Buscando novas oportunidades, um enorme contingente de trabalhadores não qualificados, acompanhados de suas proles, deslocou-se para os grandes centros. Por não serem absorvidos pelo mercado, vagavam pelas ruas centrais em busca de alguma atividade informal que pudesse lhes trazer sustento. Esses "desocupados", como eram chamados, promoviam todo tipo de baderna, afugentando do comércio mais refinado os potenciais clientes. A reurbanização passou a ser a alternativa mais eficaz para revitalizar o centro comercial da cidade [FOTO 3 – planta de Saturnino de Britto], cerceando, ao mesmo tempo, a circulação desses freqüentadores indesejados.



[FOTO 3 – planta de Saturnino de Britto]

No início da década de 1910, um grupo de políticos liderados pelo Presidente do Estado, Oliveira Botelho, e pelo Ministro da Agricultura, Pedro de Toledo, foi ciceroneado pelos usineiros numa visita ao parque industrial açucareiro de Campos. Eles mostraram-se entusiasmados com a riqueza agrícola e com as máquinas de última geração que equipavam as unidades produtoras. Paradoxalmente, ao concluírem a visita ao município pelo centro urbano de Campos, os políticos não esconderam sua decepção com o aspecto atrasado da cidade, com prédios mal conservados, resquício do período colonial. Os próprios usineiros manifestaram esse sentimento no documento que produziram ao final da 4ª Conferencia Assucareira de Campos:

Os proprietários das uzinas de assucar de Campos, convencidos de que a situação actual da cidade não corresponde ao alto desenvolvimento da sua importante lavoura e das industrias agrárias, nem tão pouco às necessidades palpitantes da sua população, consoante à cultura moral e intellectual dos seus habitantes, justamente preocupados com os aspectos das construcões antigas da cidade e especialmente com a salubridade do nosso meio urbano, desejam solemnizar a reunião da 4ª conferência assucareira propondo a indicação seguinte:

Indicamos para solemnizar a alegria dos campistas pela reunião da 4ª Conferência Assucareira nesta cidade, se solicite do Dr. Oliveira Botelho, Presidente do Estado, a sua intervenção perante a Assembléia Legislativa para que, a título de contribuição adicional, seja votada uma taxa de 2 ½ % sobre o imposto do assucar produzido no município de Campos. (MONITOR CAMPISTA, 1916, capa)

O objetivo com a criação do imposto era transformar a cidade, modernizando-a com os lucros da exploração do seu solo. A nova configuração urbanística criada pelo Barão Haussmann em meados do século XIX na cidade de Paris, havia se tornado um modelo a ser copiado, independente de sua adequação, ou não, ao lugar proposto. Oriundos da alta aristocracia rurais e integrantes da elite agrária campista, é bem provável que os usineiros tenham tomado conhecimento das benfeitorias promovidas na capital francesa *in loco*. Encarregado por Napoleão III de modernizar Paris após a Revolução de 1848, o Barão Haussmann privilegiou a estética em detrimento do social mandando demolir ruas antigas inteiras, pequenos comércios e moradias humildes, criando uma capital ordenada sob a orientação de um projeto geométrico que valorizasse as grandes avenidas. A substituição de ruas estreitas e sinuosas por largos bulevares retilíneos e

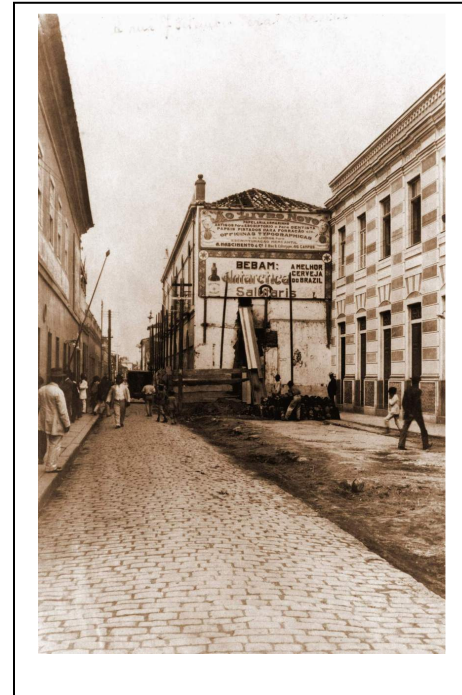
arborizados tornou-se um padrão adotado nas principais cidades e capitais do mundo. Essa tendência internacional não tardou a chegar ao Brasil trazida pelas mãos do prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos, que havia estudado na França durante o período de reformulação da sua capital.

## **ESPAÇOS PÚBLICOS DE CONVIVÊNCIA SOB UMA NOVA ESTÉTICA**

O desejo dos usineiros, somado ao consenso universal presente na formação intelectual do então prefeito de Campos, o médico Luiz Sobral, sinalizaram para a adoção da estratégia “haussmanniana” numa cidade de economia agrícola. Financiadas pelo novo imposto sobre uso do solo, as obras foram administradas pela Comissão de Saneamento, órgão criado para implementar as transformações necessárias sem estar obrigatoriamente atrelado à lentidão da máquina pública municipal. De certa forma todas as questões prioritárias foram atendidas, beneficiando principalmente os interesses da classe dominante. Além das estações de tratamento de água e esgoto foi construído um novo dique para resguardar a cidade das sucessivas cheias [FOTO 4 – Praça Prudente de Moraes na cheia de 1906]; ruas estreitas e tortuosas, ainda do período colonial, foram calçadas com paralelepípedos. O procedimento adotado no Rio por Pereira Passos, o “bota abaixo”, também vigorou em Campos: diversos estabelecimentos comerciais e residências tiveram que ser demolidas para permitir o alargamento e a retificação do traçado das ruas [FOTOS 5 e 6; 7 e 8 – Ao Livro Novo-antigo e eclético; Rua sete de setembro estreita e alargada] e [FOTO 9 – alargamento da Rua Sete de Setembro]; espaços públicos foram construídos ou remodelados recebendo tratamento paisagístico e o sistema de transporte urbano foi incrementado com a implantação de linhas de bondes elétricos.



[FOTO 4 – Praça Prudente de Moraes na cheia de 1906]



[FOTOS 5 e 6; 7 e 8 – Ao Livro Novo – antes e depois das reformas  
Rua sete de setembro estreita e alargada] e





[FOTO 9 – alargamento da Rua Sete de Setembro]

Entre os espaços reurbanizados merecem ser destacados o da Praça Barão do Rio Branco (Jardim do Liceu) [FOTO 10 – Jardim do Liceu recém inaugurado], o da Praça Nilo Peçanha (Jardim de São Benedito) [FOTO 11 – Jardim de São Benedito recém inaugurado] e a Praça das Verduras agora batizada com o nome de Praça Prudente de Moraes. O tratamento paisagístico dado à nova Praça Prudente de Moraes afasta definitivamente a ameaça de permanência do mercado em pleno coração da cidade. A esse respeito existe uma clara consonância entre os interesses dos comerciantes do centro de Campos e o Decreto nº 7566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo Presidente Nilo Peçanha ao criar as Escolas de Aprendizes Artífices. O espírito do decreto é o de “proporcionar às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência”, ou seja, dar educação e principalmente ocupação a essa gente. Em outro ponto o texto do decreto enfatiza que:



[FOTO 10 – Jardim do Liceu recém inaugurado],



[FOTO 11 – Jardim de São Benedito recém inaugurado]

[...] se torna necessário não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna, com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime.

A Praça das Verduras quando se torna Praça Prudente de Moraes, adquire outro *status* valorizando os estabelecimentos situados no seu entorno. Deixa de ser apenas um local de circulação de pedestres e de trabalhadores menos qualificados para se tornar um novo espaço de sociabilidade [FOTO 12 – interior de AO LIVRO NOVO]. O conjunto de fotografias que integram as diversas coleções particulares e acervos das instituições públicas campistas permite acompanhar a paulatina decadência desse espaço que durante tanto tempo foi ponto de referência afetiva para os frequentadores do centro da cidade.



[FOTO 12 – interior de AO LIVRO NOVO].

## A FOTOGRAFIA COMO SUPORTE DE DIVULGAÇÃO

Desde sua invenção em 19 de agosto de 1839 a fotografia vem cumprindo o destacado papel de informar, apresentar e revelar o mundo por ela registrado. Em síntese, cabe a esta forma de linguagem democratizar a informação visual e permitir diferentes leituras do seu teor. O surgimento de feiras e exposições espalhadas pelas principais cidades dos continentes europeu e americano permitiu o contato direto com diferentes civilizações, fossem elas primitivas ou já modificadas pelo avanço tecnológico decorrente da Revolução Industrial. Desde a primeira exposição universal, acontecida em Londres no ano de 1851, tornou-se comum a presença dos “Gabinetes de Imagens”, setor no qual cada país presente ao evento levava consigo o conjunto de fotografias que melhor o representasse: máquinas e produtos industrializados para uns, exotismo e objetos artesanais para outros. A pesquisadora Maria Inez Turazzi trata desse assunto no seu livro “Poses e Trejeitos: A Fotografia e as Exposições na era do Espetáculo – 1839/1889”. Ela enfoca a participação dos países nessas exposições e ao mesmo tempo a compreensão de que, com o advento da fotografia, é possível “viajar sem sair de casa”:

Para a história da fotografia, observada de onde estamos, 1851 é também o ano em que se inaugura uma nova fase desta história, até então restrita a um certo número de iniciados e apreciadores de novidades. A presença da fotografia na Exposição de Londres iria torná-la (a fotografia) muito mais popular, difundindo a sua prática e o seu consumo em proporções até então inimagináveis. Por outro lado, a fotografia, participando do espetáculo das exposições, tornou-se muito mais universal do que supunham os seus contemporâneos. (TURAZZI, 1995, p. 26)

À medida que fotografia vai sendo disseminada em todos os quadrantes do mundo tanto como linguagem, forma de expressão ou meio de divulgação vai sendo absorvida pelo cidadão comum, não ficando restrita apenas a um segmento específico. A introdução de modernas técnicas de reprodução fotomecânica nos anos iniciais do século passado permitiu a maior circulação e, conseqüentemente, maior familiaridade com a imagem fotográfica. Este fator incrementou a atividade dos profissionais da fotografia que viram na produção diversificada uma alternativa para ampliar o seu campo de trabalho. A massificação da informação fotográfica tendo como veículos as revistas, jornais, a

publicidade e, principalmente, os cartões postais, faz surgir uma nova demanda num mercado já efervescente. Ao tratar da expansão do mercado fotográfico brasileiro no início do século XX, Boris Kossoy destaca o cartão postal como responsável por “uma das modas mais difundidas e fascinantes em todo o mundo”. Tecnicamente ele explica a forma como essa revolução se deu:

Inicialmente, as técnicas artesanais utilizadas na sua produção, como a ponta seca, o buril e a litografia, tornavam o cartão postal um artigo caro. Com a introdução dos modernos processos de reprodução, particularmente a fototipia, o custo de produção baixaria consideravelmente, resultando na sua definitiva popularização. (KOSSOY, 1980, p. 95)

## **OS CARTÕES POSTAIS MUDAM O *STATUS* DA PRAÇA DAS VERDUREIRAS**

A grande transformação sofrida pela Praça Prudente de Moraes em 1916, ano em que o Presidente da República Wenceslau Braz e o Presidente do Estado do Rio de Janeiro Nilo Peçanha vieram a Campos inaugurar as obras empreendidas pela Comissão de Saneamento, coincide com o enorme incremento da atividade fotográfica nas primeiras décadas do século XX. A necessidade de difundir as belezas naturais e as transformações urbanísticas das cidades com o auxílio dos cartões postais é um hábito assumido universalmente.

Os primeiros cartões postais que colocam a cidade de Campos como protagonista, começaram a circular pouco antes de 1910. Imagens da cidade produzidas pelo fotógrafo amador Francisco de Paula Carneiro foram coloridas à mão e levadas para a Holanda pelo historiador Alberto Frederico de Moraes Lamego onde foram transformadas em postais e hoje fazem parte da coleção das mais tradicionais famílias campistas. Ao contrário do espírito que dominaria pouco depois os colecionadores, os postais com fotos de Paula Carneiro, popularmente conhecido como Capitão Carneirinho, não mostravam uma cidade atraente, que despertasse curiosidade em potenciais turistas por sua beleza. Nesta série, os postais que mais faziam sucesso entre os que os adquiriam eram os que retratavam a grande cheia do Rio Paraíba no ano 1906,

uma das que mais danos causou ao casario da cidade e que somou maior número de vítimas ao seu final.

## **UMA LINHA DO TEMPO IMAGÉTICA**

Parte integrante da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, a Biblioteca Municipal Nilo Peçanha, possui diversos álbuns de imagens em seu acervo. Entre eles merece destaque o que foi produzido para marcar o fim das obras de infra-estrutura e embelezamento pelas quais passou a cidade sob a tutela da Comissão de Saneamento. Este álbum contém logo na capa uma dedicatória ao Presidente Wenceslau Braz:

Lembrança de sua visita a Campos  
pela inauguração das obras de reforma  
da Cidade, com os lucros da exploração da terra.  
5 de novembro de 1916

Como todo álbum produzido com idêntica finalidade, este também só apresenta os registros positivos do processo de modificação do perfil da cidade. As obras de embelezamento recebem grande destaque ao passo que os incômodos causados pelas desapropriações e transferência de moradores mais carentes para a periferia da cidade sequer são mencionados. A contratação do fotógrafo A. Ribeiro para esta função deixa claro o resultado que se deseja alcançar. Junto com Augusto Malta, A. Ribeiro atuou no registro do embelezamento pelo qual passou a Capital Federal do Brasil durante a gestão Pereira Passos. Até hoje os postais do Rio de Janeiro por ele editados são objeto de desejo de uma infinidade de colecionadores.

A. Ribeiro se esmerou no álbum dedicado a Campos. Ainda hoje as fotografias feitas por ele provocam observações elogiosas vindas de todos os que se admiram com a beleza que a cidade exibía naquela ocasião. A produção de álbuns fotográficos com a finalidade de tornar públicas as obras executadas por grupos políticos era algo relativamente comum em todos os âmbitos:

As propagandas do estado, por meio dos álbuns, estão comprometidas com os interesses de grupos políticos dominantes que desejavam se perpetuar no poder pelas representações, e não pelas ações. As imagens dos álbuns soam como um tênue limite entre realidade e representação, pois os álbuns enfatizaram imagens de monumentos arquitetônicos do século XVIII, os retratos dos homens públicos e algumas cenas bucólicas. (MIRANDA, In FIGUEIREDO, 2008, p. 20)

O conjunto de imagens que ilustram o presente artigo mostra o apogeu da Praça Prudente de Moraes, sua progressiva degradação e finalmente a sua descaracterização atual. A imagem de 1916 [FOTO 13 – Praça Prudente de Moraes em 1916], que inicia esta linha do tempo imagética, sai das lentes de A. Ribeiro. Nela é possível observar a praça já arborizada, equipada com bancos com motivos fitomorfos, postes de ferro batido e bebedouro. O prédio claro em destaque ocupa o lugar do primitivo mercadinho da Praça das Verduras. Dois sobrados em estilos *art nouveau* e eclético ainda passam pelos últimos retoques.



[FOTO 13 – Praça Prudente de Moraes em 1916]

Uma fotografia [**FOTO 14** – Praça Prudente de Moraes em 1920], transformada em postal pouco tempo depois, ainda mostra a praça em sua plenitude. A data provável é 1920.



[**FOTO 14** – Praça Prudente de Moraes em 1920]

Em um outro postal, com edição da “Fotóptica” [**FOTO 15** – Praça Pudente de Moraes em 1935], provavelmente de meados da década de 1930, já é possível observar alguns sinais de degradação. Do ponto de vista econômico a cidade não vivia um grande momento. A produção açucareira havia sofrido um grande baque provocado pela queda da bolsa de Nova Iorque em 1929, causando uma recessão aguda em todo o país e que atingiu grande parte dos fazendeiros e usineiros locais. A diminuição na arrecadação de tributos pode justificar a dificuldade encontrada pela prefeitura para manter bem conservados os espaços públicos. Além das luminárias do poste sem as cúpulas, a presença de bombas de gasolina na calçada da praça certamente reduz uma parcela do seu encanto.



[FOTO 15 – Praça Pudente de Moraes em 1935]

A transformação observada menos de uma década depois é radical [FOTO 16 – Praça Pudente de Moraes em 1940]. Os únicos elementos mantidos são o poste, com *design* característico do período do Estado Novo, e as bombas de gasolina que dominam o cenário da praça totalmente desnudada e sem nenhum atrativo humano. Os veículos que aparecem estacionados provavelmente são “carros de aluguel”, nomenclatura usada em Campos que antecedeu aos “carros de praça” e aos atuais táxis.



FOTO 16 – Praça Pudente de Moraes em 1940].



O postal editado pela Foto Chic [FOTO 17 – Praça Pudente de Moraes em 1950] mostra uma praça irreconhecível se comparada à original. Para acompanhar as soluções urbanísticas dos grandes centros foi construído um ponto de ônibus similar aos que existiam no Rio de Janeiro. Esse tipo de estrutura de concreto armado recebeu dos cariocas o apelido de “tabuleiro da baiana” por seu formato, tabuliforme, similar às mesinhas que as baianas usavam para vender seus quitutes. Na fotografia, além do sistema de transporte coletivo que começa a se intensificar na região central da cidade, impressiona a quantidade de “carros de praça” que ocupam todos os espaços anteriormente reservados aos pedestres.





**[FOTOS 18 e 19 – Praça do Chá-Chá-Chá (foto de Elis Miranda, 2011)]**

Na etapa seguinte ocorre uma mudança de nomenclatura passando a Praça Prudente de Moraes a ser chamada de Praça do Chá-Chá-Chá. Não é uma mudança oficial estabelecida pela câmara ou pela prefeitura. O “tabuleiro da baiana” que servia de ponto de ônibus foi metamorfoseado em lanchonete ou, se usarmos a denominação atual, foi transformado em quiosque. O nome da lanchonete, que teve uma razão especial para ser escolhido, acabou se estendendo a todo o espaço ao seu redor: com as atenções voltadas para Cuba, que dominava o noticiário com a recente revolução capitaneada por Fidel Castro e Che Guevara, um ritmo caribenho tomou conta do universo musical no início dos anos 1960. Surgido na ilha, o Chá-Chá-Chá passou a ser presença obrigatória em todas as festas e pistas de dança do mundo. O crescimento desordenado da cidade torna-se cada vez mais acentuado e a Praça do Chá-Chá-Chá não ficou imune a este processo de degradação urbana **[FOTOS 18 e 19 – Praça do Chá-Chá-Chá (foto de Elis Miranda)]**. Os táxis permanecem dominando o entorno da praça e o quiosque, sem espaço físico nem infra-estrutura para atender de forma confortável a sua clientela, acaba transformando em privado um espaço que deveria permanecer público.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A inércia da sociedade campista em relação ao processo de degradação pelo qual os espaços públicos e, em especial seu centro histórico é o aspecto que causa maior

estranheza aos que o visitam. Em meados dos anos 1990 uma arquiteta transferiu-se durante alguns anos para Campos enquanto cursava seu mestrado numa universidade local. Ao estabelecer contato inicial com o núcleo central da cidade impressionou-a o péssimo estado de conservação de prédios e obras de arte referenciais como o chafariz belga na Praça Quatro Jornadas, a Lira de Apolo, o Hotel Gaspar e o Solar do Visconde de Araruama na Praça S. Salvador. Na ocasião fez uma observação que, desafortunadamente, permanece atual. Para ela pareceu estranho que a praça principal da cidade, ao invés de atrair pela beleza do seu patrimônio, causasse repulsa pelo mau estado de conservação em que ele se encontrava. Mesmo com o nível de consciência adquirido pela população, passados mais de dez anos, o estado em que se encontra a Praça Prudente de Moraes é prova de que pouca coisa avançou.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAEPENDY, Visconde de. Autorização para contratar companhia ou empregado para construção do mercado público. In: CARNEIRO, Marília B. S. **Atos e Fatos da Antiga Campos**. Campos dos Goytacazes, edição da autora, 1985.
- KOSSOY, Boris. **Origens e expansão da fotografia no Brasil – século XIX**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1980.
- MIRANDA, Elis Araújo. Representações Amazônicas: Cultura e Ideologia nas Imagens dos Álbuns do Estado do Pará. In: FIGUEIREDO, Silvio Lima (org.). **Turismo, Lazer e Planejamento Urbano e Regional**. Belém: NAEA, 2008.
- MONITOR CAMPISTA. **Ligeiro histórico sobre os melhoramentos de Campos**. Campos dos Goytacazes, 05 de novembro de 1916.
- TURAZZI, Maria Inez. Poses e Trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1889). Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- SOUSA, Horacio. Cyclo Aureo: História do 1º Centenário de Campos. Campos: Artes Graphics / Escola de Aprendizes Artífices, 1935.

## LEGENDAS

**Foto 1** – Carregadores em frente ao mercadinho da Praça das Verduras, c. 1890.

Fotógrafo: Autor não identificado

Coleção: Dr. Dario Marinho

**Foto 2** – Praça do Mercado no Rocio durante a enchente de 1906. À esquerda da imagem a Igreja de Santa Efigênia e à direita o sobrado onde funcionou a Estação da Estrada de Ferro Campos-S. Sebastião.

Fotógrafo: Alfredo Jabor

Acervo: Biblioteca Municipal Nilo Peçanha / FCJOL

**Foto 3** – Detalhe da PLANTA DA CIDADE – A Praça das Verduras ao centro, 1902

Autor: Francisco Saturnino Rodrigues de Britto

Acervo: Biblioteca Municipal Nilo Peçanha / FCJOL

**Foto 4** – Praça das Verduras durante a enchente. A cheia do Rio Paraíba em 1906 causou um grande número de mortes provocadas por leptospirose.

Fotógrafo: Francisco de Paula Carneiro

Acervo: Biblioteca Municipal Nilo Peçanha / FCJOL

**Foto 5** – Antiga fachada da livraria *Ao Livro Novo* voltada para a Praça das Verduras, antes do alargamento da Rua Sete de Setembro, c. 1910.  
Fotógrafo: Autor não identificado  
Coleção: Dr. Dario Marinho

**Foto 6** – POSTAL – Nova fachada da livraria *Ao Livro Novo* depois do alargamento da Rua Sete de Setembro, c. 1916.  
Fotógrafo: A. Ribeiro  
Acervo: Biblioteca Municipal Nilo Peçanha / FCJOL

**Foto 7** – Destelhamento da livraria *Ao Livro Novo* para demolição parcial que permitiu o alargamento da Rua Sete de Setembro, c. 1914.  
Fotógrafo: Autor não identificado  
Coleção: Dr. Dario Marinho

**Foto 8** – O prédio do café High Life situado na nova Rua Sete de Setembro, visto da esquina com o Boulevard Paula Carneiro, 1916.  
Fotógrafo: A. Ribeiro  
Acervo: Biblioteca Municipal Nilo Peçanha / FCJOL

**Foto 9** – Término das obras de calçamento da Rua Sete de Setembro. A seguida construção de residências em estilo eclético permite antever o destino reservado à humilde casa colonial à direita.  
Fotógrafo: A. Ribeiro  
Acervo: Biblioteca Municipal Nilo Peçanha / FCJOL

**Foto 10** – A Praça Barão do Rio Branco (Jardim do Liceu) vendo-se em destaque o coreto, 1916.  
Fotógrafo: A. Ribeiro  
Acervo: Biblioteca Municipal Nilo Peçanha / FCJOL

**Foto 11** – POSTAL – A Praça Nilo Peçanha (Jardim S. Benedito) vendo-se ao fundo, à esquerda, a Igreja de S. Francisco, c. 1930.  
Fotografia: edição da *Fototica*  
Coleção: Leonardo de Vasconcellos Silva

**Foto 12** – POSTAL – Interior da livraria *Ao Livro Novo*, ponto de encontro regular para advogados e funcionários de cartório que trabalhavam no centro de Campos, c. 1910.  
Fotógrafo: T. Bolckau  
Coleção: Leonardo de Vasconcellos Silva

**Foto 13** – A Praça Prudente de Moraes já reurbanizada com alguns prédios recebendo os últimos retoques antes de entrar em funcionamento, 1916.  
Fotógrafo: A. Ribeiro  
Acervo: Biblioteca Municipal Nilo Peçanha / FCJOL

**Foto 14** – POSTAL – A Praça Prudente de Moraes em seu apogeu, poucos anos depois de ser inaugurada, c. 1920.  
Foto: Autor não identificado  
Coleção: Leonardo de Vasconcellos Silva

**Foto 15** – POSTAL – A Praça Prudente de Moraes começando a dar os primeiros sinais de degradação, c. 1935.  
Fotografia: edição da *Fotóptica*  
Acervo: Biblioteca Municipal Nilo Peçanha / FCJOL

**Foto 16** – POSTAL – Imagem da Praça Prudente de Moraes sem mais nenhum vestígio da sua configuração original, c. 1940.  
Fotógrafo: Autor não identificado  
Acervo: Biblioteca Municipal Nilo Peçanha / FCJOL

**Foto 17** – POSTAL – Fotografia da Praça Prudente de Moraes vendo-se em destaque ao centro o ponto de ônibus em forma de “tabuleiro da baiana” que deu origem ao quiosque do Chá-Chá-Chá, c. 1950.

Edição: Foto Chic  
Coleção: Leonardo de Vasconcellos Silva  
**Foto 18** – Praça do Chá-Chá-Chá.  
Fotógrafo: Elis Miranda, setembro 2011

# Sessão Temática 3 - Região, Empresa e Estado.

---

Coordenação:

*Professor Drº Eduardo Shimoda.*

*OMPETRO: dez anos depois*

*Marcelo Peçanha Sarmiento*

*Dependência orçamentária às rendas petrolíferas em municípios selecionados do norte fluminense*

*Ronaldo Costa da Silva*

*O público e o privado na exploração petrolífera brasileira: o caso da OGX*

*Claudia de Oliveira*

*Relação Empresa e Estado: o caso da LLX em São João da Barra*

*Jane de Souza Teixeira*

*José Luis Viana da Cruz*

# OMPETRO: dez anos depois

Marcelo Peçanha Sarmiento<sup>16</sup>  
Instituto Federal Fluminense

## INTRODUÇÃO

O artigo objetiva discutir o processo de formação e evolução da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo e Gás Natural e Limítrofes da Zona de Produção Principal da Bacia de Campos – Ompetro, desde seu surgimento até a atualidade.

A partir de seu Estatuto Social e das Atas das reuniões, apresenta-se o processo de formação dessa organização e seus objetivos, sendo, em sequência analisadas as mudanças do conteúdo de suas reuniões, desde a data de sua criação em 2000 até os dias atuais.

Acredita-se que o trabalho seja de fundamental relevância em função das inúmeras transformações sociais, econômicas, demográficas, territoriais, culturais e políticas que vêm ocorrendo nos municípios da Ompetro relacionadas às atividades da indústria do petróleo e gás ou em função do recebimento das rendas petrolíferas<sup>17</sup> (royalties e participações especiais).

### 1. A formação da Ompetro e os seus objetivos

A Ompetro<sup>18</sup> (ver figura 1), fundada em 2001, é formada pelos municípios de Armação de Búzios, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casemiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras e São João da Barra. Em 2006 foi incorporado o município de Niterói e recentemente Arraial do Cabo<sup>19</sup>. Essa organização inclui

---

<sup>16</sup>Professor de Geografia do Instituto Federal Fluminense, mestrando em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes.

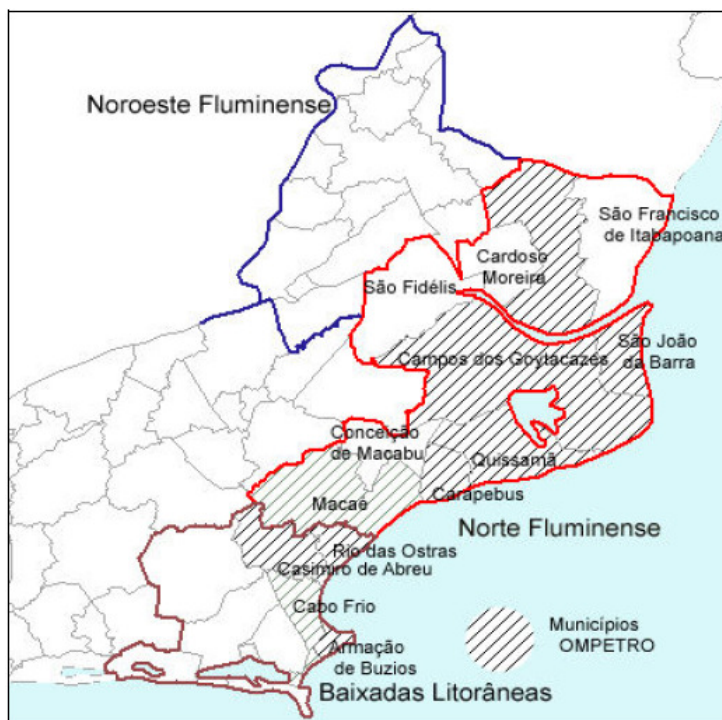
<sup>17</sup> Os valores pagos a título de royalties se referem, grosso modo, a uma porcentagem do valor total da produção que é paga mensalmente aos Estados, aos Municípios, ao Comando da Marinha, ao Ministério da Ciência e Tecnologia e ao Fundo Especial administrado pelo Ministério da Fazenda. Além desses, há também as Participações Especiais que, como o primeiro, é uma porcentagem paga àquelas instâncias governamentais no caso de grande volume de produção ou de grande rentabilidade dos poços. Em muitos casos, o valor das Participações Especiais pago aos municípios é ainda maior do que dos royalties. Contudo, nesse artigo, as duas formas de compensações serão referidas como rendas petrolíferas ou participações governamentais.

<sup>18</sup> No presente trabalho, o recorte espacial utilizado para a análise da Ompetro é aquele composto pelos municípios contíguos que fazem parte da Zona de Produção Principal da Bacia de Campos nas regiões Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas, portanto excluindo-se Niterói.

<sup>19</sup> O município de Arraial do Cabo foi incluído pela ANP na Zona de Produção Principal da Bacia de Campos em 30/03/2011. No dia 26/04/2011 o presidente em exercício da Ompetro e prefeito da cidade de Macaé, Riverton Mussi, convidou o município de Arraial do Cabo para fazer parte da organização, o que foi aceito. Disponível

alguns municípios das regiões Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas e exclui outros dessas regiões. Os municípios membros da Ompetro estão entre os maiores beneficiários do país das rendas petrolíferas, o que passou a ocorrer especialmente após a quebra do monopólio da Petrobras (Lei 9.478 de 06/08/1997).

Figura 1 – Municípios que compõem a Ompetro



Fonte: IBGE *apud* Neto e Ajara (2006)

As transformações que os municípios da Ompetro vêm passando, relacionam-se aos seguintes fatos:

- a decisão da Petrobras de localizar na cidade de Macaé (1974) a base de operações das atividades de prospecção e de produção para o recém-descoberto petróleo da plataforma continental da Bacia de Campos;
- a posterior entrada em vigor da legislação sobre royalties do petróleo (Lei 7.453 de 27/12/1985), que passa a definir como produtores os municípios confrontantes com os poços de exploração em alto-mar;
- o crescente e acelerado aumento da produção na Bacia de Campos, em especial, após a quebra do monopólio da Petrobras (Lei 9.478 de 06/08/1997).

---

em:<<http://www.maca.e.rj.gov.br/noticias.php?page=leitura&idNoticia=23240>>. Acesso em: 14 de maio de 2011. Como a inclusão do município de Arraial do Cabo é muito recente, apenas citaremos esse município como membro, deixando para análises futuras a compreensão do seu processo de adesão.



O conjunto de municípios da Ompetro não coincide com a região de governo referida como Norte Fluminense, que corresponde a um recorte regional anterior e que toma como referência a produção sucroalcooleira (PIQUET 2003). Segundo a autora (2003: 226) “A definição de “município produtor de petróleo” introduz um elemento diferenciador entre esses municípios, o que leva a redefinição das alianças locais”. Aliado a isso “as incertezas quanto ao futuro, somadas à descoberta de novos poços na fronteira do estado do Espírito Santo e à possibilidade de implantação de novas unidades de apoio em Vitória funcionam como um alerta para as lideranças regionais” (PIQUET, 2003: 231).

De fato, em uma das primeiras reuniões para formação da organização realizada em 11/12/2000, o então Prefeito de Campos dos Goytacazes, que se tornou o 1º presidente, destacou acreditar que sem essa organização “os municípios não serão efetivamente reconhecidos no mundo do petróleo, nem os prefeitos isoladamente, conseguirão lutar pelo desenvolvimento da região” (OMPETRO, 2010: 3). A criação da Ompetro surge nesse contexto e exclui os municípios interioranos da antiga região do açúcar e agrega novos. Segundo Piquet (2003):

“A criação da Ompetro teve caráter nitidamente político, sendo um dos seus objetivos imediatos estabelecer um "diálogo de iguais” no mundo do petróleo. No médio prazo, ela busca obter representação no Conselho Nacional de Política Energética, em Brasília, e tem ambições de constituir um fundo de desenvolvimento para a região, já prevendo uma futura redução no recebimento de royalties”. (PIQUET, 2003: 231)

Os objetivos formais da Ompetro presentes no seu Estatuto Social em seu Artigo 4º totalizam 12 itens, dos quais destacamos:

*1 – Defender os interesses desses e de tantos outros que se tornarem produtores de petróleo no Estado do Rio de Janeiro, no que concerne à produção de petróleo e gás natural na plataforma continental;*

*2 – Integrar-se à Agência Nacional de Petróleo e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro em todas as discussões relativas à exploração e produção de petróleo e gás nesse território;*

*3 – Defender a efetiva participação da organização, enquanto representante desses municípios, nos assuntos que motivaram a criação da entidade;*

*4 – Desenvolver entendimentos e estudos em defesa da implantação de indústrias que processam o petróleo e o gás natural extraídos da plataforma continental fluminense na própria região, como forma de agregar novos valores à economia regional (...)*

*6 – Acompanhar e processar os dados referentes à produção de petróleo e gás, de modo que haja maior transparência possível, de acordo com o que preceitua a legislação pertinente que flexibilizou o monopólio do petróleo; (...)*

*11 – Buscar junto ao Governo do estado prioridade na utilização dos recursos da produção de petróleo e gás natural que lhe cabe na própria região produtora e também nos municípios limítrofes (OMPETRO, 2001: 1-2).*

Da simples leitura dos itens anteriores, percebe-se que essa organização desde sua origem apresenta uma tendência corporativa quanto à defesa das rendas petrolíferas e maior participação nas negociações com o governo federal e estadual, assim como pressão por maiores investimentos públicos e privados na região<sup>20</sup>.

As vultosas e crescentes participações governamentais pagas aos municípios produtores levam a discussões a respeito da finalidade e justiça do pagamento das mesmas. Inúmeros questionamentos e propostas para modificação da legislação vigente quanto aos seus critérios de rateio e tentativas de redistribuição foram e são elaboradas, trazendo algumas incertezas quanto ao futuro das finanças desses municípios<sup>21</sup>.

Há uma elevada dependência das rendas petrolíferas na maioria dos municípios da Ompetro, chegando essas a contribuir, em alguns casos, com mais de 50% de toda arrecadação municipal, o que acarreta riscos potenciais para a manutenção da saúde financeira e patrimonial dos municípios, que pode ser seriamente abalada por fatores alheios à gestão, tais como: eventuais reduções ou mesmo interrupções do recebimento das compensações financeiras, em função de problemas técnicos na produção e/ou exploração do petróleo; de reduções abruptas dos preços acompanhando movimentos de queda nas cotações do mercado internacional; mudanças na legislação que estabelece a distribuição das receitas entre os diferentes atores e entes federativos, como as que estão hoje em discussão no Congresso Nacional (NAZARETH, 2011).

---

<sup>20</sup> A organização chegou a alugar um escritório na cidade do Rio de Janeiro na tentativa de estar mais perto de um grande centro de decisões, onde se localiza a sede da Petrobras e de importantes empresas fornecedoras. Porém, esse centro funcionou por um pequeno espaço de tempo e acabou sendo desativado.

<sup>21</sup> Ver SERRA e PATRÃO (2003); LEAL e SERRA (2003); SERRA (2004); SERRA, TERRA e PONTES (2006); NAZARETH (2011).

A possibilidade de redistribuição e os inúmeros questionamentos com relação à divisão das rendas petrolíferas fazem a organização funcionar como um *lobby* em defesa dos interesses dos municípios produtores de petróleo, tendo como objetivo a defesa da manutenção dos critérios já estabelecidos quanto às atuais regras de rateio, buscando impedir qualquer atuação dos demais municípios brasileiros no sentido da desconcentração das rendas petrolíferas. É neste sentido que tanto Serra, Terra e Pontes (2006) como Piquet (2003) apontam a defesa do direito aos royalties como parte fundamental da criação da Ompetro.

### **1. AS MODIFICAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO A PARTIR DAS PERSPECTIVAS DA REDISTRIBUIÇÃO DOS *ROYALTIES* DO PETRÓLEO.**

A partir da análise das Atas das reuniões da Ompetro é possível estabelecer dois períodos distintos da organização. O primeiro é o que compreende os dois primeiros mandatos que vão de 2001-2002 e 2003-2005 e o segundo, que vai do ano de 2005 até 2010, abrangendo três mandatos 2005-2006, 2007-2009, 2009-2010. Esses períodos serão a seguir analisados.

No primeiro período eram constantes os temas relacionados ao desenvolvimento da região e, apesar de haver preocupação com o aumento e manutenção das rendas petrolíferas, esse não era o tema central da organização, ao menos pelo que constam nas atas.

A organização buscava meios para o desenvolvimento da região e atuava no sentido de defender os interesses dos municípios membros. Realizava acompanhamentos técnicos e trabalhava as questões tributárias e dos pagamentos das rendas petrolíferas. Para maiores esclarecimentos a respeito da produção de petróleo e gás natural, representantes de órgãos governamentais eram convidados para ministrar palestras sobre temas relacionados à atividade e às rendas petrolíferas. A Ompetro procurava ampliar o relacionamento dos municípios associados defendendo interesses mútuos e, na tentativa de buscar novos investimentos, buscava uma aproximação e diálogo com o setor petrolífero, em especial com a Agência Nacional de Petróleo - ANP e a Petrobras.

Uma das propostas iniciais da Ompetro foi a criação de um fundo de desenvolvimento regional a partir das rendas petrolíferas, porém alguns fatores contribuíram para o fracasso dessa tentativa. Um deles é o fato de que essas receitas seriam incorporadas ao caixa único dos municípios, sem a exigência *ex post* quanto a sua utilização.

Outro fator é a competição intermunicipal, com o surgimento de Fundos Municipais de Desenvolvimento, sustentados pelos recursos provenientes das participações governamentais. Na reunião de 06/04/2001, um dos membros levantou a hipótese dos municípios proporem à ANP a criação de um fundo que teria uma contribuição mínima de todos os entes beneficiados com royalties para atender aos municípios que fossem prejudicados por acidentes<sup>22</sup>. Porém, mesmo obtendo a aprovação unânime dos membros presentes a ideia não foi concretizada.

A duplicação e a revitalização da rodovia BR-101, no trecho entre Rio Bonito e Campos dos Goytacazes, considerado primordial para o desenvolvimento dos municípios produtores de petróleo era outra proposta defendida pela organização, sendo discutida na época a possibilidade de criação de um consórcio intermunicipal para financiar parte desse processo, no entanto também não foi concretizado.

Por várias vezes a importância da concretização do projeto do Porto do Açú<sup>23</sup> foi exposta, pois empresas do setor de petróleo e gás estariam indo para o Espírito Santo. Além disso, a instalação do Porto significaria uma melhoria na infraestrutura logística regional, o que facilitaria a instalação de indústrias ligadas ao setor petrolífero, em especial uma refinaria<sup>24</sup>. Para os empreendimentos do Porto e da Refinaria foi proposta a criação de um fundo entre os municípios membros, mas que nunca foi colocado em prática.

É necessário destacar que, apesar dos temas centrais estarem relacionados ao desenvolvimento da região ou à instalação de novos empreendimentos, já apareciam em

---

<sup>22</sup> Como o ocorrido naquele ano com a P-36.

<sup>23</sup> Embora as discussões sobre o porto já viessem acontecendo, somente no dia 27 de dezembro de 2006, a então governadora Rosinha Garotinho e o empresário Eike Batista colocaram a Pedra Fundamental do projeto do Terminal Portuário Privativo de Uso Misto do Porto do Açú. Segundo o que consta no site da LLX, uma das empresas do Grupo EBX do empresário Eike Batista, o Complexo Industrial do Superporto do Açú se estende sobre mais de 90 quilômetros de litoral e cerca de 130 km<sup>2</sup> e está instalado no município de São João da Barra, no Norte Fluminense com o início de operações previstas para 2011/2012. O complexo receberá usinas siderúrgicas, pólo metal-mecânico, unidade de armazenamento e tratamento de petróleo, estaleiro, indústrias offshore, plantas de pelotização, cimenteiras e usina termoeletrica e indústrias de tecnologia da informação, dois complexos siderúrgicos, duas cimenteiras, um complexo de geração de energia, uma montadora, indústrias de autopeças, um polo metalmeccânico, um terminal para armazenamento e tratamento de petróleo, um polo de indústrias e serviços de apoio ao offshore e indústrias de tecnologia da informação, com um investimento conjunto de mais de US\$ 40 bilhões nos seus empreendimentos e geração de cerca de 50 mil empregos na região. Disponível em: <<http://www.llx.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=162&lng=br>>. Acesso em 11 de Agosto de 2011.

<sup>24</sup> A campanha “A Refinaria é Nossa” foi lançada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro em janeiro de 2003 e tinha por objetivo a construção de uma refinaria na região norte do estado. A Unidade Petroquímica Básica da Petrobras se instalou no território fluminense, mas não na região norte. O empreendimento acabou sendo instalado em Itaboraí/ São Gonçalo, na Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro.

algumas reuniões a preocupação com uma possível redistribuição das rendas petrolíferas. Na reunião de 17/11/2003 foi relatado por um dos membros que:

“(…) há um projeto de lei do Deputado Mauro Passos, do PT de Santa Catarina, propondo uma profunda modificação na distribuição dos royalties, onde o projeto de lei transformaria os recursos num fundo para atender aos Estados e municípios, sem privilegiar os municípios produtores” (OMPETRO, 2010: 34).

Além disso, a possibilidade de uma Emenda Constitucional que previa a tributação do petróleo, que deixaria de ser no consumo e passaria a ser na origem, preocupava os municípios da Ompetro, uma vez que poderia implicar em alterações sobre participações governamentais na área do petróleo e do gás. Apesar da preocupação, os municípios não tomavam atitudes concretas a esse respeito, que é justamente o que vai diferenciar esse primeiro período do segundo.

No segundo período nota-se uma mudança de postura da organização. Já no ano de 2005, quando as propostas de Emendas Constitucionais a respeito da redistribuição dos royalties do petróleo começaram a ganhar maiores proporções, os municípios membros da Ompetro se articulam e vão a Brasília se reunir com os deputados federais para tentar retirar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da pauta de votação. Aliado a isso um dos membros sugeriu que a Ompetro convocasse todos os municípios produtores de petróleo do país para reunirem-se e formar uma federação que pudesse representá-los nacionalmente. Vale ressaltar que é justamente nesse período que o município de Niterói<sup>25</sup> é convidado a integrar a organização, o que também demonstra uma mudança de postura<sup>26</sup>.

A partir do segundo período os temas relacionados ao desenvolvimento regional perdem força e o foco da organização passa a ser a luta pela manutenção das rendas petrolíferas. Um de seus membros na reunião de 03/04/2007 ressalta a importância da organização na defesa dos municípios produtores da Bacia de Campos e aponta que “não se pode

---

<sup>25</sup> Em função da possibilidade de redistribuição dos royalties do petróleo torna-se interessante para a organização ampliar o número de membros para ganhar mais força política. Nesse sentido, o município de Niterói que foi integrado pela ANP (Agência Nacional de Petróleo) a Zona de Produção Principal da Bacia de Campos em 2003 e que inicialmente contava com a resistência dos membros da organização é convidado a integrá-la no ano de 2005, o que só se concretiza em 2006.

<sup>26</sup> Diante das perspectivas de redistribuição dos royalties do petróleo, a organização passa a convidar prefeitos da Zona de Produção Principal (ZPP) e da Zona de Produção Secundária (ZPS) dos estados do Espírito Santo, São Paulo e parte do Rio de Janeiro para fazerem parte da Ompetro. O objetivo desses convites seria fortalecer a organização no cenário das discussões.

ceder às pressões dos municípios brasileiros que pedem a redivisão dos repasses dos royalties” (OMPETRO, 2010: 49).<sup>27</sup>

Essa tendência se acentua quando em março de 2010 é aprovado o Projeto de Lei Federal nº 5.938/092 que incorpora a Emenda nº 387/09 – Emenda Ibsen Pinheiro, propondo a criação de um Fundo Especial para distribuir de forma igualitária entre todos os estados e municípios brasileiros os valores das participações governamentais, atuais e futuras, da exploração e produção de petróleo, seguindo os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A organização passa a tentar um canal direto com Brasília na Câmara de Deputados, no Senado, nos ministérios e na Presidência da República.

Inicialmente, os municípios da Ompetro colocaram-se contrários a qualquer possibilidade de mudança do marco regulatório do petróleo no Brasil, mas em função da enorme pressão já existente passam a priorizar a manutenção daquilo que já havia sido lícito aceitando as discussões sobre a distribuição dos royalties do pré-sal.

O receio da perda das rendas petrolíferas leva os membros da Ompetro a se articularem com deputados estaduais e federais de suas bases para que apoiem os municípios e que entrem com Mandado de Segurança junto ao Supremo Tribunal Federal, alegando inconstitucionalidade na mudança das regras atuais de rateio dos royalties, ou seja, a proposta da organização passa a ser a judicialização da questão.

O discurso da organização é o de que “O Estado do Rio de Janeiro não pode perder o mesmo tratamento que já possui” (OMPETRO, 2010: 64) e apesar de reconhecerem a grande oposição que enfrentariam, argumentam que “(...) essa não deve ser uma luta de maioria versus minoria, e sim que se deve ter bom senso, pois royalties do petróleo não é privilégio, é compensação” (OMPETRO, 2010: 64). Um dos membros ao discursar sobre a situação relata que “(...) estamos sendo agredidos, embora não tenhamos culpa do petróleo ser nosso, que o caminho da diplomacia já foi trilhado, que está é uma questão social e que estamos lutando pelos nossos direitos” (OMPETRO, 2010: 62).

---

<sup>27</sup> De acordo com Serra (2006) em 2003, a ANP através de um ato administrativo definiu as cidades do Rio de Janeiro e Niterói, além de outras 14 cidades das regiões Grande Rio e Baixada Fluminense ao grupo de recebedores de royalties provenientes da produção de petróleo na Bacia e Campos. Para os municípios petro-rentistas fluminenses esta decisão significou expressiva diminuição de suas receitas, representando perda de aproximadamente 45% para o conjunto dos municípios. A Ompetro entrou com recursos junto ao TRF e os municípios limítrofes afetados pela decisão da ANP ingressaram com mandato conjunto através da contratação do escritório de advocacia Siqueira Castro, também junto ao TRF. Esta atuação resultou, primeiramente, na suspensão do ato da ANP. Num segundo momento, esta decisão foi suspensa, autorizando, desta forma, a mudança feita pela ANP já que a agência tem legitimidade para estes fins.

Para ampliar as suas articulações a organização passa a convidar membros do alto escalão do governo federal para as reuniões a fim de obter garantias políticas de que o estado do Rio de Janeiro e os municípios produtores não sejam afetados. Além disso, nas reuniões são expostos os possíveis impactos que a redistribuição dos royalties trará para os estados e municípios produtores.

Os membros da Ompetro se articulam e na escala regional buscam criar uma representatividade, mesmo que forjada, de que defendem os interesses dos municípios interioranos do Estado do Rio de Janeiro, alegando que uma redistribuição das rendas petrolíferas levaria à falência vários municípios, em especial os de menor porte. Nessa escala a ação dos municípios membros se dá através de manifestações públicas, movimentos com participação popular, como o “Justiça para quem produz” e de publicações em jornais de circulação local e regional sobre as reivindicações da organização. Na escala estadual a organização passa a pressionar os deputados estaduais e o Governador para que atendam as suas aspirações e busquem apoio de políticos de outros estados, evitando uma possível redistribuição das rendas petrolíferas. Na escala nacional, a forma de ação é através de um diálogo direto com a Agência Nacional de Petróleo, com deputados federais e senadores, ministros e até com a Presidência da República<sup>28</sup>, pressionando e tentando evitar mudanças no marco regulatório que possam impactar negativamente no recebimento das rendas petrolíferas por parte nos estados e municípios produtores.

## **2. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A formação da OMPETRO remonta às transformações sócio espaciais ocorridas nas regiões Norte Fluminense e Baixadas Litorâneas a partir da instalação da atividade petrolífera na década de 1970, e às Legislações posteriores acerca da distribuição das rendas petrolíferas.

Apesar dos objetivos da Ompetro, segundo seu Estatuto Social, irem além da simples defesa da manutenção do recebimento das rendas petrolíferas, a análise das Atas das

---

<sup>28</sup> O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou em 22/12/2010 o Projeto de Lei 8051 que define novas regras para a exploração de petróleo na camada do pré-sal. Ele vetou o artigo que determinava a divisão dos royalties do petróleo entre todos os estados e municípios brasileiros. O artigo vetado pelo presidente tinha sido aprovado pelo Congresso Nacional. Com a alteração, Lula encaminhou ao Congresso um projeto de lei que garante uma parcela maior de recursos aos estados produtores de petróleo. O modelo aprovado pelos parlamentares e vetado pelo presidente previa a partilha dos royalties conforme os percentuais do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios. Caberia à União compensar os estados produtores pelas perdas com a divisão, como previa a PLC (Projeto de Lei da Câmara) 07/10 através da Emenda Modificativa nº 24 – Emenda Simon. O PLC 07/10 retornou à Câmara e até hoje não há decisão.

reuniões indica que se trata de uma instituição lobista que busca manter as atuais regras de rateio.

A Ompetro funciona como uma arena de discussão horizontal entre os municípios produtores da Bacia de Campos. Porém, como não tem poder de execução, permanece apenas no plano das propostas, pois na prática cada município toma as medidas que considera necessárias. Para manter ou aumentar a arrecadação dos royalties os municípios se articulam e unem-se buscando adotar ações e decisões em conjunto. Entretanto, quando se trata de questões/problemas relacionados à região há apenas indicação de alternativas e pouco ou nada é feito de forma mais efetiva.

Os municípios da Ompetro forjam uma identidade regional buscando garantir o recebimento daquilo que consideram ter “direito”. Apesar de terem estruturas econômica, social, cultural e demográfica diversificadas, encontram na dependência das rendas petrolíferas o seu ponto de unidade e na luta pela manutenção, a sua forma de ação política. Utilizam-se da terminologia da ANP, que define como “produtores” todos os municípios confrontantes com poços em operação mesmo que não abriguem em seu território nenhuma instalação da indústria petrolífera, para defender a manutenção dos recebimentos dos bônus das rendas petrolíferas.

As descobertas na camada de pré-sal reacenderam o debate com propostas de mudanças nas atuais regras de rateio dos royalties e utilização dessas receitas, o que fez a Ompetro mudar a sua postura e se articular para tentar impedir através do *lobby* quaisquer alterações no marco regulatório quanto à redistribuição das rendas petrolíferas que possam impactar negativamente as receitas dos municípios produtores.

Considerando a forte dependência das rendas petrolíferas apresentada pelos municípios da Ompetro, seria importante que as questões/problemas regionais fossem colocados em pauta na organização, visando a construção de alternativas além da economia do petróleo. Os próprios recursos oriundos das rendas petrolíferas poderiam, por exemplo, constituir fundos de desenvolvimento com esse objetivo, seja para fortalecer os arranjos produtivos locais ou promover a atração de outros investimentos de forma a reduzir gradativamente o enorme grau de dependência dessas receitas que são, por definição, incertas. Esses fundos poderiam ser implantados e geridos pelos municípios isoladamente, como já existem em alguns casos, o que não é o ideal por incentivar a competição e a guerra dos lugares, como já apontado por Barral Neto et al. (2008). Contudo, a Ompetro sendo uma organização que representa os principais municípios beneficiários das rendas petrolíferas e que promove o encontro de seus prefeitos em



torno de interesses comuns poderia assumir a função de fórum regional de desenvolvimento, discutindo estratégias e buscando alternativas.

Com relação ao uso dos recursos provenientes das rendas petrolíferas, concordamos com Nazareth (2011), pois essas receitas são originárias de recursos escassos, tendo em vista que podem reduzir-se abruptamente ou mesmo esgotar-se a qualquer momento, portanto, é necessário que sejam canalizadas para investimentos que resultem em maior desenvolvimento no futuro, de modo a assegurar a necessária e desejável justiça intergeracional.

Essa organização, entretanto, vem atuando única e exclusivamente na defesa por meio de lobbies no Congresso Nacional, da manutenção das rendas petrolíferas. O que importa para a Ompetro não é pensar conjuntamente a aplicação desses recursos, mas, sim, garantir o direito de acesso e de uso.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BARRAL NETO et al. O petróleo como grande financiador da “Guerra de Lugares”: o caso dos municípios da Bacia de Campos – RJ. *In: Cadernos IPPUR/UFRJ*, v. 22, n. 2 ago./dez. 2008.

LEAL, José Agostinho; SERRA, Rodrigo. Uma Investigação sobre os Critérios de Repartição dos Royalties Petrolíferos. *In: PIQUET, Rosélia (Org.). Petróleo, Royalties e Região*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 163-184, 2003.

NAZARETH, Paula. Municípios do estado do Rio de Janeiro: prosperidade em perspectiva ou riscos à frente? *In: Urani, A. e Giambiagi, F. Rio; a hora da virada*. Rio de Janeiro. Elsevier, 2011.

NETO, Artur de F.P. ; AJARA, César. Transformações recentes na dinâmica sócio-espacial do Norte Fluminense. *In: XV Encontro Nacional de Estudos populacionais*. Anais. Caxambu, MG – ABEP – de 18 a 22 de setembro de 2006.

OMPETRO. Estatuto Social da OMPETRO. De 11 de Dezembro de 2000.

\_\_\_\_\_. Atas das reuniões dos municípios produtores de petróleo e gás natural e limítrofes da Bacia de Campos – 2000-2010, 2010.

PIQUET, Rosélia. Da cana ao petróleo: uma região em mudança. *In: PIQUET, Rosélia (Org.). Petróleo, royalties e região*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 219-237, 2003.

SERRA, Rodrigo & PATRÃO, Carla. Improriedades dos Critérios de Distribuição dos Royalties no Brasil. *In: PIQUET, Rosélia (Org.). Petróleo, Royalties e Região*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 185-216, 2003.

\_\_\_\_\_. Sobre o Advento dos Municípios “novos ricos” nas regiões petrolíferas nacionais. *In: PESSANHA, Roberto Moraes; NETO, Romeu e Silva. Economia e Desenvolvimento no Norte-Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo*. Campos dos Goytacazes: WTC Editora, p.173-192, 2004.

SERRA, Rodrigo; TERRA, Denise & PONTES, Carla. Royalties: ameaças às atuais regras de distribuição. *In: XI Congresso Brasileiro de Energia*. Rio de Janeiro, 2006.

# Dependência Orçamentária em Municípios

## Selecionados do Norte Fluminense

Ronaldo Costa

### INTRODUÇÃO

A quebra do monopólio estatal e a introdução do regime de concessão para a exploração de petróleo e gás em território nacional ao final da década de 1990 criaram um novo paradigma legal no tocante às compensações financeiras devidas às diversas esferas governamentais. De fato, as receitas advindas do pagamento de *royalties* e participações especiais só passaram a crescer depois de 1997 pela regulamentação da Emenda Constitucional 9/1995, que pôs fim ao monopólio da Petrobrás S.A., assim como pela edição da Lei Federal 9478/1997, ora apelidada Lei do Petróleo, que ampliou, no caso dos *royalties*, as alíquotas de 5% para 10% e criou a participação especial de até 40% sobre a receita líquida dos campos petrolíferos mais rentáveis, dividida entre União, Estados e Municípios. (AFONSO & GOBETTI, 2008).

Nos últimos dez anos, a região Norte Fluminense composta em sua quase totalidade por municípios localizados na denominada zona de produção principal<sup>29</sup> tem recebido volumes quase sempre crescentes e significativos de recursos financeiros provenientes de compensações petrolíferas. Os orçamentos de ditos municípios produtores alçaram patamares invejáveis, contudo altamente dependentes destas receitas conforme se demonstrará adiante.

Para a análise dos fatores e indicadores que revelam a dependência orçamentária às rendas petrolíferas, foram selecionados os municípios de Campos dos Goytacazes, Macaé, Rio das Ostras e São João da Barra, que atualmente estão entre os maiores recebedores de *royalties* e participações especiais (PE) do país. Rio das Ostras, apesar de não integrar a região Norte Fluminense, mas por pertencer à Zona de Produção Principal, possui características orçamentárias similares aos demais municípios avaliados, especialmente quanto à dependência às compensações financeiras.

Estudos socioeconômicos elaborados anualmente pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro<sup>30</sup> nos trazem dados relevantes da execução orçamentária comparada dos

---

<sup>29</sup> Segundo dados da ANP os municípios atualmente que pertencem à Zona de Produção Principal no Estado do Rio de Janeiro são os seguintes: Angra dos Reis, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Duque de Caxias, Macaé, Maricá, Niterói, Parati, Quissamã, Rio das Ostras, Rio de Janeiro e São João da Barra.

<sup>30</sup> O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro apresenta anualmente relatórios socioeconômicos consolidados por município e estudos comparativos.

municípios, permitindo a análise de variáveis como o indicador de comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa, grau de investimento, dependência de recursos de *royalties* e participações especiais, autonomia financeira e esforço tributário próprio. Os mencionados indicadores possibilitarão nas seções seguintes, a análise da relação entre a entrada de receitas petrolíferas, as despesas de custeio e os investimentos, no período 2000-2009 nos municípios selecionados.

De certo que as despesas com gastos para a manutenção da máquina pública nestes municípios cresceram proporcionalmente aos elevados repasses de *royalties* e PE, ao inverso dos investimentos públicos que, com pontuais exceções, mantiveram-se em patamares bem inferiores e constantes, quando não decrescentes. Trata-se de uma tendência observada nos quatro municípios estudados, guardadas as devidas peculiaridades, mas que provavelmente reflita o conjunto da região produtora de óleo e gás no Norte Fluminense.

Nas seções seguintes serão apresentados os indicadores orçamentários e evidências necessárias à análise da ocorrência da dependência pelos municípios às receitas de *royalties* e PE. A seguir será apresentada uma avaliação comparativa entre estes indicadores, ano a ano e por município escolhido, de modo a se observar a evolução das receitas petrolíferas, despesas de custeio, investimentos, autonomia financeira e esforço próprio tributário. Por último, ainda que de modo breve, serão resumidos alguns aspectos abordados e discutidas possíveis ações para se enfrentar o quadro orçamentário verificado.

## **VARIÁVEIS E INDICADORES DOS ORÇAMENTOS MUNICIPAIS (TCE-RJ)**

### **Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa (despesas de custeio/receitas correntes).**

Este indicador mede o nível de comprometimento dos municípios com a máquina administrativa utilizando-se recursos oriundos de receitas correntes. As despesas de custeio destinam-se à manutenção dos serviços prestados à população, pagamento de pessoal, conservação e limpeza de prédios públicos, adaptação de bens móveis e todas as aquisições necessárias à operacionalização dos órgãos públicos. Através deste indicador será possível avaliar o percentual do total das receitas correntes, ou melhor, do todo arrecadado pelos municípios, efetivamente utilizado para a manutenção da máquina pública. Trata-se de despesas pouco perceptíveis aos olhos do cidadão comum, uma vez que não se materializam em construções e obras públicas e suas inaugurações,

entretanto, consomem a cada ano uma fatia maior dos orçamentos municipais, conforme se verá adiante.

**- Indicador do grau de investimento (investimentos/receita total).**

Reflete a contribuição da receita total na execução dos investimentos, ou seja, quanto da receita foi despendido para fins de investimento em obras públicas, infra-estrutura de saneamento, transportes, saúde, educação, etc. Os investimentos em geral associam-se aos benefícios diretos e indiretos à população, na medida em que a aplicação de recursos públicos transforma-se em ampliação ou criação de novos serviços, a exemplo da construção de hospitais, escolas, postos de saúde, pavimentação de rodovias, redes de água, redes coletoras de esgotos, recuperação de áreas ambientais degradadas, etc. Exige-se, inegavelmente, ao longo do tempo, a realização de despesas com pessoal, material de consumo, entre outras, para a preservação e operacionalização dos investimentos realizados e, por essa razão, o aumento das despesas de custeio são importantes e inevitáveis. (NAZARETH, 2011).

Em geral, as contingências de investimentos nos orçamentos municipais mantêm estreita correlação com o não comprometimento da liquidez com a utilização de recursos de terceiros ou com a própria manutenção da máquina administrativa. Portanto, o segredo para se alcançar o equilíbrio orçamentário adequado aos municípios petrolíferos fluminenses, que trabalham com orçamentos descolados das realidades estadual e nacional (SERRA, TERRA & PONTES, 2006), seria manter o grau de investimentos ao longo dos anos crescente e o comprometimento com o custeio decrescente ou estabilizado em patamares aceitáveis, o que efetivamente não vem ocorrendo.

**- Indicador da dependência aos recursos de royalties e participações especiais (royalties e PE/receita realizada).**

O objetivo desta variável é demonstrar o percentual de participação das rendas petrolíferas na receita efetivamente realizada destes municípios. Por meio deste indicador é que se indica a dimensão da importância destas rendas para as peças orçamentárias e explica a luta atual dos representantes dos municípios integrantes da Zona de Produção Principal e do próprio Estado do Rio de Janeiro em manter os atuais critérios de distribuição e repartição dos *royalties* e PE.

A se confirmar as novas regras de rateio com a eventual derrubada pelo Congresso Nacional do veto ao artigo 64 da Lei Federal nº 12.351, legislação esta que trata do

regime de partilha de produção e do Fundo Social no caso do pré-sal, mas que terminou por interferir também nas regras de distribuição de participações governamentais provenientes da produção de óleo e gás da camada de pós-sal, por conta das Emendas apelidadas Ibsen e Simon, as perdas junto aos orçamentos municipais seriam relevantes e, a título de exemplo, no caso da cidade de São João da Barra, alcançaria o percentual de 73% de estimativa de redução de receita. (OLIVEIRA, ARAÚJO & NAZARETH, 2010).

De certo, constitui-se um indicador importante para se medir a dependência dos orçamentos municipais frente a receitas incertas, que podem a qualquer momento sofrer redução abrupta por conta de fatores alheios à gestão local, como as paradas técnicas ou falhas de funcionamento de plataformas, queda no preço internacional do barril de petróleo ou do dólar (BARBOSA, 2011) e, ainda, mudanças na legislação. Daí, quanto maior a dependência, maiores serão os riscos potenciais para a saúde financeira dos municípios.

**- Indicador da autonomia financeira (receita tributária própria/despesas de custeio).**

Mede a contribuição da receita própria dos municípios, não incluídas as parcelas de royalties, PE e demais transferências, no atendimento às despesas com o custeio. Serve para mensurar a capacidade de se honrar o pagamento das despesas totais referentes à manutenção da máquina pública apenas com a arrecadação própria destes entes, representada pelos tributos e contribuições de competência exclusivamente constitucional como o IPTU, ISS, ITBI, CIP, dentre outros.

A interpretação deste indicador reforça a noção de dependência orçamentária, tendo em vista que a pequena participação das receitas próprias no conjunto das despesas de custeio revela que os municípios não são capazes de arcar com seus compromissos e pagamentos sem as transferências intergovernamentais e, especialmente, as compensações petrolíferas presentes em seus orçamentos.

**- Indicador do esforço tributário próprio (receita tributária própria + inscrição líquida na dívida ativa/receita arrecadada).**

Este indicador objetiva comparar o esforço tributário próprio que os municípios realizam no sentido de arrecadar os seus próprios tributos, conforme mencionado acima, em relação às demais receitas arrecadadas pelo ente. Como corolário desta variável, as evidências que serão demonstradas *a posteriori* sugerem que os municípios mais

beneficiados pelas rendas petrolíferas tendem a apresentar menor eficácia tributária (AFONSO & GOBETTI, 2008), caracterizando assim a convencionada preguiça fiscal. Os volumosos repasses de *royalties* e PE aliados ao incômodo da cobrança de tributos junto às populações locais são fatores que provocam a ineficiência tributária dos municípios e conduzem a um ciclo vicioso, aumentando ainda mais a dependência orçamentária, na medida em que maiores rendas petrolíferas refletem geralmente menor interesse fiscal das administrações.

### **Os orçamentos dos municípios selecionados**

Segundo os dados e indicadores apresentados nos estudos socioeconômicos do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, de 2000 a 2009, os quatro municípios apresentaram, de modo geral, percentuais crescentes de participação de *royalties* e PE no total de seus orçamentos e elevação em suas despesas de custeio no período.

Importante registrar que os indicadores são apresentados em percentuais e não em valores nominais, pois o que se pretende avaliar é o comprometimento do orçamento total com as variáveis descritas na tabela e não os valores efetivamente despendidos.

O município de Campos, conforme tabela 1 e gráfico 1, apresentou considerável aumento do percentual utilizado do orçamento para despesas de manutenção da máquina administrativa no período analisado, alcançando o incrível patamar de 91% do orçamento no ano de 2004. O grau de investimento que correspondia a 33% do orçamento em 2000 foi reduzido para 11% em 2009. A autonomia financeira que era de 15,4% em 2000 caiu para 6,4% em 2009 e o esforço tributário próprio de 12% migrou para a casa dos 6,2%, enquanto que a participação dos *royalties* e PE no orçamento subiu de 55,2% em 2000 para 62% em 2009, alcançando picos de 72% e 73% em 2005 e 2006 respectivamente. Os dados observados sugerem que os repasses de *royalties* e PE, na medida em que passaram a ocupar maiores espaços no bolo orçamentário, provocaram o comprometimento exagerado das receitas municipais com as despesas de custeio, ao passo que os investimentos sofreram redução percentual, assim como os indicadores de autonomia financeira e do esforço tributário próprio, caracterizando não só a dependência orçamentária como a já citada preguiça fiscal.

É óbvio que os elevados percentuais de gastos com custeio possuem imediata correlação com a necessidade de manutenção e operacionalização dos serviços públicos criados ou expandidos com a utilização das receitas petrolíferas, trata-se do que se convencionou chamar de Lei de *Say* Fiscal, ou seja, a receita tende a criar sua própria despesa, como em um ciclo vicioso de difícil transposição. (PRADO, 2011). Contudo, tem-se

observado o uso destas receitas de maneira inadequada, quer nas contratações excessivas de pessoal, terceirizado ou não e na distribuição de benesses sociais, assim como em despesas incompatíveis com as atribuições precípua da administração municipal, a saber: *megashows*, eventos, *buffets*, etc.

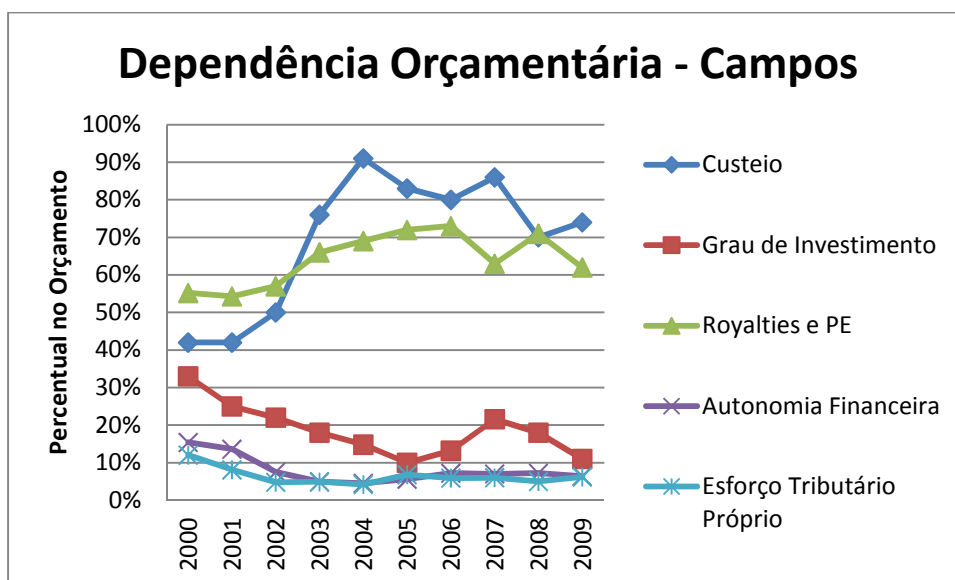
Os indicadores mais recentes do município de Campos refletem alta dependência de seu orçamento frente às compensações do petróleo. Para se ter uma idéia, no ano de 2009 a autonomia financeira desta cidade alcançou pífios 6,4%, ou seja, as receitas tributárias próprias municipais arrecadadas (excetuadas as transferências e participações governamentais) apenas logram honrar 6,4% do total gasto com custeio municipal e ainda, o esforço tributário reduzido nos remete à desmotivação fiscal, uma vez que a receita própria representa apenas 6,2% da receita total. Ora, ao compararmos o município de Campos com outro município do Estado do RJ de população similar e que não receba o montante expressivo de compensações petrolíferas, como o caso de Belford Roxo, por exemplo, verificar-se-á que neste município, segundo dados apresentados também pelo TCE-RJ em seus estudos socioeconômicos, no mesmo ano de 2009, seu grau de autonomia financeira foi de 11,1% e seu índice de esforço tributário próprio alcançou a casa dos 29,7%, ou seja, significativamente superior a Campos, prova de que municípios não dependentes às receitas do petróleo tendem a buscar alternativas para melhorar sua arrecadação e ampliar sua autonomia. Talvez, com as recentes ameaças legislativas aos critérios atuais de distribuição das rendas petrolíferas os municípios beneficiados sintam a necessidade de profissionalizar seus instrumentos de arrecadação e cuidar da cobrança de seus tributos originais.

**Tabela 1**

Campos dos Goytacazes						
Ano	Custeio	Grau de Investimento	Royalties e PE	Autonomia Financeira	Esforço Tributário Próprio	
2000	42%	33%	55,2%	15,4%	12%	
2001	42%	25%	54,3%	13,6%	8,1	
2002	50%	22%	57%	7,5%	4,8%	
2003	76%	18%	66%	4,9%	4,9%	
2004	91%	14,8	69%	4,5%	4,2%	
2005	83%	10%	72%	5,6%	6,8%	
2006	80%	13,2%	73%	7,2%	5,9%	
2007	86%	21,6%	63%	7,0%	6%	
2008	70%	18%	71%	7,2%	5%	
2009	74%	11%	62%	6,4%	6,2%	

Tabulação do autor com base em dados do TCE-RJ. Perfil dos Municípios do Estado.  
www.tce.rj.gov.br.

**Gráfico 1**



O município de Macaé apresentou aumento considerável em seu percentual orçamentário de custeio no período, só no ano de 2006 a parcela do orçamento gasto com despesas administrativas foi de 94%. Os investimentos mantiveram-se em patamares abaixo do esperado, com pico de 37,1% no ano de 2004. Da análise da Tabela 2 e Gráfico 2, percebe-se uma ligeira diferença quanto aos indicadores observados no caso de Campos dos Goytacazes. A participação das receitas de *royalties* e PE no conjunto orçamentário que já chegou ao percentual de 57% nos anos de 2005 e 2006 vem apresentando queda nos últimos anos e já em 2009 representava 33% da



receita total do município. Esta tendência decorre, possivelmente, do crescimento no mesmo período, do esforço tributário próprio, que se reflete na melhoria, do indicador de autonomia financeira.

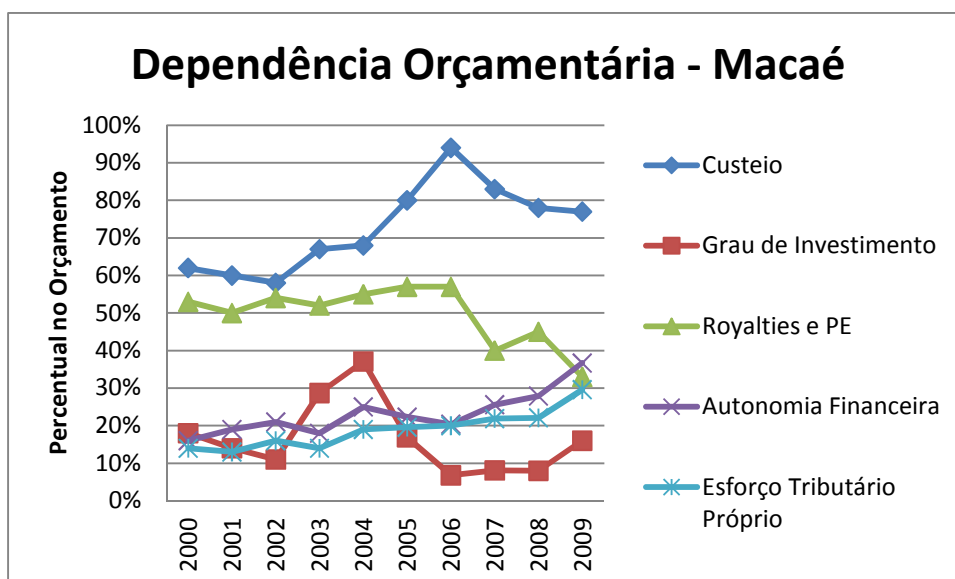
De fato, a cidade de Macaé por sediar a quase totalidade do parque industrial e de serviços voltados à exploração de petróleo e gás na região (PIQUET, 2003), obtém vantagem em relação aos demais municípios, uma vez que capitaliza os tributos incidentes sobre a atividade econômica em seu território como o ISS, IPTU e a cota parte do ICMS, daí os percentuais crescentes quanto à autonomia financeira e o esforço tributário próprio. Entretanto, ainda que se admita que os melhores indicadores venham a mitigar a dependência orçamentária, não se pode esquecer que estes mesmos indicadores são frutos, ou melhor, vinculam-se aos recursos financeiros oriundos da própria atividade direta e indiretamente petrolífera em seu território, já que, efetivamente, Macaé é a cidade que recebe de modo mais significativo os impactos desta atividade econômica. Ainda assim, não há que se falar em independência orçamentária do município de Macaé, até mesmo pelo fato de sua receita própria ser insuficiente para arcar com suas despesas de manutenção da máquina pública (36,7% de autonomia financeira em 2009), assim como pelos percentuais baixos de investimento. Apenas para efeito de ilustração, tomaremos a título de exemplo o município de Volta Redonda, possuidor de características populacionais semelhantes à Macaé e desprovido de rendas petrolíferas expressivas em seu orçamento. Constata-se, comparativamente, no ano de 2009, que Macaé, apesar dos recordes sucessivos de arrecadação de *royalties* e PE, obteve indicadores favoráveis modestos, valendo citar: grau de investimento 16% face 14,81%, esforço tributário próprio 29,6% face 22,6% e autonomia financeira 36,7% face 19,7% da cidade de Volta Redonda.

**Tabela 2**

Macaé						
Ano	Custeio	Grau de Investimento	Royalties e PE	Autonomia Financeira	Esforço Tributário	Próprio
2000	62%	18%	53%	16%		14%
2001	60%	14%	50%	19%		13%
2002	58%	11%	54%	21%		16%
2003	67%	28,7%	52%	18%		14%
2004	68%	37,1%	55%	25%		19%
2005	80%	16,9%	57%	22,3%		19,6%
2006	94%	6,8%	57%	20,4%		20%
2007	83%	8,1%	40%	25,6%		21,9%
2008	78%	8%	45%	27,9%		22,1%
2009	77%	16%	33%	36,7%		29,6%

Tabulação do autor com base em dados do TCE-RJ. Perfil dos Municípios do Estado.  
www.tce.rj.gov.br.

**Gráfico 2**



Rio das Ostras segue padrão similar ao município de Campos quanto à dependência orçamentária, com singela vantagem nos indicadores de autonomia financeira e esforço tributário próprio. A situação desta cidade é singular quando se analisa o aspecto acréscimo populacional. Segundo dados do último Censo do IBGE de 2010 a população de Rio das Ostras cresceu 190,39% em relação ao ano de 2000, ou seja, é o segundo município do Brasil em crescimento populacional. Essa informação é relevante por justificar em parte os elevados percentuais de comprometimento orçamentário com custeio, que subiu de 45% em 2000 para 85% em 2009, ao passo que o percentual de participação das rendas petrolíferas no orçamento tem se mantido em níveis elevados, com pequena queda no ano de 2009, conforme tabela 3 e gráfico 3.

Não se pode olvidar que o município vem conquistando melhores índices de autonomia financeira e de esforço tributário próprio, ainda que incipientes para as necessidades de sustento da máquina administrativa. A fixação de trabalhadores da indústria petrolífera possuidores de rendas por domicílio em geral acima da média em território municipal, incrementa a atividade econômica de construção civil e serviços, aliados ao potencial turístico local. (MONIÉ, 2003). A implantação da Zona Especial de Negócios às margens da divisa com o Município de Macaé, ampliam a capacidade de arrecadação de tributos como IPTU e ISS, consolidando os percentuais favoráveis de autonomia financeira e esforço tributário próprio. Entretanto, se compararmos estes mesmos indicadores com outro município do Estado do RJ que possua as mesmas características de população e não receba expressivas participações de *royalties* e PE, como no caso de Resende, observaremos que este mesmo município, no ano de 2009, conforme informações do TCE-RJ, apresentou índices superiores de esforço tributário próprio (23,1%) e autonomia financeira (21,7%) frente a 14% e 12,6% respectivamente referentes aos percentuais orçamentários de Rio das Ostras.

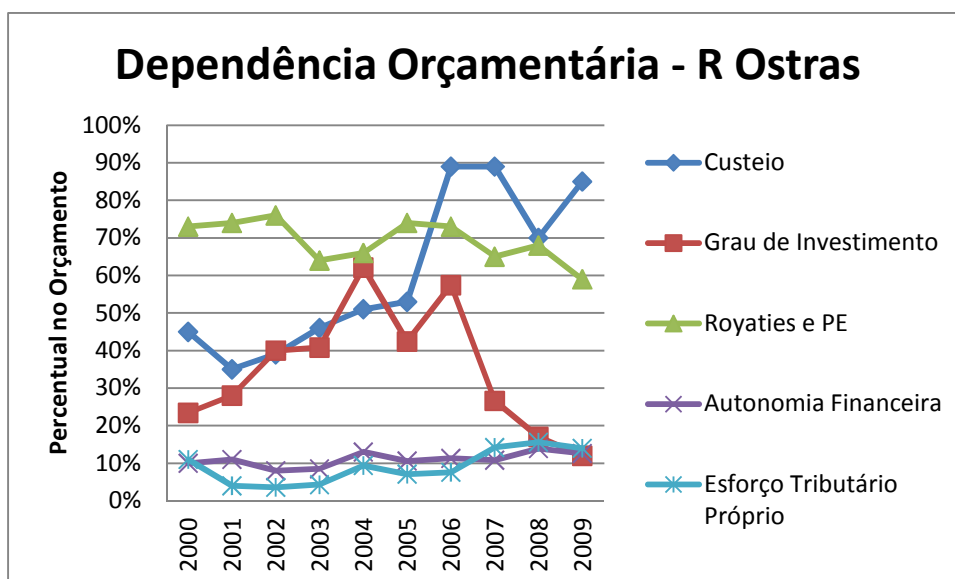
Rio das Ostras, contudo, não foge ao padrão da elevação de custeio associada aos crescentes percentuais de *royalties* e PE. No período de 2002 a 2006 o grau de investimento alcançou percentuais relevantes, chegando a 62,1% em 2004. Daí, a partir de 2006 observa-se um acréscimo de 53% para 89% no percentual de custeio, o que em parte pode ser atribuído, como já mencionado anteriormente, que a manutenção dos investimentos realizados consome mais recursos públicos e, em não havendo um controle rigoroso deste tipo de gasto, termina por inviabilizar a pretensão futura de novos investimentos, salvo a entrada de novas receitas ou mesmo o aumento da receita tributária própria.

**Tabela 3**

Rio das Ostras						
Ano	Custeio	Grau de Investimento	Royalties e PE	Autonomia Financeira	Esforço Tributário	Próprio
2000	45%	23,4%	73%	10%		11%
2001	35%	28%	74%	11%		4%
2002	39%	40%	76%	8%		3,6%
2003	46%	40,8%	64%	8,5%		4,3%
2004	51%	62,1%	66%	13%		9,4%
2005	53%	42,4%	74%	10,6%		7,1%
2006	89%	57,4%	73%	11,3%		7,6%
2007	89%	26,6%	65%	10,8%		14,2%
2008	70%	17%	68%	13,9%		15,6%
2009	85%	12%	59%	12,6%		14%

Tabulação do autor com base em dados do TCE-RJ. Perfil dos Municípios do Estado.  
www.tce.rj.gov.br.

**Gráfico 3**



O município de São João da Barra vive a euforia atual dos investimentos realizados e a geração dos empregos previstos no mega empreendimento chamado complexo portuário do Açú. Ainda, a partir do ano de 2008, com o retorno das atividades do poço de Roncador sob sua área de influência marítima, o município vem se beneficiando de repasses vultosos de *royalties* e PE, fato este que elevou a participação destas receitas no montante total do orçamento de 44% em 2000 para 74% em 2009, conforme tabela 4 e gráfico 4. O referido aumento das receitas petrolíferas possibilitou ao município a

elevação do grau de investimentos a partir de 2008, alcançando o expressivo patamar de 52% em 2009<sup>31</sup>.

As despesas com custeio no município são altas e já chegaram aos incríveis 109% do orçamento municipal no ano de 2007. Revela-se desta maneira que, assim como os demais municípios analisados, São João da Barra também é extremamente dependente das rendas petrolíferas. Exemplo do padrão orçamentário verificado junto aos demais municípios petro-rentistas,<sup>32</sup> (SERRA, TERRA & PONTES, 2006) este ente também sustenta irrelevantes indicadores de autonomia financeira e esforço tributário próprio no período sob análise, especialmente se compararmos com outro município do Estado do RJ de população semelhante, como no caso de Piraí cuja composição orçamentária não é dependente de compensações petrolíferas. Piraí no ano de 2009 apresentou índices de autonomia financeira e esforço tributário próprio superiores em dobro ao município de São João da Barra, a saber, 11,2% e 11,4%, face 6,2% e 5,7% respectivamente, reforçando a tese já discutida de que os municípios que não dependem das receitas de exploração de óleo e gás tendem a cuidar de sua arrecadação própria e de buscar mecanismos mais eficientes para a tributação interna. Ademais, os substanciais gastos com custeio da máquina pública pelo município de São João da Barra, conjugados à elevada participação das receitas de *royalties* e PE na composição orçamentária constituem a fórmula clássica de dependência dos municípios selecionados da Região Norte Fluminense.

---

<sup>31</sup> A elevação do grau de investimento nos últimos anos também está associada à instalação de novas empresas no município por conta do complexo do Açú, assim como pelas políticas públicas municipais implantadas pela prefeitura local para a legalização e regularização das atividades informais.

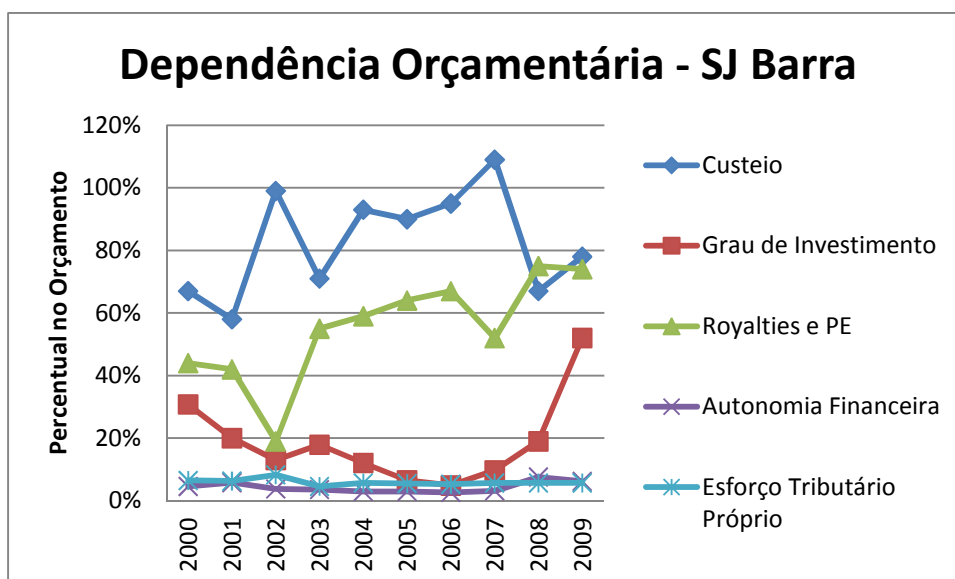
<sup>32</sup> Os autores preferem a denominação petro-rentistas a produtores, uma vez que o determinismo físico é utilizado para o cálculo da distribuição de ryt e PE. Produtores seriam aqueles municípios que emprestam seu território para as atividades de E&P, como Macaé, por exemplo.

**Tabela 4**

São João da Barra						
Ano	Custeio	Grau de Investimento	Royalties e PE	Autonomia Financeira	Esforço Tributário	Próprio
2000	67%	30,8%	44%		4,6%	6,5%
2001	58%	20%	42%		5,8%	6,3%
2002	99%	13%	19%		3,8%	8,3%
2003	71%	17,9%	55%		3,6%	4,6%
2004	93%	12.1%	59%		3%	5,7%
2005	90%	6,5%	64%		3%	5,5%
2006	95%	4,9%	67%		2,7%	5,3%
2007	109%	9,7%	52%		3,2%	5,7%
2008	67%	19%	75%		7,6%	5,7%
2009	78%	52%	74%		6,2%	5,7%

Tabulação do autor com base em dados do TCE-RJ. Perfil dos Municípios do Estado.  
www.tce.rj.gov.br.

**Gráfico 4**



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou indicar por meio de dados orçamentários dos municípios selecionados os impactos gerados em seus orçamentos em função dos elevados repasses de rendas petrolíferas, em especial quanto à dependência a esses recursos, servindo de alerta à sociedade civil em geral e aos gestores públicos locais. A abundância de *royalties* e PE não representou necessariamente o aumento no grau de investimento que se esperava, pelo contrário, proporcionou o gasto desenfreado com despesas de custeio, nelas inseridas as de pessoal, principalmente, e demais despesas administrativas, reforçando o *status* arriscado de dependência. De outro modo, os baixos indicadores

quanto ao grau de investimento no ano de 2009, observados junto aos municípios de Campos, Macaé e Rio das Ostras revelam os efeitos da crise mundial do ano anterior que concorreu para a queda acentuada do preço do barril do petróleo e da moeda americana, fatores preponderantes no cálculo do pagamento de *royalties* e participações especiais, donde se inibiram os investimentos em favor da manutenção das despesas de custeio.

Por outro lado, salvo pontuais exceções, os municípios não procuraram expandir seus mecanismos de arrecadação de tributos, mantendo-se em um estado de comodidade fiscal, resultando em baixos níveis de autonomia financeira e esforço tributário próprio. É certo que pouquíssimos municípios brasileiros mantêm suas atividades somente com os recursos provenientes de arrecadação tributária própria, na média, os tributos municipais representam apenas 18,9% do total da receita dos municípios (SANTOS, 2003), no entanto, o que se depreende dos estudos apontados é que, a despeito dos substanciais repasses de compensações petrolíferas aos quatro municípios ao longo dos últimos dez anos, não lograram distinguir-se dos demais municípios da federação, muito pelo contrário, reforçaram sua condição dependente.

De um modo geral, para se minimizar os efeitos da dependência orçamentária é necessário um controle mais efetivo da quantidade e também da qualidade das despesas com custeio. É preciso se investir mais, não só em capital físico (obras e infra-estrutura em geral), mas em capital humano também, de forma a se aprimorar a capacidade institucional dos municípios para o planejamento e a execução das políticas públicas (NAZARETH, 2011). Investimentos em qualificação profissional, tecnologia da informação, na qualidade da arrecadação e na diversificação dos meios produtivos locais, seriam medidas importantes para se reverter esse quadro.

### **Referências**

AFONSO, J.R.R.; GOBETTI, S.W. Rendas do Petróleo no Brasil: Alguns aspectos fiscais e Federativos. **Revista do BNDS**, Rio de Janeiro, v.15, n.30, p.231-269, dez. 2008.

ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível. Consolidação das Participações Governamentais e de Terceiros. Disponível em: [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br). Acesso em 30 de agosto de 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 2010. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 05 de setembro de 2011.

MONIÉ, F. Petróleo, industrialização e organização do espaço regional. In: PIQUET, R. (Org.). **Petróleo, Royalties e Região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, 257-285.

NAZARETH, P.A. Os desafios das finanças municipais na economia fluminense para o financiamento do desenvolvimento local. In: FAURÉ, Y.A.; HANSENCLEVER, L.;

NETO, R.S (Org.). **Novos Rumos para a Economia Fluminense Oportunidades e Desafios do Crescimento do Interior**. Rio de Janeiro: E-papers, 2008, p. 49-86.

NAZARETH, P. A. Municípios do estado do Rio de Janeiro: prosperidade em perspectiva ou riscos à frente? In: URANI, A. ; GIAMBIAGI, F. (Org.) **Rio a hora da virada**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 255-272.

OLIVEIRA, C.H.; ARAÚJO, N.Q.; NAZARETH, P. A. Considerações sobre os impactos das propostas de mudanças no marco regulatório do petróleo e gás natural nas finanças públicas do Rio de Janeiro. **Petróleo e Região no Brasil**, Rio de Janeiro, ano VIII, n.29, p.1-5, set. 2010.

PIQUET, R. Da cana ao petróleo: uma região em mudança. In: PIQUET, R. (Org.). **Petróleo, Royalties e Região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, 219-238.

PRADO, S. **Transferências Fiscais e financiamento municipal no Brasil**. Trabalho elaborado para o projeto de Descentralização Fiscal e Cooperação Financeira Intergovernamental. São Paulo: EBAP/K. Adenauer, jul, 2001.

SANTOS, A. M. S. P. S. Reforma do Estado, Descentralização e Autonomia Financeira dos Municípios. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, ano. 4, n.2, 2003.

SERRA, R. TERRA, D. T.; PONTES, C. Os municípios petro-rentistas fluminenses: gênese e ameaças. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n.18-19, p.59-83, dez. 2006.

SERRA, R. Concentração espacial das rendas petrolíferas e sobrefinanciamento das esferas de governo locais. In: Piquet, R.; SERRA, R. **Petróleo e Região no Brasil o desafio da abundância**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p.77-110.

SERRA, R. Distribuição das rendas petrolíferas no Brasil: uma sistematização crítica das alternativas em debate nas casas legislativas nacionais. In: IMPACTOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E URBANOS DAS ATIVIDADES PETROLÍFERAS: O CASO DE MACAÉ, RJ, 2010, Niterói. **Oficina eletrônica**. Niterói: UFF, 2010. Disponível em: <http://www.uff.br/macaeimpacto/OFICINAMACAE/index.html>. Acesso em 01 set. 2011.

TCE – Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Perfil dos Municípios do Estado. Disponível em: [www.tce.rj.gov.br](http://www.tce.rj.gov.br). Acesso em 15 de agosto de 2011.



# **O público e o privado na exploração petrolífera brasileira: o caso da OGX.**

Claudia de Oliveira

## **INTRODUÇÃO**

Os grandes projetos de investimentos (GPI's) figuram na agenda do crescimento nacional desde o período desenvolvimentista. Após o período recessivo de 1980, os setores estratégicos brasileiros são gradativamente desestatizados e a iniciativa privada passa a comandá-los, processo esse que se estende e intensifica na atualidade. Nesse contexto, reforçado pela crescente exploração petrolífera da bacia de Campos, está sendo implantado em São João da Barra, Região Norte Fluminense, o Complexo Portuário, Industrial e Logístico do Açúcar (CLIPA). Destacaremos o complexo industrial que está sendo instalado em São João da Barra para orientar as reflexões a cerca da atuação do ente privado em setores estratégicos da economia antes operados por empresas públicas.

O CLIPA é projeto do empresário Eike Batista, considerado pela revista Forbes em 2010, o 8º homem mais rico do mundo e o 1º mais rico no Brasil. A fortuna que acumulou em pouco mais de 20 anos cresceu vertiginosamente com a criação de empresas ligadas a recursos naturais e infraestrutura na última década, especialmente após aberturas de capital destas em bolsa de valores. Controladas pela holding EBX, as empresas LLX de logística portuária e a OGX de petróleo e gás são os carros chefe dos empreendimentos do empresário no Norte Fluminense. Terá destaque no texto a empresa OGX pelo fato de operar em setor estratégico nacional anteriormente monopolizado pelo Estado e por tratar-se de empresa privada nacional com composição acionária aberta a estrangeiros, caracterizando inserção na ordem global pelo capitalismo financeiro.

Ao analisar a implantação de grandes empresas de atuação globalizada no local e na região, a partir do estudo de caso da OGX, o texto está estruturado em três blocos. O primeiro analisa os GPI's e a relação dialética entre Estado e entes privados na mobilização dos territórios antes e depois do período de desestatização dos setores estratégicos. É também apresentada a contextualização sobre as múltiplas escalas de poder que envolve os grandes empreendimentos do Norte Fluminense. O segundo apresenta o grupo EBX, enfatizando as empresas que atuam em infraestrutura, recursos

naturais e energia, e o crescimento destas após os anos 2000. O terceiro apresenta uma síntese sobre o setor petrolífero desestatizado desde 1997, o impacto da crescente produção de hidrocarbonetos na Bacia de Campos na região, e a atuação da jovem OGX no setor.

## 1. OS SETORES PÚBLICO E PRIVADO NA MOBILIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS PELOS GRANDES PROJETOS DE INVESTIMENTOS

Vivemos um período em que se questiona se os grandes projetos de investimentos (GPI's), projetados no plano nacional, representam rupturas ou continuidade das contradições do planejamento sobre os territórios onde se instalam e impactam. Dentre as contradições que configuram características dos GPI's desde a década de 1970 no país, podemos citar a insularização dos projetos, a forte divisão do trabalho que causam nas regiões em que se localizam e as consequentes desigualdades socioespaciais produzidas. Continuaria sendo o território mero trampolim de consolidação do Brasil na economia internacionalizada, atendendo a interesses das agências capitalistas e reproduzindo uma estrutura de Divisão Internacional do Trabalho, de inserção subordinada que não se altera? Mediante tal cenário repete-se a pergunta: quem planeja o território?

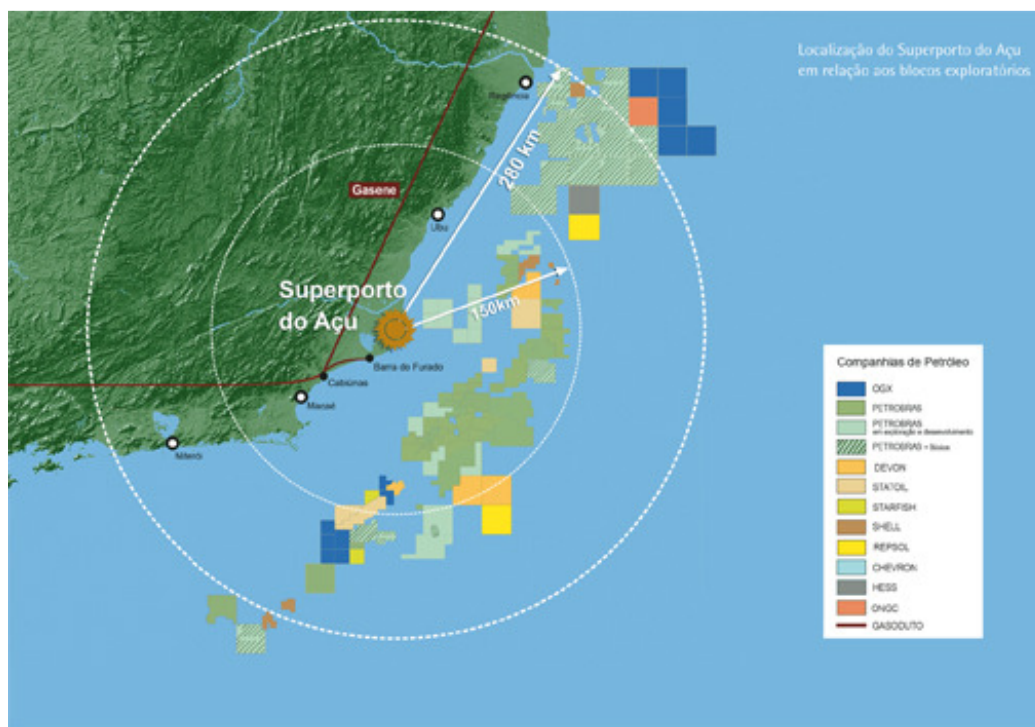
O município de São João da Barra, Norte Fluminense, vem se destacando pela implantação do maior empreendimento do grupo EBX, do empresário Eike Batista. Trata-se do Complexo Logístico, Industrial e Portuário do Açú, com negócios que incluem grandes parceiros empresariais nacionais e estrangeiros, e que tem como vetor atrativo a favorável proximidade com a Bacia de Campos, agregando, além da capacidade como *hub port*, a função de apoio *off shore* (ver mapa 1).

Vale destacar que o empreendimento conta com forte apoio do governo federal, através principalmente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Do governo estadual, com isenção fiscal e acompanhamento dos licenciamentos ambientais e das desapropriações fundiárias de modo que tais processos não comprometam a efetivação dos negócios. E, por último, dos governos municipais locais que alcunham o empreendimento como redentor do desenvolvimento na região.

O processo em curso é característico do planejamento nacional, que passou a ser orientado para a lógica urbano-industrial a partir dos anos 1930 quando a grande depressão viabilizou espaço para a ascensão de uma proposta de desenvolvimento nacional com elevados investimentos nas indústrias de base. A mudança do padrão espacial brasileiro para o urbano-industrial vem sendo intensificada até o período

contemporâneo e, ao agregar consecutivos momentos técnicos, políticos e econômicos, configurou no Brasil diferentes fases do ordenamento territorial em que, gradativamente, foram integrando produtivamente as regiões e o Brasil nas trocas internacionais.

Mapa 1: Localização do CLIPA em relação à Bacia de Campos



Fonte: <http://www.petronoticias.com.br>. Acessado em: 11/09/2011.

No governo JK, com o plano de Metas (1956-1961), tal processo foi intensificado e apresentou um caráter concentrado no espaço, formando um parque industrial territorialmente bem demarcado na região Sudeste. A urbanização torna-se mais intensa e segundo Monte-Mór, 2005. p. 433: “O governo Kubitscheck criou as bases para as grandes transformações urbanas e regionais nas décadas seguintes”.

É relevante salientar que os investimentos compreendidos no Plano de Metas dividiram-se na origem entre os capitais privados nacionais e estrangeiros, na produção de bens de consumo, e estatal na produção de insumos básicos e equipamentos, provocando profundas alterações na estrutura produtiva e territorial brasileira. Empresas transnacionais fixaram território econômico no Brasil e a infraestrutura necessária e exigida como condição para reprodução do capital foi financiada pelo Estado Nacional. É importante ressaltar o papel financiador do Estado junto às empresas nacionais

públicas através do BNDE desde 1952, assim como seu protagonismo junto aos grandes empreendimentos até hoje, agora como BNDES.

Dando um salto até a década de 1970, teremos o papel do Estado reforçado como planejador do território na perspectiva do crescimento econômico, ou do desenvolvimento como se sustentava à época. A ênfase urbano-industrial permanece integrando produtivamente o país, mas gera grandes disparidades regionais e sociais. A incorporação das regiões era delimitada conforme as necessidades dos empreendimentos e exógena às condições sócio-econômicas prévias dos territórios.

Monte-Mór, 2005, p. 435, destaca que nos anos 1970 as condições de produção estão estendidas pelo território brasileiro, seja pelas redes implantadas de infraestrutura, seja pela urbanização extensiva que consolida uma rede urbana de diferentes densidades no Brasil:

Ao final da década de 1970, as condições (urbanas) de produção (industrial) já estavam estendidas muito além dos limites das grandes cidades, incorporando territórios metropolitanos e áreas rurais ao longo das rodovias e conectando cidades e roças aos centros urbano-industriais.

A década de 1980 foi de desaceleração dos investimentos e crises inflacionárias. O fôlego de investimentos do governo fica esvaziado pelo peso da dívida externa. A abertura da economia, mais o receituário neoliberal do Estado mínimo na década de 1990, induzirão mudanças significativas no padrão produtivo nacional. Quanto ao setor público, com forte embasamento neoliberal, são promovidas inúmeras privatizações, e quanto ao setor privado, desaparecerão muitas empresas nacionais, tendência esta que se manteve até os anos 2000.

É nesse cenário que o governo federal procura superar os limites do crescimento econômico no que diz respeito à infraestrutura de modo a consolidar a colocação do Brasil no grupo das economias emergentes e quando então os grandes projetos voltam à tona. O debate atual sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 1 e 2, nos investimentos direcionados à infraestrutura e energia, recoloca elementos importantes e contraditórios do desenvolvimento brasileiro tais como a organização seletiva dos territórios para atender às necessidades do grande capital; a possibilidade ampliada da produção e, sobretudo, quanto ao escoamento de *comodities* para o mercado externo. Dentro do PAC 2, 50% dos investimentos estão concentrados no setor energético, sendo que destes, 25% dos investimentos estão localizados na região Sudeste, o que confirma

a natureza do Complexo Portuário, Industrial e Logístico do Açu (CLIPA) no Norte Fluminense como exemplo clássico de um grande projeto de investimento (GPI).

Esse novo cenário, somado a conexão através da rede de fluxos dos GPI's de alcance global, que impactam os locais mas são ao mesmo tempo indiferentes a eles, traz à tona a discussão das escalas e dos limites e possibilidades do ordenamento do território pelas esferas governamentais. Vainer, 2010, aponta os neolocalismos como um importante fator de fragmentação territorial. A esfera municipal, dotada de autonomia, revela-se frágil mediante as forças dos grandes investimentos. Com a cooptação do poder local, permeado pelas disputas partidárias internas ao município e principalmente, internas à região, a empresa fica soberana ao apresentar uma dinâmica superiormente articulada e de projeção no território: "O prefeito não existe. Não existe mais poder local. O poder local é o grande projeto: ele redefiniu a totalidade daquele espaço e criou, na verdade, uma nova instância de poder" (Vainer, 2010, p. 114).

Na região Norte Fluminense, em especial na escala municipal é possível identificar a vulnerabilidade das administrações frente aos GPI's, que são atraídos por fatores geográficos importantes como a localização na Bacia de Campos, mas definem as suas implantações por generosas facilidades oferecidas pelos poderes locais, caracterizando a clássica "guerra dos lugares".

O Norte Fluminense, região clássica do monocultivo da cana, e impactada desde os anos 1970 pela indústria do petróleo e gás, assim como pelo recebimento de *royalties*, não alcançou mudanças significativas na sua estrutura produtiva e social. O impulso econômico advindo do setor que, com exceção do parque produtivo implantado em Macaé, concretizou-se na forma rentista para os demais municípios, pouco revertendo em desenvolvimento humano e quanto à redução das disparidades na região. Como ilustração, temos a OMPETRO (Organização dos Municípios Produtores de Petróleo), única organização que representa a identidade dos municípios produtores de petróleo na escala regional, mas que atua em uma perspectiva restrita de defesa do recebimento da renda do petróleo.

Diante do exposto, vemos que a atuação do Estado brasileiro no planejamento do território nacional mobilizando produtivamente as regiões, seja com a implantação de empresas públicas, seja fornecendo infraestrutura a empresas privadas nacionais e estrangeiras, se prolonga desde a década de 1930 a 1980. O processo que se inicia nos anos 1990 com a desestatização dos setores estratégicos e de infraestrutura, assim como a entrada da iniciativa privada nesses setores irão definir novas relações entre as esferas

pública e privada. Por meio da análise do grupo nacional privado EBX pretende-se refletir sobre essas relações.

## **2. O GRUPO EBX: ESTRATÉGIAS ECONÔMICAS E POLÍTICAS DE PROJEÇÃO**

Criada em 1987, a holding EBX reúne em grupo 12 empresas em diversos setores tais como recursos naturais, infraestrutura, entretenimento, bens imobiliários, saúde e beleza. As atividades do grupo começaram no ramo do ouro na década de 1980, concentraram-se neste por toda a década de 1990, sendo que a partir dos anos 2000, os investimentos são reorientados para os demais setores.

Como já foi introduzido anteriormente, a partir dos anos 2000, com a estabilização da moeda brasileira, há o fortalecimento de empresas de capital nacional, que subsidiadas por políticas públicas de retomada do crescimento econômico, ganham projeção nacional e internacional. Setores estratégicos como os de exploração mineral e energia antes controlados exclusivamente pelo Estado Nacional passam, sob a influência neoliberal nos governos, à iniciativa privada.

Após a abertura da economia, o setor de transportes era um dos que apresentava gargalos frente à necessidade de circulação de fluxos cada vez mais intensos, e várias concessões foram realizadas a fim de reestruturá-lo. A expansão do grupo EBX acontece conjugada aos esforços do governo federal em superar os limites do crescimento econômico no que diz respeito à infraestrutura. O papel da infraestrutura na produção do território e no desenvolvimento do país é enfatizado por Lamoso, 2009, p.43:

A infraestrutura é o suporte para a produção, a circulação e o consumo das mercadorias geradas pelas atividades produtivas e um dos elementos organizadores e produtores do espaço, influenciando no desenvolvimento econômico e definindo características do processo de acumulação. Trata-se de parte da produção material do homem. Sua distribuição no espaço é definida politicamente, como resultado do embate entre diferentes projetos políticos e, conseqüentemente, de interesses de classe.

Nesse contexto, destacamos a criação das empresas MPX (setor elétrico) em 2001, MMX (mineração) em 2005, LLX (terminais portuários e logística) em 2007, OGX (exploração e produção de petróleo e gás natural), 2007 e OSX (estaleiros e serviços para indústria de petróleo), em 2009. Tal destaque se dá por três fatores: por

apresentarem sinergia entre os setores de produção, articularem distantes porções territoriais brasileiras e, sobretudo produzirem em setores outrora estatizados.

Vale destacar o salto em recursos de investimentos que tais empresas obtiveram a partir da abertura de seus capitais em bolsa de valores, mais precisamente, na IBOVESPA, a partir de 2009. Lazzarini, 2011, p. 96, comenta a chamada onda de abertura de capital no Brasil:

Como toda onda no mercado financeiro, o movimento de abertura de capital de empresas no Brasil sofreu impulso externo que se multiplicou a partir de dinâmicas que ocorreram no contexto doméstico. O cenário mundial pós 2004 era bastante favorável: diversas economias em crescimento, elevada liquidez, ou seja, capitais circulando no mundo inteiro e investidores ávidos por novos negócios.

O mesmo autor (2011, p. 97), destaca também, que a atribuição do governo na captação de recursos via fundos de pensão e principalmente através do BNDES, não foi diminuído frente ao protagonismo de investidores individuais ou estrangeiros. Criado em 1952 para direcionar recursos para fins de infraestrutura e investimentos privados, o papel da instituição é fundamental no entendimento das relações embricadas entre Estado e capital privado, sobretudo hodiernamente. Citando ainda Lazzarini, 2011, p.49:

As dimensões do banco são impressionantes até mesmo sob uma perspectiva internacional. Em 2009, os desembolsos do BNDES atingiram R\$ 137 bilhões – um valor cerca de 30% superior ao total financiado pelo Banco Mundial, em mais de 100 países, naquele mesmo ano (US\$ 59 bilhões).

O presidente do grupo EBX, o empresário Eike Batista, é filho do engenheiro Eliezer Batista, Ministro de Minas e Energia, no governo João Goulart, e presidente da Companhia Vale do Rio Doce por quase todo o período militar. Constatamos através da trajetória do pai sua forte atuação na mineração e na logística e que tais setores constituem hoje vetores de expansão do grupo de Eike Batista. É na continuidade da exploração mineral e na deficiência logística do Brasil, que sofreram desestatização e/ou sucateamento nos anos 1990, que Eike Batista concentra investimentos. Justamente no momento em que o país planeja a retomada do crescimento, inserido mais ainda na internacionalização da economia, as empresas de energia, infraestrutura e mineração da EBX tomam corpo com as possibilidades materiais do meio técnico-científico-informacional que ampliam a produção e conseqüentemente o mercado. Ressaltam Santos & Silveira, 2001, p. 52:

E o mercado, graças exatamente à ciência, à técnica, e à informação, torna-se um mercado global. O território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças a enormes possibilidades da produção e, sobre tudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias e informações, das ordens e dos homens.

Essas empresas têm também como característica no seu surgimento, associações acionárias e crescimento veloz de capital, tecendo uma rede complexa de laços entre capital privado, nacional e internacional e o Estado. Sobre o caráter técnico das redes, podemos citar Spósito, 2008, p.48:

Deve-se ter em mente que as redes não se formam por acaso. Elas são resultados do trabalho de numerosos atores que, em diferentes lugares e momentos, e com capacidades distintas de ação, exerceram e exercem seu papel como sujeitos da história.

Dentre as cinco empresas compreendidas nas áreas de recursos naturais, energia e infraestrutura, daremos destaque à OGX. A empresa do setor de exploração e produção de petróleo e gás natural está, devido à exploração *offshore* e, junto com a protagonista LLX, diretamente ligada à implantação do terminal portuário do Açú.

### **3. A OGX como braço do grupo EBX no setor petrolífero**

A abertura do setor petrolífero que esteve sob monopólio estatal desde 1953 até 1997, trouxe implicações técnicas, administrativas, assim como a mudança do papel do Estado quanto ao setor, que passa de produtor, ao de regulador e fiscalizador. A Lei 9478, de 06/08 de 1997 instituiu a Agência Nacional do Petróleo (ANP), especificando suas atribuições no Capítulo IV, Seção I, Art. 8º da mesma Lei: “A ANP terá como finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis”. A Lei de 1997, conhecida como Lei do Petróleo, quebra o monopólio da Petrobras ao definir as áreas de petróleo e gás como pertencentes à União, mas podendo ser concedidas à exploração de empresas privadas, nacionais ou estrangeiras. A expansão da exploração e produção de hidrocarbonetos vem à reboque da globalização que pressionou por maior demanda de fontes energéticas e conseqüentemente, aumento da pressão na disputa por essas fontes.



A exploração crescente na Bacia de Campos atraiu diversas empresas internacionais privadas a submeterem propostas nos processos licitatórios abertos pela ANP. Por ser considerado de difícil entrada, é característica do setor petrolífero o domínio de grandes empresas estatais como a Petrobras, no caso do Brasil, ou das petroleiras transnacionais que oligopolizam o setor na escala global como a Chevron, YPF, ExxonMobil, BP, Shell. Apesar disso, a partir da abertura do setor, além da entrada das já consolidadas empresas estrangeiras nas rodadas licitatórias promovidas pela ANP, empresas brasileiras vão gradativamente habilitando-se. Já na primeira rodada de licitações em junho de 1999 concorreram com grandes empresas do setor, empresas nacionais como a Queiroz Galvão e a Companhia Vale do Rio Doce. Dentre as 67 empresas qualificadas na nona rodada em novembro de 2007 (a última de blocos marítimos), 32 eram brasileiras, sendo a OGX uma delas.

A OGX tem características comuns aos negócios ousados e diversificados do empresário Eike Batista, tais como abertura de capital em bolsa e sócios estrangeiros. Realizou captação de US 1,3 bilhão com acionistas privados para participar da 9ª rodada de licitações da ANP, na qual comprou blocos nas bacias de Campos, Santos, Espírito Santo, Pará-Maranhão e Parnaíba, totalizando 30 blocos no Brasil. Atua também em 5 blocos terrestres na Colômbia. Segundo informações contidas no site da empresa, desde sua criação a OGX já investiu cerca de R\$ 5,9 bilhões em exploração e produção no Brasil e tem potencial estimado em 6,7 bilhões de barris de óleo equivalente, com descobertas que já chegam a 4,7 bilhões de barris. Sobre a composição acionária da OGX temos a seguinte distribuição: EBX 62%; Teacher's Pension Plan 10,7% (um fundo de pensão de professores no Canadá com investimentos de pequeno a grande porte) e minoritários, 27,3%. (Fonte: EBX). A OGX entra no setor petrolífero com estratégias agressivas na captação de recursos, parcerias com empresas de *know how* técnico nas atividades de E & P e busca capital humano nas principais empresas do ramo, inclusive de alto escalão da Petrobras.

A OGX compõe o cenário de alterações espaciais que se projetam para o Norte Fluminense a partir da ampliação da produção de petróleo e gás. Com a implantação do Complexo de Barra do Furado, entre Quissamã e Campos dos Goytacazes e mais ao norte a implantação do Complexo Portuário e industrial do Açú, em São João da Barra, um espaço contíguo de identidade industrial e de apoio à produção *offshore* se consolidará, modificando a paisagem local marcada pelas atividades tradicionais primárias da pesca e da agricultura. Santos, 2005, p. 170, sintetiza a dialética entre a ordem local e a global: “A ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única

racionalidade. E os lugares respondem ao mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade”.

A dinâmica territorial da atividade petrolífera, apesar da possibilidade de fortes encadeamentos, tende a formação de enclave no Norte Fluminense devido ao baixo nível de qualificação dos trabalhadores e de empresas locais. Tal processo ratifica-se no exemplo de Macaé, que além de ter sido ocupada por empresas e mão-de-obra de outras regiões do Brasil e estrangeira, teve sua paisagem urbana deteriorada devido à migração acelerada desde a implantação da Petrobras na década de 1970.

Sendo esses GPI's padronizados tecnicamente por uma racionalidade de empresas globais, é difícil prever como se darão as ações das empresas LLX de logística e OGX de petróleo e gás, a atuação da esfera pública nas suas múltiplas esferas e, principalmente, como se delineará a dinâmica regional do Norte Fluminense e socioespacial de São João da Barra nos próximos anos. De lugar comum, apenas a figuração da região na agenda nacional, fato que ocorre desde o auge da cultura canavieira até as bilionárias receitas advindas do pagamento de royalties e participações especiais da exploração de petróleo.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É preciso que não percamos a referência do período histórico em que vivemos no Brasil: de fluxos globais e de orientações neoliberais na atuação do Estado. A análise dos grandes projetos de investimentos em curso no Norte Fluminense deve estar contextualizada à dinâmica seletiva das escalas pelo capital e o consequente mosaico político econômico e social que ele produz nos lugares.

A desestatização de setores estratégicos no Brasil, processada a partir dos anos 1990, como parte do receituário neoliberal, permitiu que empresas privadas, quer sejam nacionais ou estrangeiras, assumissem ramos como energia, mineração, telecomunicações, transportes, entre outros. O ente público passou a fiscalizar o ente privado e mediar as condições técnicas e fiscais no atendimento aos interesses das empresas. Ao mesmo tempo, foram reduzidos os investimentos do governo nas áreas que ainda permaneceram sob a sua tutela, levando o país ao sucateamento no que tange à infraestrutura com um gargalo que ameaça o crescimento econômico.

Nesse contexto de transição quanto ao papel do Estado e da demanda por infraestrutura é que as empresas do grupo EBX encontram espaço de projeção. As diversas esferas de poder das diferentes escalas federal, estadual e municipal onde os GPI's estão se implantando no Norte Fluminense, tem demonstrado até agora fragilidade em mediar os

conflitos e garantir que se faça um planejamento que oriente as ações das empresas sobre as condições prévias do território. Ao invocar o “desenvolvimento”, os empreendimentos de logística e do complexo industrial da LLX e de petróleo e gás da OGX, constam na carta de projetos de crescimento econômico do governo federal e recebem apoio em recursos através do BNDES. Acrescenta-se a isso, o fato de serem recebidos como “redentores” pelos governos do estado e dos municípios.

Tratando-se de implantação de capital produtivo, inegavelmente o incremento econômico que será trazido é fator positivo e relevante para uma região de baixo dinamismo econômico e de grande desigualdade social. Mas ao serem apresentados números fabulosos sobre circulação financeira, parque produtivo, geração de mão de obra, tanto da capacidade do porto quanto da exploração de petróleo, principalmente após as confirmações de reservas do pré-sal, o debate a cerca do interesse público, do Estado garantidor de direitos fica ofuscado. Diante de modernos projetos, novas formas de atuação tendem a confirmar velhas funções do Estado como o de financiador e de mobilizador do território. Além de não ser alterada a função do Brasil enquanto fornecedor de *commodities* na Divisão Internacional do Trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- EBX - <http://www.descubraebx.com.br/uploads/prelease/perfil.pdf>. Acessado em 04/05 de 2011.
- LAMOSO, Lisandra Pereira. A infraestrutura como elemento organizador do território. SILVEIRA, Marcio Rogério, LAMOSO, Lisandra Pereira, MOURÃO, Fernando Cirino (Orgs.) *Questões Nacionais e Regionais do Território Brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009.
- LAZZARINI, Sérgio G. *Capitalismo de Laços: os donos do poder e suas conexões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.- 3ª reimpressão.
- MONTE-MÓR, Roberto L. A questão urbana e o planejamento urbano-regional no Brasil contemporâneo. In: *Economia e Território*. DINIZ & LEMOS (orgs.). Belo Horizonte: UFMG, 2005, p. 429-446.
- PIQUET, Rosélia. *Indústria e Território no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EDUSP, 2005.
- SANTOS & SILVEIRA, Milton & Maria Laura. *O Brasil; Território e Sociedade no Século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SPÓSITO, Eliseu Savério. *Redes e cidades*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- VAINER, Carlos Bernardo. As Escalas do Poder e o Poder das Escalas: O que Pode o Poder Local. In: *Planejamento e Território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ/DP&A Editora, 1986, pp.13-53.
- \_\_\_\_\_. Classes sociais e poder político no planejamento. In: *Estado e lutas sociais: intervenções e disputas no território*. AMBIENS sociedade cooperativa (org.). Curitiba: Kairós, 2010, p. 107 -120

# **Grandes projetos e populações locais: o processo de implantação do Distrito Industrial em São João da Barra.**

Jane de Souza Teixeira.  
José Luis Vianna da Cruz

## **INTRODUÇÃO**

O presente artigo tem como finalidade contextualizar os conflitos gerados pela implantação do Complexo do Açú, no município de São João da Barra, no que tange ao processo de desapropriação das glebas de vários pequenos produtores rurais do 5º Distrito do município para a implantação do Distrito Industrial do Governo do Estado do Rio de Janeiro, com intuito de complementar a infraestrutura do Complexo Portuário, Industrial e Logístico.

Para entender esses conflitos faz-se necessário conhecer como esse grande empreendimento veio a ser implantado nesse município, ou seja, quais os critérios que supostamente a empresa do grupo do empresário Eike Batista utilizou para efetuar essa escolha, por um lado; e, por outro, como estão sendo tomadas as decisões e encaminhadas as ações que dizem respeito à incorporação das diversas áreas que compõem o empreendimento, particularmente a do Distrito Industrial.

Foram utilizadas, como fontes, blogs, vídeo e periódicos contendo matérias de jornais locais com entrevistas, reportagens e opiniões dos envolvidos e moradores do 5º Distrito. Considerou-se como principais atores desse processo os poderes públicos municipais e estadual, a população do local onde será construído o Distrito Industrial e a EBX, como holding das principais empresas envolvidas,

O artigo reconstrói o processo, a partir das fontes citadas, buscando identificar, através dos discursos dos atores selecionados, os interesses em conflito e as estratégias desses atores para fazer valer seus interesses, particulares.

O presente trabalho objetiva mostrar os argumentos utilizados em defesa e contra a instalação do Distrito Industrial, contribuindo para o debate sobre o tema.

Espera-se que este artigo contribua, ainda, para a compreensão das relações entre Estado, empresa privada e sociedade, na implantação de Grandes Projetos de Investimentos.

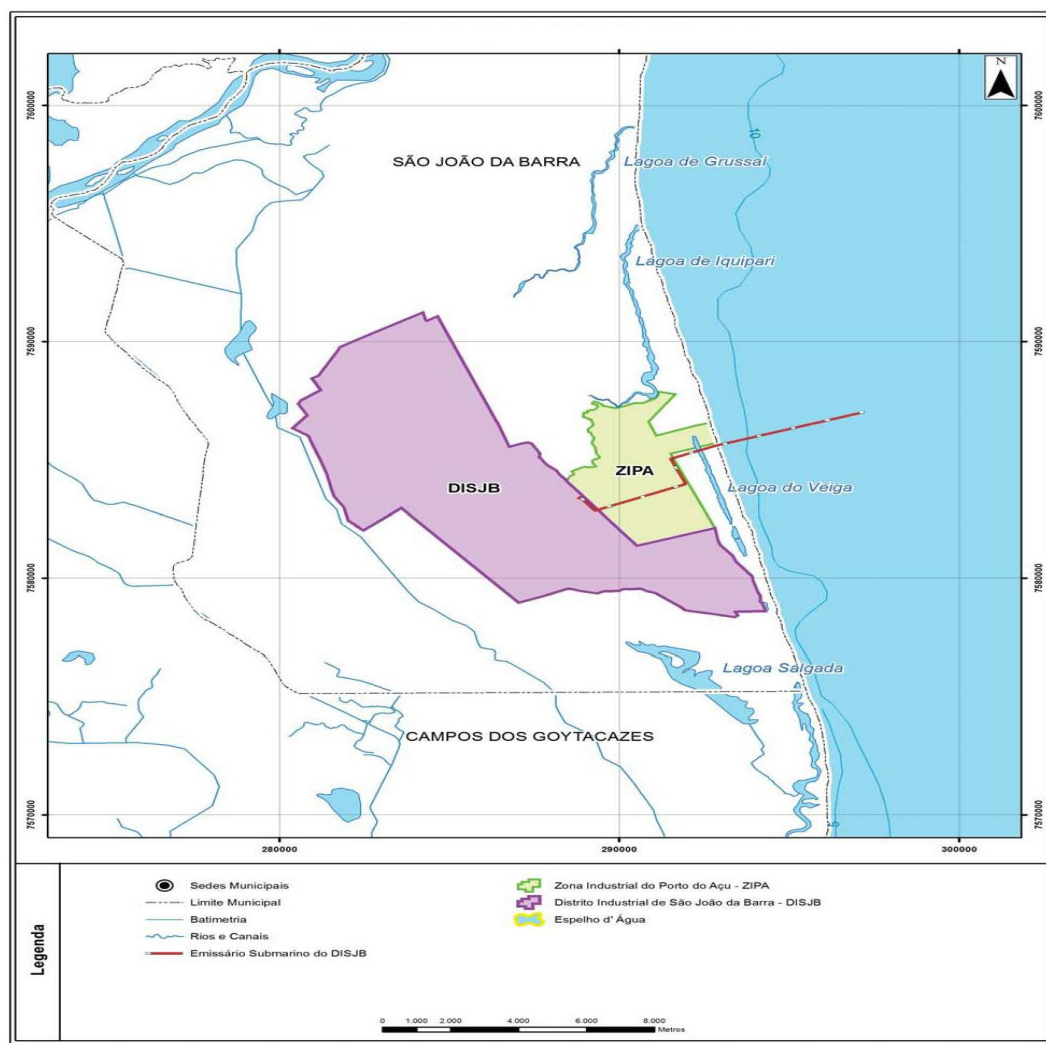
## **2- HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL EM SÃO JOÃO DA BARRA.**

O grupo empresarial capitaneado pela EBX, presidido pelo empresário Eike Batista, decidiu instalar no Açú, litoral de São João da Barra, um complexo portuário de exportação de minério de ferro, e adquiriu duas grandes propriedades: Saco Dantas e Caruara. A empresa justificou a instalação do empreendimento no Açú por ela ser a única grande área litorânea disponível e barata, em toda região Sudeste, com profundidade favorável.

O projeto do Distrito Industrial foi criado para receber empresas atraídas pela presença do Porto do Açú e pelo minerotudo de ferro que é proveniente de Minas Gerais e percorre mais de 500km até o porto, sob responsabilidade do Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN) cabendo a LLX Açú Operações Portuárias S/A (empresa do grupo EBX) implantar as infraestruturas de uso comum no Distrito Industrial. (RIMA 2011)

O Distrito Industrial é uma grande área de São João da Barra, próxima da costa com 7.036 hectares, vizinha a Zona Industrial do Porto do Açú (ZIPA), onde será implantado um loteamento para receber as indústrias atraídas pelo Porto do Açú, beneficiado pela disponibilidade do minério trazido de Minas Gerais e pelas usinas termelétricas que serão instaladas no Porto. Um estudo de planejamento para área do Distrito Industrial priorizou a atração de duas siderúrgicas, e outras indústrias como unidade naval, fábrica de automóveis, fábrica de cimento, fábricas de peças pré-moldadas, indústrias mecânicas, fábricas de máquinas de equipamentos, fábrica de auto peças e eletrodomésticos e outras fábricas e serviços associados às atividades industriais e atividades portuárias, além da construção de obras de infraestrutura de abastecimento de água, esgoto e drenagem para receber essas indústrias.

Figura 1: Mapa da localização do Distrito Industrial (DISJB) e da Zona Industrial do Porto do Açú (ZIPA).



A administração do Distrito Industrial funcionará como um condomínio, onde será criado um Conselho de administração que será composto por representantes do governo, pela LLX e outras empresas. As relações que serão estabelecidas entre as futuras indústrias e o Ente Gestor serão orientadas por um Marco Regulatório Ambiental que fará parte da convenção do condomínio. (RIMA 2011).

Com o início da implantação do mineroduto e do porto, e com a valorização do minério de ferro no mercado internacional, ocorreu a entrada da empresa inglesa Anglo American (49% da MMX, braço de mineração do grupo EBX) e do BNDES como sócios. Com isso, o projeto se estendeu, e ante as exigências do INEA (Instituto Estadual do Ambiente) de garantir uma grande área para instalação de uma unidade de conservação, na maior restinga do Brasil, a Fazenda Caruara teve que ser destinada para atender essa exigência, o que fez a EBX ameaçar desistir do negócio.

*“O grupo EBX havia projetado instalar numa fazenda os seus empreendimentos e na outra um distrito-industrial particular, se tornando sócio de todos os empreendimentos que ali se instalassem”.* (Moraes, 2011)

Com a perda da Fazenda Caruara o grupo EBX teria que adquirir, individualmente, as glebas dos produtores rurais, que com a chegada do empreendimento, valorizaram suas terras.

Piquet (2010) ressalta que é fácil imaginar que o empreendimento tenha desencadeado um forte movimento especulativo nas terras ao seu entorno, super valorizando-as.

Em decorrência dessa supervalorização das terras, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da CODIN (Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro), assumiu a construção do Distrito Industrial, em conjunto com a Prefeitura de São João da Barra, garantindo que a construção do Distrito Industrial ocorra, sendo responsável por desapropriar as terras, para poupar a imagem da EBX e economizar os recursos deles, impondo um preço, ao invés de ficar ao sabor da especulação imobiliária.

*“O governo estadual então lançou mão do seu poder e instituiu “interesse público desapropriando estas pequenas propriedades, segundo avaliações anteriores ao empreendimento a partir de avaliações de órgãos governamentais e da Justiça”.* (Moraes, 2011)

A área escolhida foi o 5º Distrito de São João da Barra, onde vivem cerca de 195 famílias numa ocupação tradicional com moradia e fonte de produção de alimento.

No vídeo “Narradores do Açú” (2011), a população atingida relata que aguardava a construção do porto como oportunidade para vender os produtos advindos da agricultura familiar em barraquinhas na beira da estrada. Com a notícia da desapropriação ficaram surpresos, pois muitos sempre viveram naquelas terras, alegam que o estado quer retirá-los sem pagar as indenizações devidas, e que o projeto apresentado para o reassentamento como a agrovila não contempla suas expectativas.

Narraram ainda no vídeo, o que vem ocorrendo com eles, contam que veículos com oficiais de justiça chegam em suas casas e lacram os seus terrenos com cadeados e comunicam que os mesmos precisam sair. No vídeo os moradores atingidos pela

desapropriação falam emocionados sobre como se sentem ao terem que ser retirados das suas casas não tendo um lugar certo para serem reassentados, como “se fossem foras da lei” sem opção de escolher.

Ainda analisando o vídeo os moradores entrevistados falam que residem no local desde que nasceram, e que passaram toda a sua vida nesta propriedade juntamente com seus familiares, e que o afastamento de suas redes de relações sociais será dolorosa.

No vídeo também reclamam da postura dos carros da empresa que passam pela estrada em alta velocidade, no horário em que os agricultores saem com suas carroças para levar seus produtos para serem vendidos na zona urbana, o que os faz viver amedrontados.

Outra prova dessa insatisfação ocorreu em abril deste ano, e foi destaque na mídia nacional, quando os pequenos proprietários rurais, como forma de manifestação fecharam o acesso ao Porto, refletindo o conflito de interesse entre a empresa e a produtores rurais, que questionam os valores das desapropriações feitas em suas terras e exigem mais transparência nesse processo de desapropriação conduzido pelo governo do estado.

Vainer (2007) faz uma reflexão sobre os grandes empreendimentos industriais, e lembra a natureza dos processos decisórios que lhes dão origem, sem contar com a participação da população na concepção desses projetos “*Ora, quase sempre se fazem nos corredores e gabinetes, à margem de qualquer exercício de planejamento compreensivo e distante de qualquer debate público*”. Vainer (2007)

Soffiati (2011) aponta a ausência do processo democrático participativo da população na construção do Distrito Industrial de São João da Barra, e relata em seu artigo que a população atingida e as pessoas interessadas não participaram da formulação dos Estudos Prévios de Impacto Ambiental e que nem ao menos são informadas periodicamente sobre os resultados parciais dos estudos, para opinarem.

Ele ainda denuncia que as audiências públicas se tornaram uma farsa, pois antes delas acontecerem, o projeto já está aprovado pelo órgão governamental competente, e que apesar do INEA fazer exigências ao grupo EBX, todos os empreendimentos foram licenciados isoladamente.

Vainer (2007) constata que os grandes projetos no Brasil estão sob controle da iniciativa privada, e possuem um grande potencial de organização e transformação dos espaços, decompondo as regiões. Por sua vez projetam sobre os espaços locais interesses globais. É necessário entender a grandeza do empreendimento do Porto do Açú que segundo Piquet (2010) pretende viabilizar não apenas o corredor de exportação mina-porto, é o



mais ambicioso projeto logístico do Brasil, e o pequeno Município de São João da Barra com população de 32.747 mil habitantes (Censo de 2010), dos quais 1% possuem nível superior de escolaridade (Piquet, 2010), será sede de um empreendimento moldado nos padrões de um mundo globalizado.

## **2.2- O PONTO DE VISTA DAS AUTORIDADES EM SÃO JOÃO DA BARRA**

Os jornais locais anunciam projetos financiados pela Prefeitura de São João da Barra em parceria com a empresa EBX no campo da Qualificação Profissional, dentre eles, cursos técnicos de soldador de eletrodo, pedreiro de alvenaria, carpinteiro de formas de bancadas, técnicas de armação para estrutura de concreto e técnica de execução de alvenaria, com objetivo de qualificar a população para as empresas que irão se instalar na cidade.

A atual prefeita da cidade de São João da Barra, Carla Machado, em entrevista ao jornal Monitor Campista em outubro de 2009, relata que a capacitação tem sido a palavra de ordem do governo e que o Plano PluriAnual e a legislação da cidade, como o Código de Postura, o Código Tributário e o Código do Meio Ambiente foram pensados para atender à implantação desse grande empreendimento.

A prefeita ressalta a expectativa de crescimento econômico da cidade; com o aumento do PIB, do ICMS, a oferta de 50 mil empregos, o aumento da população que em 15 anos passará de 30 mil habitantes para 200 mil, e reforça o seu compromisso para minimizar os impactos negativos que surgirão com a implantação do grande empreendimento industrial.

Quando questionada sobre a questão da desapropriação do Distrito Industrial, a gestora municipal informa o seu compromisso de garantir justiça aos preços pagos pelas terras a serem desapropriadas e que garante que haverá aplicação de questionários sócio-econômicos e que serão levadas alternativas sociais e econômicas para os moradores, (Jornal Monitor Campista, 07 outubro de 2009).

Em 30 de outubro de 2010, no caderno FolhaEconomia, sai a notícia de que o governador Sérgio Cabral publicou no Diário Oficial a desapropriação de terras em São João da Barra, tornando-as de utilidade pública para implantação de obras de retaguarda de infraestrutura do Distrito Industrial e para o corredor logístico.

Nessa ocasião os representantes da CODIN apresentaram o projeto de desapropriação e de reassentamento, pelo qual, segundo eles, todos terão direito a indenização e cada

caso será tratado individualmente. Cerca de 169 famílias com até 10 hectares serão atingidas com esse projeto de desocupação.

No site oficial da prefeitura de São João da Barra a prefeita Carla Machado informa, que diante da reivindicação dos agricultores que terão suas terras desapropriadas, a CODIN, órgão do governo do estado do Rio de Janeiro, repensou o projeto de reassentamento, pois estava sendo cogitada a Fazenda Pontinhas para a realocação das famílias. Segundo os agricultores o local é impróprio para o plantio; com isso o local foi descartado e agora o projeto deverá ocorrer nas terras da Fazenda Palacete.

Carla destaca que as lideranças locais já sinalizaram favoravelmente à notícia: *“já recebemos um retorno positivo em relação à nova área. Temos buscado o melhor para todos. Infelizmente haverá aquele que se sinta prejudicado ou quem fique descontente, mas não podemos abrir mão do crescimento que está chegando. O importante é sabermos transformar esse crescimento em desenvolvimento econômico e social, inserindo toda a população”*.

No vídeo Narradores do Açú, os agricultores relatam não estarem satisfeitos com essa mudança; segundo consta, a CODIN informou que todos os parâmetros legais estão sendo cumpridos e a empresa LLX (empresa responsável pelo Porto) garante que esses moradores serão levados para um lugar melhor, a Vila Terra, com casa mais espaçosa, entre 68 e 69 m<sup>2</sup>, mobiliadas, e com uma área mínima de 2 hectares. Mas essas propostas não agradam esses agricultores que alegam não ter espaço para continuar plantando suas roças.

Em 21 de novembro de 2010 o mesmo jornal Folha da Manhã, no caderno Política, apresenta a entrevista com o Sr Alexandre Rosa, então presidente da Câmara de Vereadores de São João da Barra, que apresenta alguns argumentos com relação à construção do Porto. Ele se posiciona contra a forma como o Porto se relaciona com a população, pois percebe uma enorme intransigência da empresa em não abrir mão de uma área que tem grande número de habitantes para a construção do Distrito Industrial. O vereador também ressalta que a Câmara, em outubro aprovou a lei de tombamento dessa área do Distrito Industrial que inviabiliza a sua implantação. O Sr Alexandre informa que essa lei foi criada na tentativa de estabelecer um diálogo entre empresa, governo estadual e comunidade e reforça que o grande desafio em São João da Barra é conseguir associar o progresso que está por vir com o crescimento ordenado.

Encerra sua entrevista destacando que os governantes precisam ter um sentimento paternalista, e que o atual governo vende uma cidade que não existe. O Sr Alexandre é candidato a prefeito em 2012 e se apresenta como oposição a atual prefeita Carla.

Piquet (2010) faz indagações sobre como deveria ser a postura do governo local diante de um grande empreendimento

*“Como controlar o comportamento de poderosas corporações com extraordinário poder econômico? Não há como fugir da discussão sobre a força e o poder de coação exercida pela unidade dominante (...). Contudo, diante dos fortes encadeamentos que os investimentos previstos provocarão na região, gerando um enorme número de empregos diretos e indiretos e de receitas aos cofres públicos, o local tem muito a ganhar”.*

A autora reforça que para que haja possibilidade do complexo logístico-industrial se relacionar de modo menos utilitarista com o local de sua inserção é necessário vontade política das lideranças, não apenas as lideranças políticas, mas de toda a sociedade, que possam propor transformações para viabilizar um desenvolvimento baseado na qualificação dos processos produtivos regionais, em lugar de uma estratégia de programas de infraestrutura direcionada a atender as demandas das grandes empresas multinacionais.

Soffiati (2011) expõe em seu artigo que o conjunto empresarial impressiona em sua planta e maquete, mas ressalta que todo ele representa um atraso, pois as empresas vão trabalhar intensivamente com recursos naturais não renováveis e com carbono, tais como ferro, carvão, petróleo e gás natural. E segundo o autor o empreendimento, em seu conjunto, comprometerá as metas de redução dos gases do efeito-estufa que o Brasil assumiu em compromissos internacionais.

Logo, é necessário refletir sobre esse grande empreendimento que irá atingir muitas famílias, afetará diretamente toda a dinâmica da cidade. De fato será, a chegada da modernização ou a instalação de questões sociais antes desconhecidas?

### **3- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Vainer (2007) relata os desafios enfrentados na atual conjuntura quando, pensa-se no planejamento urbano, pois observa-se a tendência dominante que submetem a dinâmica territorial brasileira às forças fragmentadoras, ocorrendo a apartação de um novo projeto territorial que deveria ser inseparável de um projeto nacional.

O desafio atual dos analistas que se propõem seriamente se engajar na elaboração de um novo projeto territorial é levar em consideração a demanda da sociedade brasileira e investiga em que medida emergem as forças sociais com capacidade de assumi-lo.

Vainer ainda afirma que os movimentos populares pela primeira vez na história se confrontam de maneira direta e consciente com a problemática da estruturação e desenvolvimento territorial, como, por exemplo, o Movimento de Defesa da Transamazônica e do Xingu, o movimento de atingidos de barragens e os movimentos de luta contra o deserto verde implantado pelo complexo agro-florestal o que vem reforçar o diálogo, garantindo um processo mais democrático do território.

Maricato (2010) apresenta outra problemática que também dificulta a organização do território que é a questão fundiária, o poder da terra ligada à detenção do poder social, político e econômico, as fraudes na história do registro das escrituras das propriedades privadas e em contrapartida um governo omissivo a tudo isso, e o desrespeito da legislação vigente, como o Estatuto da Cidade criado em 2001 que até hoje não é implantado.

Maricato (2010) diante disso afirma “(...) *Não tem planejamento que sobreviva nessa condição. (...) A força do capital imobiliário e a política do favor, essa coisa atrasada, elas estão mais vivas do que nunca*”.

Com uma pequena dose de otimismo, deve-se pensar que o município de São João da Barra precisa se preparar de forma estrutural para a implantação de todos esses empreendimentos, e que a população que será atingida diretamente por eles deve ser a principal agente nas discussões junto à empresa, o Estado e o poder local. É preciso que suas demandas sejam ouvidas, estudadas e principalmente consideradas na elaboração de um planejamento para organização do território.

Garantir o processo democrático não significa que todas as demandas serão atendidas e que será fácil, no entanto é o único instrumento que possibilita a construção uma cidade com mais equidade.

O conflito existente em São João da Barra, instaurado com o processo de desapropriação para construção do 5º Distrito Industrial precisa ser ainda muito discutido com a população, pois o futuro da cidade e da população que ali vive dependerá de como esse processo for conduzido.

#### **4- REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

- JORNAL MONITOR CAMPISTA, Caderno Economia, 07 de outubro de 2009.  
JORNAL FOLHA DA MANHÃ. Caderno Folha Economia 27 de abril de 2011.  
\_\_\_\_\_. Caderno Folha Economia 30 de outubro de 2010.  
\_\_\_\_\_. Caderno Política, 21 de novembro de 2010.  
MARICATO, Erminia. *Entrevista – Espaculação da Terra inviabiliza moradia popular*. Revista Caros Amigos, ano XVII, nº 158 maio de 2010.

Narradores do Açú, Campos dos Goytacazes, julho de 2011, proveniente da World Wide Web.

PIQUET, Rosélia. *O Norte Fluminense em Tempo Presente*. In SANTOS, Angela Moulin S. Penalva, MARAFON, Glaucio José, SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel-Rio de Janeiro um olhar SocioEspacial, Editora Gramma, Rio de Janeiro 2010.

RIMA, Relatório de Impacto Ambiental. Infraestrutura do Distrito Industrial de São João da Barra. Ecologus, Engenharia e Consultoria, Maio de 2011.

SOFFIATI NETO, Aristides Arthur, Diálogo real sobre o Açú, Folha da Manhã 03 de junho de 2011, Campos dos Goytacazes.

VAINER, Carlos. *Planejamento Territorial e Projeto Nacional: os desafios da fragmentação*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. ANPUR, 2007, PP. 9-24 v.9 n1.

Sites consultados:

<http://www.ebx.com.br/>

<http://www.ibge.gov.br/>

<http://robertomoraes.blogspot.com>

<http://www.sjb.rj.gov.br/>